



Universidade Federal de São Carlos-SP

**Poder Local e Representação Política:
Negros e Imigrantes no Interior Paulista
(Um estudo sobre o Município de Rio Claro)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
da UFSCar, sob orientação do Prof. Dr. Karl Martin Monsma.

**Flávia Alessandra de Souza Pereira
São Carlos
2004**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

P436pl

Pereira, Flávia Alessandra de Souza.

Poder local e representação política : negros e imigrantes no interior paulista (um estudo sobre o município de Rio Claro) / Flávia Alessandra de Souza Pereira. -- São Carlos : UFSCar, 2008.
209 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2004.

1. Negros. 2. Imigrantes e descendentes. 3. Poder local.
4. Relações raciais. I. Título.

CDD: 305.8 (20^a)

**ATA DO EXAME DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
FLÁVIA ALESSANDRA DE SOUZA PEREIRA**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: RELAÇÕES SOCIAIS, PODER E CULTURA

Às dezessete horas do dia onze do mês de março de dois mil e quatro, na sala de reuniões do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de São Carlos, reuniu-se a Banca Examinadora nas formas e critérios do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, composta pelos professores: Dr. Karl Martin Monsma, orientador e Presidente, Dr. Valter Roberto Silvério, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e o Dr. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães da Universidade de São Paulo (USP), para procederem ao Exame de Dissertação da mestranda **FLÁVIA ALESSANDRA DE SOUZA PEREIRA** que apresentou o trabalho intitulado: **"PODER LOCAL E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: NEGROS E IMIGRANTES NO INTERIOR PAULISTA (UM ESTUDO SOBRE O MUNICÍPIO DE RIO CLARO)"**. A sessão pública foi instalada pelo Presidente da Banca Examinadora, que após a explanação da candidata passou a palavra aos demais membros da Banca. Terminada a arguição, a Banca reuniu-se em sessão secreta, e de acordo com o Artigo 26, do Regimento Interno do Programa, cada examinador expressou o seu julgamento, mediante a atribuição dos seguintes níveis: **Dr. Karl Martin Monsma, nível A, Dr. Valter Roberto Silvério, nível A e Dr. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, nível A**. De acordo com a escala de avaliação acima, a candidata foi considerada aprovada com o nível A. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão e para constar, eu, Ana Maria Suficiel Bertolo, secretária da Coordenação do Programa, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora. São Carlos, 11 de março de 2004.

Dr. Karl Martin Monsma

Dr. Valter Roberto Silvério

Dr. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

Universidade Federal de São Carlos

Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676

Fone/Fax: (016) 260.8371

Endereço eletrônico: ppgcso@power.ufscar.br

CEP: 13.565-905 – São Carlos – SP - Brasil

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Centro de Educação e Ciências Humanas

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Trino, sobretudo pela diversidade, e à Maria minha mãe celeste, em quem continuo crendo e confiando. Aos familiares todos, especialmente à filha Iraiza, por toda compreensão perante minhas ausências, por todo Amor, Força e Apoio. Você é meu tudo! Ao companheiro Ricardo, por estar sempre presente, disposto e solícito nas horas fáceis e difíceis, e igualmente por scanear as fotos desse trabalho por mim. Sou eternamente grata por tudo que você me fez.

Aos pais Sonia e Ademir, modelo de luta e motivo de orgulho sem fim, sem os quais não seria possível “contrariar as estatísticas”; aos irmãos Anaí, Ademir Júnior e Adriana, minha eterna alegria, e aos respectivos cunhados Antonio Carlos, Linda e Rik, que não vejo senão como irmãos. Aos afilhados Kenan e Léo, pela presença pueril tão importante em minha vida. Dri: imensamente grata pelas transcrições, sem as quais esse trabalho não seria possível. Mano Ju: valeu pelo gravador.

Aos familiares Lourdes, Roque, Rafa, Lá (te adoro como filha), Beli, Rô e família, pelo apoio sempre presente. Sou fascinada por esse jeito baiano de ser.

Àqueles e àquelas que gentilmente me concederam entrevistas (infelizmente algumas já se foram), e que assim me permitiram um passeio mágico pelo desconhecido. Vocês me possibilitaram horas que dinheiro nenhum no mundo poderia pagar e, assim que puder, arranjo outra “desculpa” para fazer tudo outra vez. Já vou logo avisando: me aguardem, passei no doutorado! Vem aí a “Menina do Gravador Parte II”.

Ao Arquivo Público Municipal “Oscar de Arruda Penteado”, particularmente aos funcionários Fernando, Marcelo e Iolanda, pela prestatividade e boa vontade, e aos auxiliares Girley e Geórgia, por todo trabalho realizado.

Ao grande orientador e amigo Karl Martin Monsma, de inteligência e competência realmente invejáveis. Sou eternamente grata por seus comentários sempre oportunos e precisos, e por sua orientação simultaneamente objetiva e desapressada. Talvez pela “monstruosidade” dessas suas qualidades, houve quem achasse que você não me aceitaria como orientanda de mestrado, isso quando eu ainda cursava graduação. No final das contas, o senhor anda é “roubando a minha cena”, recebendo elogio explícito até mesmo do(a) meu(a) parecerista da FAPESP! Brincadeiras à parte, serei eternamente grata por todas as correções e observações que você dirigiu ao meu trabalho (levamos aproximadamente um ano para reformular e aperfeiçoar o projeto inicial, lembra?), e pela paciência e compreensão, sobretudo nos momentos de entrega de relatório. Agradeço-lhe igualmente por levar adiante essa linha de estudos, que está centrada na comparação entre negros e imigrantes, em diferentes períodos cronológicos. Se depender de mim, você não vai deixar de ver a minha cara tão cedo.

Ao Professor Valter, que me fez entrar em contato com um mundo que eu já conhecia empiricamente, mas que eu desconhecia cientificamente. Valter é aquele que “eu quero ser quando crescer”. Por questões de identidade, ele foi a primeira pessoa que procurei na UFSCar, quando ainda tinha planos de ingressar no mestrado. Lembro-me como se fosse hoje: depois de me receber atenciosamente, apesar da agenda lotada (justamente naquele dia ele concorreria à uma eleição, acho que pela diretoria do CECH-UFSCar), Valter me indicou uma bibliografia de fundamental importância, e sugeriu que eu fosse orientada pelo Karl. Já no mestrado, cursei pela primeira vez uma

matéria específica sobre relações raciais com Valter, o que me possibilitou, entre outros, ser selecionada para o inesquecível e disputado “Fábrica de Idéias – Curso Avançado sobre Relações Raciais” de 2001. Atualmente, agradeço-lhe por ter aceito fazer parte tanto da minha banca de qualificação, quanto da minha banca de defesa.

Ao Professor Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, a quem passei a admirar primeiramente pela grandiosidade de seus escritos. Guimarães, que era o primeiro dos autores indicados por Valter, na ocasião acima mencionada, hoje integra minha banca de defesa.

Aos Professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFSCar, em especial ao Paul, Glória, Maria Inês e Maria Aparecida, pelos ensinamentos transmitidos em sala de aula e pela bibliografia recomendada. Agradeço também às secretárias Ana e Claire, às quais tenho “importunado” com grande frequência.

À FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo, que tem concedido a seus bolsistas uma estrutura de financiamento privilegiada, e ao(à) parecerista escolhido(a), que se mostrou extremamente competente, especialmente através de críticas construtivas que me possibilitaram avançar cientificamente. Desde a graduação, tenho recebido apoio ininterrupto dessa instituição, esperando que assim seja (pelo menos) até o doutorado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I – Comparando Afro-descendentes e Imigrantes- descendentes	18
Dados sobre Negros e Imigrantes em São Paulo	19
A Questão da Propriedade	31
Considerações iniciais sobre Rio Claro	40
A Questão da Propriedade, do Trabalho e da Instrução em Rio Claro	46
Associações e Participação Política em Rio Claro	55
CAPÍTULO II – Relações Raciais e Política em Rio Claro, entre 1947 e 1963.....	68
CAPÍTULO III – Relações Raciais e Política em Rio Claro, entre 1964 e 1996.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
BIBLIOGRAFIA	205

INTRODUÇÃO

Poder Local e Representação Política: Negros e Imigrantes no Interior Paulista (Um Estudo sobre o Município de Rio Claro) é um trabalho que buscou, por meio de pesquisa comparativa, verificar o grau e as estratégias de ascensão na política municipal rio-clarense de Afro-descendentes e Imigrantes-descendentes, no período compreendido entre as primeiras eleições municipais ocorridas após o fim do Estado Novo e as últimas eleições municipais da década de noventa (1947-1996).

No primeiro capítulo, enfocamos prioritariamente o período anterior ao corte cronológico do projeto. Isso foi necessário para que pudéssemos entender um pouco da trajetória sócio-política descrita pelos diferentes grupos em questão, a caminho do momento político que teve início com as eleições municipais de 1947.

No segundo capítulo, tratamos especificamente do período que vai de 1947 à 1963, ou seja, das primeiras eleições municipais após o fim do Estado Novo, até as últimas eleições municipais que ocorreram antes da Ditadura Militar. Considerando Rio Claro, analisamos as cinco (5) eleições municipais ocorridas neste espaço de tempo (1947; 1951; 1955; 1959 e 1963), sempre comparando Afro-descendentes e Imigrantes-descendentes no contexto local.

No terceiro capítulo, abordamos o período compreendido entre 1964 e 1996, ou seja, que vai da instauração da Ditadura Militar até as últimas eleições municipais da década de 1990, quando candidatos negros começam a assumir o cargo de vereador em Rio Claro, sem passar pela suplência. Aqui analisamos, além do período da instauração do Regime Militar, mais três (3) eleições municipais (1972; 1982 e 1996), sempre buscando entender relacionalmente os grupos em questão.

O jornal foi por nós utilizado como documento histórico. Existem na cidade dois jornais tradicionais: o “Diário do Rio Claro” (fundado em 1886) e o “Cidade de Rio

Claro” (fundado em 1934). Por falta de tempo para realizar, no mestrado, uma pesquisa comparativa entre eles, optamos pelo primeiro. A escolha ocorreu porque o “Diário”, além de mais antigo, pareceu retratar com maior frequência os grupos que se constituem em objeto de nossa pesquisa.

Nos jornais selecionados, procuramos basicamente dois tipos de notícia: aquelas referentes aos grupos de afro-descendentes e imigrantes-descendentes, e aquelas que diziam respeito às eleições municipais. Vale ressaltar que, apesar de a pesquisa ter sido realizada quase que exclusivamente em jornais de anos eleitorais, muitas notícias concernentes aos grupos em questão foram encontradas.

A seleção de jornais utilizada foi encontrada no Arquivo Público Municipal “Amador Bueno”, onde está sendo realizado todo um trabalho para a conservação do acervo de jornais antigos. No geral esse material encontra-se em bom estado, apesar da fragilidade adquirida pelo tempo de sua existência. No total, analisamos dez (10) anos de jornal. Consultamos todos os exemplares do “Diário de Rio Claro”, para os anos de 1930; 1947; 1951; 1955; 1959; 1963; 1964; 1972; 1982 e 1996.

Através dessa consulta, pudemos elaborar várias tabelas sobre a participação política dos grupos em questão. Acerca dessas tabelas, cabem aqui algumas explicações. É sabido que o percentual de descendentes de imigrantes é ainda hoje muito elevado em Rio Claro, o que se reflete na política local. Desse modo, procuramos identificar a origem dos sobrenomes dos candidatos e dos vereadores da cidade – principalmente com a ajuda da Sociedade Italiana (existente em Rio Claro desde fins do século XIX) e de grandes conhecedores da história local – , de acordo com as seguintes categorias:

1. Porcentagem com Sobrenome Italiano;
2. Porcentagem com Sobrenome Alemão;

3. Porcentagem com Sobrenome Sírio-Libanês;
4. Porcentagem com Outros Sobrenomes (foram aí incluídos sobrenomes que não se distinguem nitidamente dos de origem “nacional”, e também sobrenomes cuja origem não estava contemplada nas três primeiras categorias; todos os candidatos e vereadores negros, por apresentarem sobrenome “nacional”, foram também aí incluídos);
5. Porcentagem com Sobrenomes Mistos (foram aí incluídos sobrenomes mistos, ou seja, que apresentavam ou a combinação sobrenome nitidamente estrangeiro + sobrenome aparentemente “nacional”, ou a combinação sobrenome nitidamente estrangeiro + sobrenome nitidamente estrangeiro.

É sabido que, na prática, essa classificação segue uma demarcação étnica não muito técnica, portanto mais aberta. Certamente os candidatos e os políticos profissionais apresentavam apenas o sobrenome paterno, podendo ser a origem por parte de pai e por parte de mãe coincidente, ou não.

Ademais, as categorias elaboradas nesse trabalho não estão para comunicar que, a exemplo, “todos os candidatos e vereadores de sobrenome italiano representam de fato os imigrantes e descendentes de origem italiana em Rio Claro”, e assim por diante. Na realidade, buscamos mostrar que, de modo especial após 1947, uma enorme quantidade de candidatos e de políticos profissionais de sobrenome “alienígena” passou a fazer parte do jogo político Rio Claro. Esses eram, na grande maioria, filhos ou netos de imigrantes brancos.

Em linhas gerais, a pesquisa foi realizada através de três atividades essenciais: além de consulta em jornais selecionados, foram realizadas entrevistas e pesquisa em documentos pessoais. A metodologia geral utilizada assentou-se não na análise de conceitos teóricos, mas sim no tripé levantamento, análise e comparação de dados

sobre os grupos Afro-descendente e Imigrante-descendente, tendo em vista o poder local em Rio Claro. Esta tríplice atividade nos levou a identificar aspectos importantes da trajetória dos grupos em questão, na busca pelo poder.

Utilizamos também uma metodologia específica para a realização de entrevistas, e também para a justificação do uso da fotografia no trabalho científico. Com relação à metodologia utilizada nas entrevistas, interessa aqui atentar para as observações de Thompson:

Em primeiro lugar, existe a abordagem “objetiva/comparativa” geralmente com base num questionário ou, pelo menos, numa entrevista extremamente estruturada, em que o entrevistador mantém o controle e faz uma série de perguntas comuns a todos os respondentes. Neste caso, visa-se produzir um material que transcenda o respondente individual e possa ser utilizado para fins comparativos (...) Na mão de entrevistadores flexíveis e sensíveis, preparados para deixar de lado o roteiro quando necessário, essa abordagem pode de fato gerar um material muito útil, mas pode ser fatal. Muito facilmente linhas de inquirição promissoras são interrompidas e, pior ainda, as pessoas são obrigadas a ajustar-se ao esquema predeterminado dos entrevistadores e, desse modo, grandes áreas importantes jamais são estudadas (Thompson, 1992, p.259).

Por outro lado, existe

o diálogo que flui livremente entre o entrevistador e o respondente, sem nenhum padrão fixo, no qual se acompanha a conversa para onde quer que ela vá. Vez por outra, esse método produz o mais inesperado e leva a linhas de inquirição completamente novas, mas pode muito facilmente degenerar em algo muito próximo do mexerico sobre fatos sem importância. Pode gerar quilômetros de fita gravada inútil e problemas de seleção e transcrição impossíveis de solucionar (Thompson, 1992, p.259).

Ainda que os métodos acima descritos não estejam a salvo de imperfeições, consideramos que,

(...) para um projeto comparativo de qualquer dimensão, é conveniente haver um roteiro de entrevista elaborado de maneira mais complexa (...) Um roteiro desse tipo pode ser vantajoso, desde que seja utilizado com flexibilidade e imaginação (Thompson, 1992, p.263).

Nesse sentido, aos políticos (ou parentes dos mesmos) que conseguimos entrevistar, foi direcionado um questionário específico e objetivo, previamente elaborado. Isso para que, ao término da pesquisa, uma comparação fosse possível. Já com relação aos conhecedores da história local, optamos por não aplicar um questionário já formatado.

No total foram entrevistadas mais de vinte (20) pessoas, sendo o tempo médio de cada entrevista de uma hora e meia. Independentemente da forma da entrevista empregada, procuramos nos orientar por uma determinada ética, na qual predominassem a neutralidade e a mínima interferência possível. Em ambos os casos, apenas situamos o(a) entrevistado(a) com relação aos dados procurados, sem no entanto interrompê-lo com grande frequência. Partimos da hipótese de que,

se você interrompe uma história por considerá-la irrelevante, estará interrompendo não apenas essa, mas toda uma série de ofertas posteriores de informações que serão relevantes (Thompson, 1992, p.263).

Como ressalta Thompson, a história oral nos possibilita prosseguir para além de generalizações estereotipadas, alcançando-se lembranças detalhadas. Ela “devolve” a história às pessoas na voz de seus próprios atores, o que não raro deixa de acontecer na história oficial (Thompson, 1992).

Ficou constatado, nas entrevistas, que a memória é de fato um dos elementos constitutivos da identidade coletiva. Tal identidade, como salienta Pollak, refere-se a todos os investimentos que um grupo realiza ao longo do tempo, e a todo trabalho necessário para dar a seus membros um sentimento de coesão e continuidade (Pollak, 1992, p.207).

No presente trabalho, a fotografia (assim como o jornal) foi utilizada como documento histórico. Consideramos que a ambigüidade da imagem, ainda que existente, não

encobriu os aspectos do real que a fotografia carrega consigo. Foram selecionadas imagens fotográficas referentes ao objeto de estudo de que se trata, tendo em vista o corte cronológico do projeto. Utilizando-se da fotografia – fosse ela convencional, de jornal ou de santinho (material de campanha eleitoral) –, procuramos elencar informações, dimensões e relações, que apenas verbalizações poderiam não nos fornecer (Leite, 1993).

Através da imagem fotográfica, pessoas dos mais diferentes tipos são transformadas em objeto-imagem. Assim é possível ao pesquisador identificar, “na imagem fixada de um tempo que parou”, padrões de comportamento e normas sociais que caracterizam um tempo e um espaço próprios (Leite, 1993, pp.75-76).

Quando observamos uma fotografia, não é apenas ela que vemos. Outras fotos ou imagens se desencadeiam na memória, a partir daquela que se tem diante dos olhos. Nesse trabalho, a fotografia foi utilizada como um importante meio de reavivar a memória dos sujeitos questionados. Foram várias personalidades, pondo em prática o exercício de lembrar e fazendo associações (geralmente coincidentes, mas também diferentes), a partir da fotografia.

Além da fotografia e do jornal, utilizamos ainda alguns documentos sob a forma de ofício, sobre os negros rioclarenses. Esse material, de posse de uma de nossas entrevistadas, não foi encontrado em nenhum dos acervos públicos da cidade. Por outro lado, os grupos nipônico e sírio-libanês da cidade, ainda que por nós contactados várias vezes, não nos concederam nem entrevistas, nem materiais para a pesquisa. Não obstante, conseguimos informações sobre esses grupos, sobretudo através de jornal e de comunicação via telefone.

De um modo geral, procurou-se entrelaçar a “história oficial” e a história oral, tendo em vista os grupos em questão e o processo político em Rio Claro. Ao contrário do que não raro se imagina, elas se completam. O que foi muito interessante no desenvolvimento desse trabalho diz respeito ao aparecimento das chamadas “vozes subterrâneas”. Constantemente elas disseram o “indizível”, ou seja, aquilo que a história oficial, por um motivo ou por outro, deixou de registrar.

Faz-se necessário tornar explícito, ainda que sumariamente, o sentido que determinados conceitos assumem nessa pesquisa. Começaremos por explicar o significado de poder local.

O conceito de “poder local” vem sendo utilizado especificamente para o estudo de processos políticos que têm lugar no âmbito municipal. Victor Nunes Leal mostra que, sobretudo na República Velha, o poder local definia-se pelo “coronelismo”, que engendrava uma “troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra” (Leal, 1975, pp.30-31).

A partir da década de 1930, as oligarquias agrárias, que já enfrentavam uma crise na economia cafeeira, vão sendo estrategicamente enfraquecidas pelo governo centralizador de Vargas. O “mandonismo” vai perdendo terreno, e novos atores emergem no cenário político municipal. Após o fim do Estado Novo, a Constituição de 1946 apontou para uma maior preocupação com os municípios, sendo a autonomia dos mesmos garantida pela escolha dos prefeitos e dos vereadores, e também por uma administração própria (Leal, 1975).

É preciso ressaltar que o “clientelismo” se constituiu num canal de negociação não apenas no meio rural e interiorano da República Velha, mas também no contexto urbano

que se desenvolvia continuamente. Frente à decadência do “mandonismo” local e ao crescente processo de modernização, as relações clientelísticas assumiram uma feição menos pessoal e mais político-institucional.

Considerando tal processo, ao conjunto das instâncias de poder que atuam no plano municipal, constituídas: (a) pelos três poderes e pela máquina administrativa, (b) pelos partidos políticos e por seus notáveis (que, ocupando ou não cargo eletivo, influem no jogo de forças), denominamos poder local. Demos atenção especial aos cargos políticos eletivos, através dos quais se tem acesso a esse poder, que se circunscreve no município.

Os cargos políticos eletivos são exercidos por meio da representação política. Tal conceito, por sua vez, liga-se à ideia do “estar presente por, ou fazer as vezes” de outrem, num espaço de decisões políticas comandado pelo Estado. Desse conceito se desdobram dois outros, a saber, o de representação política simbólica e o de representação política ideológica, que têm a ver com a postura tomada pelo político profissional diante dos representados.

Nesse trabalho, concluímos que tanto Afro-descendentes quanto Imigrantes-descendentes contam tanto com representantes políticos simbólicos (que “simbolizam” seu grupo de origem, sem no entanto estabelecer compromisso político programático com ele), quanto com representantes políticos ideológicos (aqueles conscientes de seu pertencimento grupal, e que inserem, na sua agenda política, questões ligadas ao grupo de origem).

A diferença é que, no caso de Rio Claro, os representantes políticos – simbólicos e ideológicos – do grupo Imigrantes-descendentes ascenderam a cargos políticos muito mais cedo e muito mais intensamente do que os representantes – simbólicos e

ideológicos – do grupo Afro-descendente, como procuramos mostrar ao longo do trabalho.

É de fundamental valor destrinchar o significado que os termos “grupo Imigrantes-descendentes”, de um lado, e “grupo Negro ou Afro-descendentes”, de outro, assumem na presente pesquisa. Quando nos referimos a Imigrantes-descendentes de modo genérico, fazemos menção ao grupo racial branco. Da mesma maneira, quando fazemos referência ao grupo Negro ou Afro-descendente, estamos falando do grupo racial negro. Como observa Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, “a construção [de raça] baseada em traços fisionômicos, de fenótipo ou genótipo, é algo que não tem o menor respaldo científico” (Guimarães, 2003, p.96).

Nesse sentido,

as raças são, cientificamente, uma construção social e devem ser estudadas por um ramo próprio da sociologia ou das ciências sociais, que trata das identidades sociais. Estamos, assim, no campo da cultura, e da cultura simbólica (Guimarães, 2003, p.96).

Para nos referirmos especificamente às “particularidades” do grupo racial branco, utilizamos a expressão “grupos étnico-raciais”. Verificamos que, no caso de Rio Claro, o grupo branco apresenta uma dada “plasticidade”, que o permite se desdobrar em várias “etnias”, sem no entanto perder o seu caráter de grupo racial. Importa dizer que o grupo étnico

pode ser operacionalmente definido como uma coletividade de pessoas que: a) participa de alguns padrões de comportamento normativo; b) faz parte de uma população maior, interagindo com pessoas de outras coletividades dentro de um sistema social global. O termo etnicidade se refere ao grau de conformidade dos membros da coletividade a estas normas de participação no curso da interação social (Cohen, Abner. *The Lessons of Ethnicity*. London, Tavistock, 1974; apud Dicionário de Ciências Sociais – Fundação Getúlio Vargas).

De acordo com Glazer e Moynihan, a etnicidade é uma nova categoria social, de fundamental valor para o entendimento do mundo contemporâneo. Nela encontram-se refletidas as tendências positivas de identificação e inclusão próprias de um grupo étnico, ou seja, a noção de participação que se dá em função da vivência de uma realidade comum. O fator subjetivo de pertinência ao grupo constitui um princípio organizador muito poderoso do grupo étnico (Glazer, N. & Moynihan D. P. [orgs.]. *Ethnicity: Theory and Experience*. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press, 1975; apud Dicionário de Ciências Sociais – Fundação Getúlio Vargas).

Como o aponta Roberto Cardoso de Oliveira, o grupo étnico deve ser analisado como parte integrante do todo social, e não como uma entidade desmembrada e deslocada da sociedade. Os membros de uma organização étnica não se relacionam única e exclusivamente entre si, mas mantêm relações passíveis de observação na sociedade na qual se encontram inseridos (Oliveira, 1976).

Interessa aqui chamar a atenção para o fato de que, nesse trabalho, partimos do princípio segundo o qual o termo “relações raciais” (tão fortemente usado na bibliografia sobre a questão afro-brasileira e, simultaneamente, tão inutilizado na bibliografia sobre imigrantes) só faz sentido a partir do momento em que consideramos as relações entre grupos distintos.

Muitas vezes foi-me dito que o “óbvio” – entendido aqui como o sucesso dos brancos e o insucesso dos negros, fato que se apresenta aos olhos de todos – dispensa maiores explicações. Não obstante, essa linha de raciocínio, aparentemente tão “natural”, tem a ver com a afirmação de Valter Roberto Silvério. De acordo com o autor,

no Brasil ... existiu e existe uma tentativa de negar a importância da raça como fator gerador de desigualdades sociais por uma parcela significativa dos setores dominantes. Só muito recentemente vozes dissonantes têm

chamado a atenção sobre a singularidade de nossas relações raciais (Silvério, 2002, p.223).

Tendo em vista as relações raciais, concordo com Stuart Hall, segundo o qual ser intelectual, na atualidade,

é pensar as conseqüências do poder, aquilo que o poder não quer tratar, o que compõe o inconsciente do poder. Isso vale para os intelectuais (...) [que] têm uma relação crítica com o poder e precisam testá-lo, interrogá-lo e, sobretudo, expor as conseqüências propositais ou inconscientes do poder (Entrevista com Stuart Hall, realizada por Heloisa e Liv Sovik em 05/12/2003).

Assim, ao realizar esse trabalho, constatou-se que o fazer relações deixa entrever desigualdades. Em outras palavras, verificamos que o conhecimento da configuração das relações raciais no âmbito local nos levou a identificar um sistema de privilégios, que agracia desigualmente negros e brancos. Acreditamos ter realizado uma contribuição pequena, porém inédita, para os estudos de poder local no Brasil – que em geral desconsideram a trajetória dos grupos raciais na disputa pelo poder político municipal.

CAPÍTULO I

Comparando Afro-descendientes e Imigrantes/descendientes

Dados sobre Negros e Imigrantes em São Paulo

A implementação da cultura cafeeira em São Paulo foi dramática. Em meados do século XIX, as fazendas de café do estado utilizavam aproximadamente quatro vezes mais escravos do que as de açúcar. Na década de 1860, a expansão agrícola em São Paulo se deu em torno do café. Antes mesmo desta década – desde de 1850 –, o Brasil produzia a metade do café mundial e, cinquenta anos mais tarde, São Paulo sozinho o produzia (Andrews, 1988, pp.54-55).

A história do Brasil foi profundamente alterada em fins do século XIX, quando os Estados Unidos e a Europa se apresentaram como grandes consumidores de café do país. Entre 1880 e 1929, observa-se uma alta demanda de trabalhadores para os cafezais de São Paulo. O consumo de café era crescente, a produção aumentava e o fluxo de trabalhadores da Europa meridional para São Paulo se intensificava cada vez mais, o que favoreceu a expansão, na periferia, da moderna economia mundial.

No século XIX, a Europa e a América do Norte já contavam com uma tecnologia avançada, com a expansão dos grupos de renda média e com a elevação do nível de vida dos trabalhadores. Aumentavam os padrões de consumo de massa e o café, outrora consumido por um pequeno número de pessoas ricas e cosmopolitas, passava a ser procurado pela população em geral.

De acordo com Thomas Holloway, no momento da expansão cafeeira que ocorria no oeste de São Paulo, a escravidão

estava em declínio e foi finalmente abolida, mas séculos de escravatura tinham condicionado atitudes em relação ao trabalho e aos trabalhadores que a elite brasileira transferiu para a nova era. A importância subsequente de trabalhadores da Europa Meridional e, mais tarde, de outras áreas foi motivada pelo mesmo objetivo do tráfico negreiro do século XVI: superar a escassez de mão-de-obra, de modo que os

recursos naturais da América tropical pudessem ser usados para atender à demanda no centro da economia mundial (Holloway, 1984, p.19).

Contrariamente, segundo Warren Dean, a escassez de mão-de-obra apontada por Holloway não se verificou. Para o primeiro, a preferência pelo imigrante pode ser em parte explicada pela discriminação que incidiu sobre os trabalhadores nacionais e, em especial, sobre os negros. Dean sustenta que se os últimos tivessem recebido os mesmos valores pagos aos imigrantes – de acordo com a produtividade e sem distinção de cor – possivelmente o processo imigratório seria inviabilizado (Dean, 1977; apud Andrews, 1988, p.125).

Para George Reid Andrews, o racismo teve indubitavelmente importância fundamental no contexto brasileiro. Todavia o racismo, por si só, não explica a rejeição da qual sofreram os afro-brasileiros. Os negros do pós-abolição usavam de sua liberdade para impor melhores condições de trabalho e, também para proteger a família. Portanto, a chegada do imigrante contribuiu para poupar os fazendeiros da dependência em que ficaram dos libertos, ou seja, serviu para minar o poder de barganha do afro-descendente. A inundação do mercado de trabalho com imigrantes – na sua maioria pobres e vulneráveis às exigências do patrão – foi um plano estratégico dos fazendeiros, que contavam com os pesados investimentos governamentais ao processo de substituição de mão-de-obra (Andrews, 1988).

Simultaneamente, contra o regime escravocrata pesavam as pressões internacional, dos abolicionistas brasileiros e dos escravos. Após a “libertação” dos escravos – que na perspectiva de Andrews ocorreu de baixo para cima, porque foi impulsionada pelas forças populares – é instaurada a República, marcada pelo domínio da oligarquia

cafeeira, por uma estrutura federal descentralizada e igualmente por um baixíssimo índice de participação político-eleitoral (Andrews, 1988, p.77). Assim

a República era o “regime do fazendeiro”, um regime ideal para os proprietários de terra, em que eles mantinham pleno controle sobre o Estado e a política nacional. A monarquia havia pelo menos mantido um sistema eleitoral pluripartidário, em que os liberais, os conservadores e, após 1870, os republicanos competiam um com o outro pelo poder. Na República, no entanto, “a competição entre os partidos era quase sem sentido e em geral inexistente”. A participação política, avaliada pelo voto, era mais restrita que na monarquia, e nenhum “poder moderador” se colocava entre as massas brasileiras e os proprietários de terras (Love, Joseph L..São Paulo in the Brazilian Federation, 1889-1937. Stanford, 1980, p.139; apud Andrews, 1988, p.78).

Nos anos de 1890 e 1920 o Brasil tinha, respectivamente, 14,8% e 24,5% de alfabetizados. Contudo, nas duas eleições presidenciais ocorridas entre 1890 e 1930, o número de eleitores não excedeu a 3% da população nacional. Isso corresponde a dizer que apenas a elite participava dos processos e das decisões de ordem política, sem que o grosso da população exercesse ao menos o direito do voto (Love, Joseph L.. São Paulo in the Brazilian Federation, 1889-1937. Stanford, 1980, p.139; apud Andrews, 1988, p.78).

Se pois, por um lado, muitos negros (inclusive de Campinas) saudavam a República por seu caráter supostamente mais inclusivo, chegando uns poucos mesmo a votar logo após a queda do regime monárquico, por outro muitos libertos tinham a monarquia como o poder benevolente que gradativamente foi concedendo liberdade aos cativos (1871, 1886, 1888). Para os últimos era melhor a monarquia “que colocou fim à escravidão”, do que a República comandada pelos fazendeiros pró-escravidão. Em geral, o sentimento pró-monarquia era visível entre os afro-brasileiros de São Paulo, uma vez que o regime republicano

representava o esforço dos fazendeiros para conter e reverter as conseqüências políticas, sociais e econômicas dessa revolução [que foi a abolição de baixo para cima]. Por isso [tal regime] se tornaria um amargo desapontamento para muitos de seus defensores negros. Em vez de

acabar com as “distinções de classe e de raça”, como esperavam os republicanos negros de Campinas, a República iria solidificar o domínio do proprietário de terras (Andrews, 1988, pp.90-91).

No decorrer dos quarenta anos que sucederam a abolição, apenas São Paulo recebeu mais de dois milhões de imigrantes de origem européia. Desse total, aproximadamente a metade contou com subsídio estatal, enquanto simultaneamente trabalhadores afro-brasileiros foram desamparados pelo Estado e marginalizados, tanto no campo quanto na cidade. Nesse período, o mercado de trabalho de São Paulo sofreu um direcionamento e uma intervenção do Estado fora do comum para o contexto do liberalismo econômico da época (Andrews, 1988).

Por mais de cinqüenta anos o Brasil produziu ininterruptamente mais da metade de todo café mundial. No período que vai da virada do século até a Primeira Guerra Mundial, a participação do Brasil rondou os 75% . De 1900 a 1918, o Oeste paulista sozinho contribuiu em média com mais de 50% de todo café mundial. Entre 1880 e 1930, o Oeste de São Paulo predominou entre as áreas produtoras de café do mundo. O movimento de preços no mercado mundial determinou a saúde geral da indústria cafeeira em São Paulo e os níveis de preço do café influenciaram diretamente (no que diz respeito à economia) e indiretamente (no que tange ao desenvolvimento sócio-político) o Brasil (Holloway, 1984).

Vale ressaltar que “Braços para a lavoura” foi o slogan utilizado na época da imigração em massa para o Brasil, no período de 1888 a 1929. Com o fim legal da escravidão, os fazendeiros de café lançaram mão de uma nova fonte de mão-de-obra. De acordo com Holloway, fatores como a intensa pressão demográfica e a depressão econômica que assolavam sobretudo a Europa, possibilitaram que viesse para o Brasil tamanha massa de imigrantes (Holloway, 1984). Porém é preciso lembrar que, além de

fatores externos (tais como a fome, a falta de terras e a pobreza generalizada na Europa), questões internas determinaram a vinda dos imigrantes para o Brasil. Célia Maria Marinho de Azevedo destaca que,

simultaneamente à radicalização das medidas antitráfico, fortalecia-se a corrente dos deputados imigrantistas na Assembléia paulista, isto a despeito das fracas possibilidades de imigração para a Província ainda em fins da década de 1870. Contudo, a generalização dos crimes de escravos contra seus senhores e feitores e, em seguida, das revoltas coletivas nas fazendas deixa entrever o desenrolar de um processo de violência acelerada e disseminada ao qual os políticos não poderiam tardar em dar resposta sob pena de que as questões sociais atingissem um ponto perigoso de descontrole institucional. É possível que, justamente em função da radicalização destas lutas entre senhores e escravos, a propaganda imigrantista relativa à superioridade do imigrante branco tenha encontrado mais receptividade tanto entre fazendeiros como entre os próprios políticos, conseguindo vencer as últimas resistências porventura subsistentes entre os proponentes da incorporação dos negros e mestiços ao mercado de trabalho livre (Azevedo, 1987, pp.153-154).

Dessa forma o imigrantismo, acompanhado de um ideário racista,

emerge tal qual uma arma ou instrumento político manejado contra os negros, adversários temidos do cotidiano passado, presente e futuro, e cuja resistência disseminada, e por isso mesmo difícil de ser coibida, objetivava-se de alguma forma neutralizar, substituindo-os por uma massa de imigrantes brancos. (...) Os deputados provinciais de São Paulo foram sendo impulsionados para uma postura imigrantista e mais abertamente racista à medida que se avolumavam a indisciplina e rebeldia dos escravos com a recrudescência de ódios seculares (Azevedo, 1987, p.159).

Na realidade, as atividades imigratórias de São Paulo foram planejadas e iniciadas bem antes do término legal da escravidão, e bem antes do estabelecimento do sistema político republicano descentralizado, em 1891. No ano de 1871, antes mesmo da Lei do Ventre Livre, o presidente da Província, vários financistas e fazendeiros formaram a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, que tinha como objetivo facilitar a aquisição de trabalhadores livres para a aristocracia rural (Holloway, 1984, p.62).

Em dezembro de 1881, a Assembléia Provincial organizou uma comissão, com o objetivo de planejar uma hospedaria para os imigrantes. Nicolau de Souza Queiroz, de família de proprietários, foi o encarregado do serviço de imigração. O governo da Província adquire um prédio no Bom Retiro, na capital do Estado, que foi reformado no ano de 1883. O local, que era distante das ferrovias, tinha capacidade para abrigar quinhentas pessoas (Holloway, 1984, p.62).

Em vinte e um de março de 1885, a Assembléia Provincial autoriza verba de cem mil réis para a construção de uma nova hospedaria, e uma comissão especial escolheu um ponto na junção das estradas de ferro que penetravam na cidade de São Paulo, vindas do Rio de Janeiro e de Santos. Em julho de 1887, com parte em construção, a Hospedaria de Imigrantes começa a receber os que chegavam e, ao término da construção, que coincide com o ano da abolição, o local tinha capacidade para 4000 pessoas (Holloway, 1984, p.62).

Portanto, a preferência pela mão-de-obra imigrante deve ser entendida relacionalmente, ou seja, levando-se em conta a marginalização e o descaso que assolaram de modo especial os ex-escravos. Como vimos, o Estado foi o maior financiador desse processo – isso por meio do trabalho escravo, que gerou os recursos necessários à imigração em massa para o Brasil.

Como ressalta Clóvis Moura, há uma relação direta entre o processo de desagregação do sistema escravista e o ritmo de entrada de imigrantes europeus no Brasil. Isso corresponde a dizer que, a medida que o escravo era gradativamente afastado do processo de trabalho, estimulava-se a importação de imigrantes brancos (Moura, 1988, pp.83-84). Vejamos os dados abaixo:

Tabela 1: Entrada de Imigrantes Europeus no Brasil (1851 – 1900)

Períodos.....	Entrada de Europeus
1851-1860 (proibição do tráfico)	121 747
1861-1870 (Lei do Ventre Livre)	097 571
1871-1880 (movimento abolicionista)	219 128
1881-1890 (Abolição total)	525 086
1891-1900 (apogeu da imigração europeia)	1 129 315
1851-1900	2 092 847

Fonte: Morais, Octávio Alexandre de. *Immigration in to Brazil: a statical statement and related aspects*. In Bates, M. *The migration of people to Latin America*. The Catholic University of America Press, 1957; apud Moura, 1988, p.83.

Faz sentido analisarmos os dados acima, tendo em vista a observação seguinte:

os intelectuais e os políticos desenvolveram um conjunto de programas de governo que pretendiam transformar o Brasil em uma sociedade europeia nos trópicos. Em uma série de “reformas urbanas”, áreas do centro da cidade dominadas por construções e pela arquitetura do período colonial, foram derrubadas e reconstruídas no estilo belle époque europeu. A Constituição de 1891 proibiu especificamente a imigração africana e asiática para o país, e os governos nacionais e estaduais transformaram a atração da imigração europeia para o Brasil em uma prioridade do desenvolvimento nacional (Andrews, 1988, pp.90-91).

No momento da substituição da mão-de-obra escrava para a livre, a economia italiana estava em estagnação e convinha para a Itália expulsar seus excedentes demográficos. Todavia, mesmo assim, houve um controle permanente por parte de ministros italianos, no que diz respeito à imigração desse contingente para o Brasil. Ressalte-se também que muitos trabalhadores espanhóis e portugueses foram trazidos para o país – não obstante a imagem da imigração em massa estar relacionada quase que exclusivamente com a “saga italiana” no Brasil (o que se tem visto, a exemplo, através da mídia televisiva brasileira).

O Japão também seguiu os outros países como fonte de força de trabalho para as fazendas de café brasileiras. Com forte identificação étnica, os japoneses começam a chegar no Brasil em 1908 e, na ocasião, vieram em pequeno número. Após 1917, a

corrente imigratória japonesa rumo ao Brasil se tornou contínua. Outro grupo que reteve sua identificação étnica foi o dos sírio-libaneses. No geral, os sírios trabalharam com comércio de miudezas. Inicialmente eram mascates, e forneciam grande parte dos utensílios domésticos e demais mercadorias que os trabalhadores das fazendas consumiam. Esse grupo, ao contrário de muitos outros, veio para o Brasil com recurso próprio (Holloway, 1984).

A imigração alemã, segundo Holloway, foi relativamente importante na década de 1870 e no início da década de 1880. Para o autor, o número mais expressivo de alemães vem para o Brasil na década de 1920, quando chegam 28.000 (Holloway, 1984). Não obstante, Warren Dean e Lúcia Haach mostram que o grupo alemão começou a chegar em São Paulo – e em especial na região de Rio Claro – antes mesmo da década de 1850, por intermédio do Senador Vergueiro (Dean, 1977; Haach, 1998).

O governo de São Paulo despendeu, desde o início da sua política de promoção ativa à imigração até 1930, o equivalente a cerca de trinta e sete milhões de dólares e,

em resposta a críticos ocasionais que argumentavam que a lavoura cafeeira devia subsidiar diretamente a imigração, os fazendeiros e seus representantes políticos assinalavam reiteradamente que a receita proveniente do imposto de exportação sobre o café cobria várias vezes o programa de imigração. Além disso, argumentavam os fazendeiros, o suprimento de força de trabalho que o serviço de imigração ajudava a fornecer era compensação pequena ante a contribuição da lavoura cafeeira para o financiamento do governo estadual (Holloway, 1984, p. 78).

Ainda que, segundo Holloway, entre 1892 e 1930 o Estado tenha recebido quase dez vezes mais receita do imposto de exportação sobre o café, do que gastou em todas as fases do programa de imigração, Dean (1977), Verena Stolck (1986), Andrews (1988) e Moura (1988) estão entre os autores segundo os quais seria possível haver praticamente

a mesma lucratividade, caso a mão-de-obra nacional fosse utilizada em larga escala.

Nessa perspectiva, Stolck salienta que,

mesmo depois da década de 1880, os fazendeiros regularmente se queixavam de que havia uma escassez de braços agrícolas em São Paulo. Existem, porém, várias indicações de que essas queixas eram recursos para pressionar pela continuidade da imigração em massa, e assim assegurar os baixos salários que os fazendeiros estavam dispostos a pagar. Por exemplo, as duas fontes alternativas de mão-de-obra, os libertos e os chamados trabalhadores nacionais, nunca foram utilizados de nenhuma forma substancial até a Primeira Guerra Mundial, quando a imigração européia subvencionada se tornou impraticável. Ambos os grupos foram em larga medida ignorados pelos fazendeiros, mesmo nas épocas de suposta escassez de mão-de-obra (Stolck, 1986, p.40; apud Moura, 1988, p.92).

Moura, apresentando números, segue o mesmo raciocínio de Stolck. Para o autor, a “falta de braços”

é artificial, argumento que não se deve considerar. Com isso apagar-se ia artificialmente do mapa geográfico nacional e do seu potencial de trabalho a grande parcela disponível de mão-de-obra que antecedia a Abolição. Em 1882 tínhamos nas províncias de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro para 1 443 170 trabalhadores livres e 656 540 escravos uma massa de desocupados de 2 822 583. Essa era a realidade no processo de decomposição do sistema escravista: tínhamos, portanto, uma população trabalhadora sem ocupação maior do que o total de imigrantes que chegaram ao Brasil de 1851 a 1900. Mas tudo isso era posto de lado, sob a alegação do “ócio” nacional (Moura, 1988, p.83).

Moura lembra ainda que, no período colonial, os escravos dinamizavam a produção ocupando todos os espaços de trabalho. Durante todo o período escravista o negro esteve presente em todos os ofícios, subsidiando involuntariamente o ócio da classe senhorial (Moura, 1988, pp.67-68). Ao contrário do que não raro se imagina, entre libertos e escravos observava-se uma grande diversificação profissional, como conforme se verifica na tabela abaixo:

Tabela 2: Atividades econômicas exercidas por livres e escravos na Comarca de São Paulo, em 1872

	Escravos(as)	Livres	Total
Costureiras	67	583	650
Mineiros e cant.	01	041	042
Trabalhador em metais	19	218	237
T. em madeiras	33	260	293
T. em edificações	25	130	155
T. em tecidos	124	856	990
T. em vestuário	02	102	104
T. em couro e papel	30	189	219
T. em calçado	05	058	063
T. em agricultura	826	3.747	4.563
Criados e jornais	507	2.535	3.042
Serviços domésticos	1.304	3.506	4.810
Sem profissão	677	8.244	8.921

Fonte: Recenseamento de 1872; apud Viotti da Costa, 1997, p.190.

Interessa ressaltar que, comparativamente, as condições materiais e políticas entre negros e imigrantes divergiam substancialmente. Nos anos que se seguiram após a abolição, a exclusão de trabalhadores afro-brasileiros criou uma reserva de força de trabalho a ser utilizada apenas quando solicitada. Em geral, no campo ou na cidade, enquanto os trabalhadores imigrantes se concentravam nas regiões mais prósperas do Estado, e aí conseguiam os empregos mais desejáveis, os trabalhadores negros ocupavam as partes mais pobres, com empregos bem menos rentáveis (Andrews, 1988). Onde não houve grandes investimentos na política imigratória o ex-escravo se integrou, embora marginalmente, diferentemente do que ocorreu no caso de São Paulo (Moura, 1988, p.85).

Em fins do ano de 1927, o governador Júlio Prestes declarava que o governo não mais pagaria subsídios de transporte de outros países para São Paulo, o que não desativou nem o posto de inspeção de Santos, nem a Hospedaria na Capital do Estado. No ano de 1931 (portanto bem antes de serem iniciadas as discussões

contemporâneas sobre as Ações Afirmativas no Brasil), Vargas implementava a Lei da Nacionalização do Trabalho, através da qual no mínimo dois terços dos trabalhadores das empresas comerciais e industriais deveriam ser brasileiros natos.

Através dessas medidas governamentais, foram os brasileiros brancos aqueles que mais se beneficiaram. De outra parte, no mesmo período, os afro-brasileiros praticamente não tiveram acesso aos cargos de colarinho branco, que em geral eram ocupados pela classe média. Mesmo dentro da classe trabalhadora, os negros ocupavam os cargos mais subalternos, quando não estavam desempregados (Andrews, 1988).

Todavia, simultaneamente a esse processo, a idéia de que a política era atributo exclusivo da elite parecia ter sido praticamente derrubada após a Revolução de 1930. Assim como os trabalhadores brancos e como a classe média branca, os negros em geral agora clamavam por maior inclusão política. É nesse contexto que nasce a Frente Negra Brasileira (FNB), uma instituição sediada em São Paulo e que apresentava uma variedade de programas destinados a melhorar a condição de vida da população negra.

A Frente, que tinha ramificações no Estado de São Paulo e também no Brasil como um todo, montou uma escola elementar, ofereceu cursos de alfabetização, criou uma clínica de cuidados médico e odontológico, um departamento legal (sobretudo para auxiliar os membros envolvidos em disputas de terra) e uma cooperativa de crédito (como parte da campanha que incentivava a compra de terreno para casa própria), entre muitos outros. Além disso, a instituição denunciava freqüentemente o domínio da vida brasileira pelo elemento estrangeiro, e a política estrangeirista do Partido Republicano Paulista. Seus membros propunham uma dura campanha nacionalista, incitando Vargas

a fechar as portas do Brasil aos estrangeiros, para que a parcela afro-brasileira pudesse conquistar os direitos que lhe haviam sido negados (Andrews, 1988).

Ao responsabilizar a administração da Guarda Civil de São Paulo – que era composta majoritariamente por estrangeiros – por não contratar negros, a Frente enviou uma delegação própria diretamente a Getúlio. O presidente então ordenou que 200 recrutas negros fossem imediatamente alistados e, no decorrer da década de 1930, aproximadamente 500 afro-brasileiros ingressaram na Guarda, sendo que um deles chegou a ocupar o posto de coronel (Andrews, 1988, p.234).

Durante seus seis anos de existência – ela foi instituída em 1931 e extinta por Vargas em 1937 – a Frente Negra Brasileira, que se tornou um partido político em 1936, trabalhou no sentido de incentivar negros a comprar mercadorias produzidas por negros, de criar oportunidades de emprego e de educação para essa parcela da população, e assim por diante. Tendo em vista a forte e diversificada atuação da organização, tanto Hanchard quanto Andrews vêem-na como um obstáculo erigido contra a ordem econômica, social e política estabelecida (Hanchard, 2001; Andrews, 1988).

É claro que, assim como todo movimento social, a Frente Negra Brasileira apresentava-se num emaranhado de limitações e avanços. Porém é necessário ressaltar o desafio à ordem que ela representou ao conferir a muitos negros maior identidade racial e maiores oportunidades, no contexto do desenvolvimento capitalista. Trabalhar questões de identidade, sem perder de vista os problemas sociais, constituiu um princípio organizador altamente positivo da Frente. O que praticamente não podia ser prevista seria sua efêmera duração enquanto partido político. Em dezembro de 1937, o “pai dos pobres” – e portanto pai da maioria da população negra – golpeou o partido político negro e todos os outros. Se, mesmo com a Frente, a grande maioria da

população negra não havia ascendido, imaginemos esse fosso sem a atuação da instituição.

Por outro lado, como salienta Boris Fausto, os efeitos das restrições legislativas e da centralização política pesavam também sobre a população imigrante no Brasil. Tanto a Lei de Nacionalização do Trabalho, o estabelecimento constitucional de cotas para a entrada de imigrantes de 1934 – temendo-se aqui o “mau amarelo” –, como as proibições impostas aos naturalizados com relação a cargos políticos, indubitavelmente atingiram o grupo imigrante (Fausto et. alii., 1995, pp.25-26) Apesar disso, segundo o autor, devemos lembrar que,

em primeiro lugar, como é óbvio, os descendentes de imigrantes, muitos deles integrando a terceira geração, não foram atingidos pelas medidas restritivas aos estrangeiros. Por outro lado, o governo Vargas acabou por golpear a antiga elite política, fechando seus partidos tradicionais em 1937. Quando ocorreu a democratização, em 1945, a recomposição da elite teve de contar com o influxo dos descendentes de imigrantes, apesar das restrições ideológicas impostas a eles (Fausto et. alii., 1995, pp.25-26).

Antes de analisarmos especificamente o grau de inserção política dos grupos estudados, será necessário atentarmos para o processo de mobilidade dos mesmos. A seguir, tomaremos a propriedade como um importante indicador desse processo.

A questão da Propriedade

O chamado “contrato de colono” , ou “colonato”, definiu a interação entre fazendeiros e trabalhadores – na maioria imigrantes – , nas relações sociais de produção. Esse sistema, radicalmente diverso do sistema escravista precedente, foi a base da sociedade agrária que, já em meados do século XIX, se fazia ver na lavoura cafeeira paulista.

No colonato, somente em alguns casos era verificada repressão extrema por parte dos fazendeiros. Não havia um sistema de coerção institucionalizado, e o Estado não exerceu pressão a fim de apoiar um modelo coercitivo. O objetivo do capitalista era produzir sua colheita e lucrar. Assim, os fazendeiros de São Paulo direcionaram aos imigrantes um sistema de incentivos, que substituiu as bases coercitivas do regime escravocrata. No tocante à organização da produção, a oferta e a procura deveriam substituir a violência e a coerção da escravidão (Holloway, 1984; Andrews, 1988).

O rendimento total do colono incluía a combinação salário em dinheiro e gratificações não monetárias. O salário em dinheiro advinha de três fontes, a saber: (1) do pagamento estabelecido por contrato pelo cuidado dos pés de café durante o ciclo anual de produção; (2) da colheita do café; (3) dos trabalhos ocasionais tais como instalações de beneficiamento do café, transporte de carroças de café do campo para a estrada de ferro, concertos de prédios e cercas, etc... – que geralmente eram executados por camaradas brasileiros (Holloway, 1984).

As receitas não-monetárias do trabalhador imigrante lhes eram repassadas pelos fazendeiros através da concessão de moradia (a moradia passou a ser, em fins da década de 1880, uma cláusula padrão nos contratos de trabalho), de terra de cultivo para subsistência (cultivava-se principalmente milho e feijão e, secundariamente, arroz, batata, etc...) e de pastagens (no fundo dos vales mais suscetíveis a geadas ocasionais, para limitado número de cabeças de gado). Os colonos podiam ficar com os produtos e vender seus excedentes para os mercados regionais ou para o próprio empregador, a preços mais baixos.

A estrutura social rural de São Paulo apresentava um número cada vez maior de sítios pequenos e médios, adquiridos por imigrantes de primeira geração. Muitos

estrangeiros, posteriormente bem sucedidos no comércio e/ou na indústria, primeiramente haviam adquirido propriedades rurais, geralmente através da ascensão que o trabalho como colono possibilitava.

O programa de subsídios foi organizado pelos paulistas com o objetivo de importar trabalhadores paupérrimos, que não teriam escolha senão trabalhar nas fazendas. No geral esses trabalhadores, quando chegaram no Brasil, passaram por um duro regime de trabalho, mantendo baixos níveis de consumo. A cooperação familiar era um pré-requisito de fundamental valor para o progresso financeiro. A terra, destinada à subsistência e à pastagem, era também um importante mecanismo de economia familiar. Esses são alguns dos motivos pelos quais muitos imigrantes de primeira geração puderam se transformar em lavradores independentes.

De outra parte, a situação social do liberto em geral era escandalosamente dramática. Essa classe, que não foi o elemento primordial do colonato, não desfrutou portanto dos benefícios oferecidos por esse sistema. Via de regra, esse grupo concentrou-se na lavoura, ocupando-se das atividades que para os imigrantes eram ocasionais, como outrora descrito. Entre eles verificava-se uma mobilidade espacial muito menor do que a do colono, pois toda uma campanha de atrativos era dirigida especialmente ao grupo imigrante.

De acordo com Florestan Fernandes – segundo relatos de representantes da antiga camada senhorial ou de ex-escravos – , verifica-se que

1º) em algumas regiões em decadência econômica ou com falta de braços (...) os antigos escravos conservaram-se trabalhando nas fazendas, como assalariados, com exceção de alguns (em geral artesãos), que se deslocavam para cidades próximas (...); 2º) onde havia mão-de-obra agrícola abundante, especialmente estrangeira, os libertos que abandonaram as fazendas raramente foram readmitidos, havendo pelo menos um informante que afirmou, categoricamente, que os

fazendeiros os “mandaram embora”, “pondo logo no lugar o colono italiano” (Fernandes, 1978, p.34).

O autor salienta, ainda, que o liberto

tentava obter emprego com o antigo senhor ou em outra fazenda. A deserção das fazendas se daria quando os antigos senhores não compreendiam sua condição de libertos, tratando-os como se ainda fossem escravos (Fernandes, 1978, p.33).

Com relação aos imigrantes é necessário lembrar que, se autores como Thomas Holloway e Joseph Love são tidos como “otimistas” – por evidenciarem a ocorrência de uma grande mobilidade entre imigrantes e descendentes –, de outra parte temos também “pessimistas”, tais como Zuleika Alvim e Verena Stolck – que centram suas análises na questão da pobreza generalizada e da resistência do imigrante. Para Alvim, o ato de emigrar não significava simplesmente “fazer a América”. Emigrar era, antes de tudo, uma forma de resistência às precárias condições vividas no país de origem. Na mesma linha encontra-se Stolck pois, para a autora, na virada do século, os trabalhadores imigrantes constituíam uma massa homogênea, submetida a condições generalizadas de miséria (Alvim, 1986; Stolck, 1986).

É fato que, diante de tal situação, os imigrantes pobres em geral resistiram de várias maneiras. Uma delas assentava-se em

deixar o Brasil e voltar para seus países de origem, ou ir atrás de oportunidades mais promissoras na Argentina ou nos Estados Unidos. Outra maneira era ir mudando de uma fazenda para outra ou de uma fábrica para outra, em busca de salários ou de condições de trabalho marginalmente melhores, assim como os libertos fizeram após a abolição. Uma terceira maneira era buscar os objetivos individuais da mobilidade ascendente, juntando as economias dos membros da família para comprar uma pequena fazenda no campo ou abrir um pequeno negócio na cidade. E uma resposta final era coletiva: juntar-se ao movimento operário e participar de greves, tanto nas cidades como no campo, nas primeiras décadas do século (Andrews, 1988, p.141).

Não obstante, a condição de vida dos imigrantes era, na média, muito melhor do que a dos libertos e, além disso, existiram casos de imigrantes que se tornaram grandes proprietários, o que é praticamente impensável sobretudo para o grupo negro. Como um exemplo característico desta ascensão temos a fazenda Monte Alegre, que era

o quartel-general do império cafeeiro de Francisco Schmidt. Este alemão analfabeto chegara a São Paulo em 1856, com seis anos de idade, e no início do século XX possuía seis milhões de pés de café. Suas trinta e cinco fazendas, na área de Ribeirão Preto, cobrindo 24.000 hectares, empregavam quase três mil imigrantes e oitocentos brasileiros natos (Holloway, 1984, p. 211).

Lunardelli e outros imigrantes também ascenderam socialmente. Alguns chegaram até a possuir grandes fazendas dedicadas ao café para a exportação, trabalhadas por colonos imigrantes através do padrão familiar. Contudo, se esse não é o caso da grande maioria vale lembrar que, após um certo período como colonos, os imigrantes ocuparam com êxito a posição de pequenos e médios proprietários. Essa camada, que movia-se entre as atividades urbanas e rurais, também era ativa em finanças, no comércio, na especulação imobiliária, na indústria local e na agricultura.

No tocante ao mercado de trabalho, persistia a preferência por europeus e euro-brasileiros. Os negros estavam quase que totalmente impedidos de trabalhar nas fábricas, e os que eram artesãos praticamente desapareceram da cidade. No geral, esse grupo ficou relegado à informalidade, o que não era resultado de decretos governamentais, mas de decisões históricas relativas a quem contratar ou não (Andrews, 1988).

Como se sabe, Florestan Fernandes foi um dos primeiros a comparar sistematicamente negros e brancos em São Paulo. Ainda que autores mais contemporâneos – como Michael Hanchard e Carlos Hasenbalg, a exemplo – tenham

criticado com propriedade determinados pontos do trabalho de Florestan Fernandes, um dos méritos do autor está em mostrar as disparidades entre os grupos em questão, através de pesquisa comparativa (vide Hasenbalg, 1979; Hanchard, 2001). Referindo-se ao período que vai do final do século XIX, até mais ou menos meados do século XX, Fernandes sublinha que,

enquanto o branco da camada dominante conseguia proteger e até melhorar sua posição na estrutura de poder econômico, social e político da cidade e enquanto o imigrante trocava sucessivamente de ocupações, de áreas de especialização econômica e de posições estratégicas para a conquista de riquezas, de prestígio social e de poder, o negro e o mulato tinham de disputar eternamente as oportunidades residuais com os componentes marginais do sistema – com os que “*não serviam para outra coisa*” ou com os que “*estavam começando bem por baixo*” (Fernandes, 1978, p.26).

É importante aqui abrir parênteses para lembrar que,

a escola paulista (...) buscava explicações estruturais, ou seja, remetia-se à estrutura social em mutação – o capitalismo industrial, em gestação no país, estaria também deslançando o fenômeno do preconceito racial.

O fato é que essa escola cunhou a idéia do mito da democracia racial. Aquela sociedade multirracial de classes, de que falava Pierson em 1940, se transformou, com o tempo, numa coisa chamada *democracia racial*, cujas origens estão na idéia de Freyre de que a cultura luso-brasileira, o “mundo que o português criou” teria desenvolvido uma “democracia social” mais pujante que a “democracia política” dos anglo-saxões e franceses. Essa democracia social seria basicamente um modo diferente de colonizar que significou miscigenar-se, igualar-se, integrar os culturalmente inferiores, absorver sua cultura, dar-lhes chances reais de mobilidade social no mundo branco (Guimarães, 2003, p.102).

Por outro lado, na perspectiva de Fernandes,

essa democracia racial seria apenas um discurso de dominação política (...) para desmobilizar a comunidade negra; como um discurso de dominação, seria puramente simbólico, sua face seria justamente o preconceito racial e a discriminação sistemática dos negros (Guimarães, 2003, p.102).

Voltando à questão da propriedade é correto dizer que, ao contrário do ocorrido com os negros, os imigrantes em geral assumiram uma posição importante como proprietários e produtores de café, ainda na década de 1920. Nessa época, em

municípios como **Rio Claro**, São Carlos, Araraquara, Jau e São José do Rio Preto os proprietários brasileiros eram minoria – lembrando-se que nos três primeiros municípios citados, os italianos sozinhos superaram os proprietários brasileiros (Holloway, 1984).

Isso foi possível basicamente porque: 1) a discriminação sofrida pelos primeiros os colocou na condição de marginalizados, no campo e na cidade; 2) como visto anteriormente, o sistema de colonato possibilitou aos imigrantes poupar recursos para aquisição de bens e, 3) frente à crise do café, convinha aos fazendeiros decadentes e/ou com terras improdutivas (por natureza ou por esgotamento do solo) lotear suas propriedades e vendê-las, na tentativa de amenizar prejuízos.

Em 1920, a plataforma da campanha de Washington Luiz aprovava o parcelamento das grandes propriedades, a diversificação da agricultura nas áreas em que o ciclo do café havia findado e o movimento em direção à fazenda menores. O Estado fornecia gratuitamente equipes de levantamento aos fazendeiros desejosos de desmembrar terras, facilitava o crédito aos compradores de lotes, distribuía gratuitamente terras de domínio público e construía estradas de acesso nas áreas de fronteira recém-abertas. No mandato seguinte de Washington Luiz, as condições para validação dos direitos dos posseiros tornaram-se ainda mais liberais .

No início da década de 1930, os japoneses eram o mais recente entre os principais grupos de imigrantes no Brasil. Em 1930 eles possuíam, na região que envolvia os municípios de Marília e Bauru, mais de 16% das fazendas de café e quase 13% dos cafeeiros produtivos. Mais ou menos 93% das fazendas de café de japoneses se concentravam na região acima apontada, e na região de Assis e Botucatu (Holloway, 1984).

De acordo com o censo agrícola de 1934,

havia tanto da produção de café em mãos de imigrantes, com propriedades pequenas e médias, quanto a que era retida pela elite nativa. Esta situação não fora visada pelos paulistas, que promoveram a imigração como solução para o problema de força de trabalho na década de 1880, e suas origens mal foram percebidas pelos fazendeiros nativos (Holloway, 1984, p.243).

É de fundamental valor atentarmos para o fato de que, no caso de São Paulo, os poucos sítios adquiridos por migrantes internos, em 1934, estavam concentrados nas menores categorias de tamanho. Baianos, cearenses e pernambucanos – na sua maioria negros – juntos, possuíam apenas 2% de todas as propriedades pertencentes a brasileiros (Holloway, 1984).

Os grandes proprietários de São Paulo, com o apoio do governo, presidiram a transformação da sociedade agrária, sem que isso tivesse sido estrategicamente planejado. O grupo de trabalhadores imigrantes foi o elemento humano que mais gozou dessa mudança, se comparado ao grupo dos trabalhadores nacionais, e em especial aos negros. Importados inicialmente para substituir os escravos, os trabalhadores imigrantes e seus descendentes chamaram para si a posição de proprietários de terras e de lavradores independentes no Oeste paulista. Simultaneamente a esse processo, a elite agrária ia pouco a pouco perdendo sua hegemonia.

Uma indicação de que o poder político dos fazendeiros não era mais total foi a decisão unilateral do Governo do Estado, em 1927, de eliminar os subsídios de transporte - a chave do programa imigratório. Estes e outros sinais, sobretudo a crescente influência do setor urbano-industrial da economia regional, assinalaram um relativo enfraquecimento do tradicional poder dos fazendeiros paulistas, antes da crise internacional. Vale sugerir que a dificuldade de manter a influência paulista na política brasileira, em 1930, e o subseqüente deslocamento para um centralismo político nacional, sob Getúlio Vargas, estavam relacionados com a relativa perda de controle dos fazendeiros sobre os recursos agrícolas de São Paulo no período precedente (Holloway, 1984, p. 251).

Os imigrantes foram, no geral, primeiramente força de trabalho agrícola. Mais adiante, contemplados por uma certa democratização das terras da elite, passaram a

exercer atividades industriais e também a ser co-produtores de mercados locais e de exportação. Depois dos escravos, forneceram a base social para a ascensão de São Paulo à preeminência entre as regiões do Brasil, uma vez que a mão-de-obra do povo camponês nativo foi quase que totalmente desconsiderada, até a Grande Depressão. Nesse sentido, caipiras e ex-escravos foram vítimas diante do progresso estrangeiro. Sobre os negros pesava ainda a rejeição racista, tanto por parte da elite como também por parte dos imigrantes.

Em síntese, é correto dizer que, a partir da década de 1920, imigrantes e descendentes passam a ser proprietários e a ocupar com êxito as mais diversas profissões da nova era. Ressalte-se, aqui, que a palavra êxito só tem sentido quando utilizada relacionalmente. Até mesmo Alvim – da chamada vertente “pessimista” – entende que

a luta pela pequena propriedade e a busca dos centros urbanos [por parte dos imigrantes] significaram não só a recuperação da autonomia, mas também demonstraram que (...) foi dado o primeiro passo para a organização de atividades marcadamente políticas (Alvim, 1986, p.177).

Ao grupo negro caberia ainda iniciar-se nesse processo, muito mais adiante e com muito menos êxito. De modo especial em São Paulo, a inserção dessa parcela no mercado de trabalho formal só ocorreu a partir de 1930, prevalecendo ainda o processo de hierarquia racial. Nesse período, os negros que experimentaram alguma mobilidade ocupacional moveram-se ascendentemente via empregos assalariados, e não através da aquisição de pequena e média propriedades (Hasenbalg, 1979, p.179).

a mobilidade econômica ascendente experimentada por imigrantes europeus e não brancos foi diferente, não apenas em termos de período histórico, taxas e magnitude do processo, mas também com relação aos canais de mobilidade econômica. De 1890 em diante, muitos dos imigrantes chegados ao Brasil – com exceção daqueles que trouxeram algum capital e entraram diretamente em negócios de pequeno e médio porte – monopolizaram os empregos mais bem pagos e, partindo dessa

base ocupacional, acumularam recursos para se tornarem pequenos empresários no comércio e na indústria. A limitada mobilidade ascendente dos não-brancos começou mais tarde e ocorreu através da qualificação educacional de parte desse grupo (Hasenbalg, 1979, p. 179).

Considerações Iniciais sobre Rio Claro

Rio Claro foi gradativamente sendo formada ao longo do caminho de aventureiros e desbravadores que buscavam ouro no interior do país. A localidade serviu então, inicialmente, como pousada para tropas de exploração. De acordo com dados do recenseamento de 1822 a localidade contava com um total de 1.033 habitantes, sem contar a população escrava. Em 1826 havia já ali um bairro com cerca de 800 pessoas e, no ano seguinte, é oficialmente inaugurada a Capela de São João Batista de Rio Claro. Em 1830 a Capela passa a ser Freguesia, contando nessa época com cerca de 2.000 habitantes e 20 casas de comércio (Haach, 1998, p.49).

Em 1832, a elite local, interessada em administrar a Freguesia, funda a Sociedade do Bem Comum. Essa poderosa sociedade, que vigorou até 1839, além de promover o loteamento da parte central da Freguesia, também nomeou suas ruas.

Na década de 1840 – São João Batista de Rio Claro é elevada à categoria de Vila em 1845 –, o imigrante português Nicolau Pereira de Campos Vergueiro inicia as primeiras tentativas de importação de trabalhadores europeus para a lavoura cafeeira de São Paulo. Em 1852, Vergueiro – que era o maior comerciante de escravos da província, um dos maiores proprietários de Rio Claro, a principal figura do Partido Liberal e político de projeção nacional – trouxe para a sua fazenda Angélica (localizada em Rio Claro) muitos imigrantes, principalmente da Alemanha e da Suíça. Durante a década de

1850, por seu intermédio, foram formadas diversas colônias de parceria em muitas fazendas do Velho Oeste paulista.

Verifica-se então que, antes mesmo da ratificação da Lei Queiroz, de 1850, Vergueiro introduziu a mão-de-obra livre e assalariada do imigrante na região de Rio Claro, com financiamento do governo imperial. Nicolau Vergueiro, que contava com recrutadores de mão-de-obra em Hamburgo, Zürich e outras cidades do exterior, tornara-se um grande agenciador da imigração no Brasil. Através dele foram trazidos para Rio Claro, por toda a década de 1850, imigrantes para as fazendas Boa Vista (de Benedito Antônio de Camargo), Biri (de J. E. Pacheco Jordão), Corumbataí (de M. R. de Carvalho Pinto), de São José de Corumbataí (de Domingos José da Costa Alves), Morro Grande (de A. Joaquina Nogueira de Oliveira) , Angélica (Vergueiro & Cia), Cauvitinga (de J. E. Pacheco Jordão) Sertão de Araraquara (de Domingos José da Costa Alves) e Itaúna (de Ignácio Xavier de Negreiros). Vergueiro trouxera igualmente muitos imigrantes para Limeira, cidade na qual ele próprio possuía a próspera Ibicaba (Dean, 1977).

Em 1857, a Vila de que se trata é elevada à categoria de Cidade. Nesse mesmo ano, das 60 colônias de imigrantes existentes no Oeste Paulista, 10 se encontravam em Rio Claro. Nessas 10 colônias havia uma força de trabalho composta por mais de mil trabalhadores imigrantes de origem alemã, suíça, belga e portuguesa, sem contar a mão-de-obra escrava que era simultaneamente utilizada nesses núcleos. Não obstante, na década de 1860, a imigração européia para a região diminuiu sensivelmente. Isso ocorreu devido a conflitos entre fazendeiros e imigrantes, e também em decorrência da estagnação no preço de exportação do café (Dean, 1977).

De acordo com o recenseamento de 1872, Rio Claro possuía um total de 15.035 habitantes. Desse total, 818 eram estrangeiros não africanos – sendo 491 de origem

alemã/suíça, 256 de origem portuguesa, 25 de origem italiana e 46 de outras nacionalidades. Segundo Dean, pelo mesmo recenseamento, Rio Claro contava com 3.935 escravos e com 2.372 libertos. Para o autor, a maioria dos escravos da cidade era identificada como sendo oriunda, ou descendente, do Congo, de Cambinda, de Benguela ou de Moçambique, regiões ao sul do equador que se encontravam sob domínio português (Dean, 1977).

Mesmo com a forte pressão dos grandes proprietários da época e com o crescente influxo imigratório, a inauguração da linha férrea em Rio Claro só ocorreu em agosto de 1876. Um dos principais debates de fins da década de 1870 e início da de 1880 se deu em torno da questão do prolongamento da linha férrea rumo interior – sentido São Carlos e Araraquara – região na qual existiam importantes fazendas de café.

Frente à desistência da Paulista na construção do ramal, o empreendimento foi executado pela Companhia Rio Claro de Estradas de Ferro, que foi organizada em maio de 1881 pelos principais acionistas e cafeicultores da região. Essa foi a primeira estrada de ferro construída exclusivamente com capital privado. Santos ressalta:

o importante nesse quadro é justamente essa capacidade de levar adiante um empreendimento dessa envergadura sem a garantia de juros, o que demonstra a disponibilidade de capital desses acionistas e, claro, sua concepção liberal claramente personificada pelos Conde de Pinhal e Visconde de Rio Claro [José Estanislau de Oliveira] (Santos, 2000, p. 93).

Foto 1 - ESTAÇÃO DA CIA. PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO DE RIO CLARO



Primeira Estação da Cia. Paulista de Estradas de Ferro em Rio Claro, inaugurada em 11 de agosto de 1876, e demolida em 1910. Fonte: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadó" (sem data).



Novo prédio da Cia. Paulista de Estradas de Ferro em Rio Claro. Fonte: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadó" (sem data).

Rio Claro, em termos de urbanização, se diferenciava do conjunto dos municípios do Estado de São Paulo. A cidade contava com luz elétrica em 1885, com serviços de água em 1886 e com esgoto em 1901.

Nos anos que vão de 1882 a 1900, foram destinados para Rio Claro 12.217 imigrantes saídos da Hospedaria – 9.722 italianos (79,58%), 852 espanhóis (6,97%), 780 portugueses (6,39%), 678 austríacos (5,55%) e 185 alemães (1,51%). Como mostram os dados, ao contrário do ocorrido no início do processo imigratório para a região, no qual predominava o grupo germânico, na virada do século o maior contingente era de italianos (Livros de Matrícula de Imigrantes, Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo – 1882-1900; apud Haach, p.63).

De acordo com dados dos recenseamentos gerais do Brasil para os anos de 1886, 1890 e 1900, Rio Claro possuía, respectivamente, 20.133, 24.584 (incluindo Analândia, que seria desmembrada em 1897) e 38.426 habitantes (Haach, p.62).

Se pois, no início do século XIX, predominava na região a cultura canavieira, no último quartel do mesmo a cidade se urbanizava de forma relativamente rápida, impulsionada agora pela economia cafeeira. Através do comércio do café, Rio Claro pôde contar com novas indústrias, oficinas, serrarias, fábricas de sapato, entre outros, e igualmente com hospitais, rede telefônica e luz elétrica.

No início do século XX a cidade passa a enfrentar a concorrência de novas áreas canalizadoras de imigrantes, não se destacando mais como grande centro cafeeiro. No período compreendido entre 1901 e 1920, diferentemente do ocorrido entre 1882 e 1900, o número de imigrantes saídos da Hospedaria com destino à Rio Claro havia caído para 8.088 – 3.117 italianos (38,54%), 1.753 espanhóis (21,67%), 1.166 portugueses (14,42%), 752 russos (9,30%), 348 alemães (4,30%), 286 austríacos

(3,54%) e 666 de nacionalidade indeterminada (8,23%) (Dean, 1977; Anuário Estatístico do Estado de São Paulo – 1901-1920, apud Haach, p.64).

De acordo com o censo de 1920, Rio Claro possuía 50.416 habitantes, sendo que os estrangeiros constituíam 16,62% da população total – 4.843 italianos (57,81%), 1.248 portugueses (14,90%), 1.116 espanhóis (13,32%), 700 alemães/suíços/austriacos (8,36%), 218 russos/poloneses/europeus orientais (2,60%), 98 asiáticos (1,17%), 85 latino americanos/norte americanos (1,01%), e 70 de nacionalidade indeterminada (0,83%) (Haach, p.65).

Com relação ao censo de 1920, o censo de 1940 registrou uma queda populacional em Rio Claro, uma vez que foram contabilizados, nesse último, 47.287 habitantes. Desse total havia 1.803 italianos (56,97% do total de estrangeiros), 422 espanhóis (13,33% do total de estrangeiros), 409 portugueses (12,92% do total de estrangeiros), 212 alemães (6,70% do total de estrangeiros), 47 japoneses (1,49% do total de estrangeiros) e 272 pessoas de outras nacionalidades (8,59% do total de estrangeiros) (Recenseamento Geral do Brasil – 1940).

Ainda de acordo com esse último censo, 44.024 habitantes eram de cor branca, 2.898 eram de cor preta, 97 eram de cor amarela, 224 eram de cor parda e 44 de cor não declarada em Rio Claro. Do total populacional, apenas 8.050 homens e 6.612 mulheres poderiam votar, lembrando que estaria legalmente apto(a) ao exercício do voto quem fosse nato(a) ou naturalizado(a), alfabetizado(a) e com idade de 18 anos ou mais (Recenseamento Geral do Brasil – 1940).

É preciso considerar que, ainda que os números possam subestimar ou elevar os contingentes “preto” e “branco” da cidade, tudo leva a crer que, na época em questão, o percentual de brancos era de fato esmagadoramente maior que o de pretos, sobretudo

em função do intenso processo imigratório do qual Rio Claro foi importante cenário. No contexto local, o grosso do grupo branco era formado, de fato, por imigrantes e descendentes.

A Questão da Propriedade, do Trabalho e da Instrução em Rio Claro

CHÁCARA DOS PRETOS, JUSTIÇA DOS HOMENS E A JUSTIÇA DIVINA

As notícias sobre a morte de Alfredo da Matta, o “Major”, um dos reais proprietários da enorme área de terras conhecida como “Chácara dos Pretos”, serviu para reacender a chama de um dos episódios mais vergonhosos da história de Rio Claro. Sabe-se que, dificilmente, os donos da “Chácara” conseguirão algo pela justiça dos homens. Mas existe a justiça de Deus, para quem não há prescrição (Jornal Diário do Rio Claro, de 16/06/1985).

Assim noticiava o jornal rioclarense de grande popularidade. O fato é que, antes mesmo da Abolição de 1888, a viúva Maria Thereza de Jesus escreveu uma cartatamento, através da qual libertava seus escravos, doando a esses e a seus descendentes uma grande quantidade de terras:

“Deixo a todos estes meus escravos”, dizia dona Maria Thereza de Jesus, “aos quaes dei a liberdade a minha Chácara com todas as benfeitorias e os trastes de uso interior da casa, para todos em comum gosarem. Declaro que esta chácara nunca será sujeita a dívidas e nem por foma alguma será alienada porque assim estes como outros terão dela usufruto” (Jornal Diário do Rio Claro, de 16/06/1985).

A matéria informava, ainda, que a área da “Chácara” compreendia aproximadamente 226 quarteirões quadrados de Rio Claro. Também outros jornais noticiaram que essa propriedade era de fato muito vasta e, na década de 1980, o Jornal “Estadão” enviou repórteres para a cidade, a fim de que fosse elaborada uma grande e detalhada matéria sobre o assunto. O caso da “Chácara dos Pretos”, segundo o Diário do Rio Claro, desenrolou-se da seguinte maneira:

Alfredo da Matta, segundo consta nos arquivos do Fórum local trabalhava por volta de 1954 como intermediário na venda de lotes para Waldemar Karam e Fernando Macha. Na mesma época ali também exercia essa atividade Hélio Hussni. Antenor Chiossi era vereador na Câmara Municipal, Antonio Pederico era Oficial Maior no Cartório do 1º Ofício, Hygino Pereira era Tabelião e Rui Cassavia advogado.

Até então os descendentes de escravos de Maria de Jesus eram proprietários, por força de testamento registrado em cartório, das terras da conhecida Chácara dos Pretos. Foi quando surgiu em cena o testa de ferro (têrmo usado pelos advogados Alfredo Perez Munhoz e Carlos Américo Reges) Samuel de Andrade, proprietário de um bar na Filarmônica. Samuel, que também fazia transações imobiliárias, conseguiu que os herdeiros passassem a ele a propriedade das terras.

Para tanto, o garçon e proprietário do bar na Filarmônica, conseguiu que nove dos mais antigos descendentes de escravos assinassem documentos que tornavam legal a transação. Todos os nove eram analfabetos e um deles, justamente Alfredo da Matta (internado anos depois), louco.

Uma vez cessionário daqueles direitos, Samuel de Andrade propôs Ação de Usucapião em nome dos cedentes, ação julgada logo em seguida, dois meses depois. Após garantida a Ação, assinalam pessoas da época, Samuel retornaria a propriedade aos herdeiros, fato que por motivo ainda não esclarecido não veio a acontecer. Junto a setores jurídicos soube-se que por ser o cessionário pessoa sem recursos, utilizou-se ele dos trabalhos profissionais de alguns advogados da cidade, entre eles, Rui Cassavia, garantindo-lhes o pagamento dos honorários em terras. Fato que veio a acontecer.

Em 1972 foi aberto um processo para defender os direitos de Alfredo da Matta que teria sido prejudicado na transação. A ação deu entrada no Fórum a 7 de abril a pedido de João dos Santos Filho, então curador do herdeiro. O ponto principal da tese dos advogados centrava-se no fato de Alfredo ser doente mental e irresponsável para assinar documentos de cessão de propriedade. Nesta época o cedente já estava internado em hospital psiquiátrico e anos antes havia matado uma pessoa numa de suas crises.

Em 1982 a 5ª Comarca Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, por unanimidade de votos, negou provimento ao apelo do curador por considerar que não houve provas suficientes que constatassem a loucura de Alfredo da Matta, o mesmo morreu [a 10 de junho de 1985] no hospício depois de 21 anos de internação. O resultado do processo baseou-se, entre outros, no depoimento de Hélio Hussni, que tinha contato com Alfredo no início de toda a transação. Segundo Hussni, nunca observou-se nada de irregular na conduta do cedente.

Na realidade o que determinou a decisão em juízo foi o fato da ação haver prescrito em 1958, quatro anos após o início do negócio. Nota-se no processo que a ação promovida em 1972 referia-se apenas ao caso de Alfredo da Matta e mesmo que lhe fosse dado um resultado favorável, teria ele conseguido apenas o direito quanto à sua parte. Os demais herdeiros não conseguiriam suas terras de volta.

Hoje a questão é considerada definitivamente encerrada e por decisão judicial ficou garantida a venda da terra. Entre os proprietários que estão

estabelecidos na área, outrora Chácara dos Pretos, encontram-se a Fábrica de Papelão COMAPA, FEPASA, DER e compradores de terras de Nivaldo José Chiossi, Samuel Manoel Andrade, Antenor Chiossi e João Martins (Jornal Diário do Rio Claro, de 16/06/1985).

Esse caso, em grande medida desconhecido pela população local, emblemática e sintomatiza a condição de desvantagem histórica dos negros rioclarenses. Mesmo após a libertação legal pesavam, sobre os negros como um todo, para além do racismo e da discriminação, a falta de redes de proteção da elite e o descaso por parte da justiça formal. É correto dizer que inúmeros casos do tipo aconteceram em Rio Claro, seja quando o negro herdava de alguém alguma propriedade, seja quando conseguia comprá-la. Enquanto isso, gradativamente, imigrantes e descendentes iam adquirindo suas propriedades na cidade.

A questão “negro e propriedade” em Rio Claro é difícil de ser estudada. Os censos de 1900 e 1920 e as estatísticas em geral, até o censo de 1940, não incluíram o item cor. No caso da propriedade, assim como em outros, parece subsistir a hipótese de que não haveria o porque discriminar proprietários por cor, uma vez que prevalecia aí, quase que com exclusividade absoluta, o grupo branco. De qualquer forma será nosso objetivo focalizar, posteriormente, eventos relacionados à questão “negro e propriedade” em Rio Claro.

De acordo com dados do recenseamento agrícola para os anos de 1904-1905, do total de proprietários de terra em Rio Claro, 36% eram estrangeiros, detendo 25% da área total do conjunto das propriedades. No mesmo período, segundo dados da Estatística Agrícola e Zootécnica para Rio Claro, alemães e portugueses detinham a maior área de terras, enquanto os italianos eram donos do maior número de propriedades (Haach, 1998, p.181 e 183).

Em Rio Claro, as propriedades rurais em mãos de estrangeiros eram, entre os anos de 1904-1905, pouco mais de 1/3 do total. No ano de 1920, o mesmo grupo detinha a metade do total de propriedades dessa natureza. A área das propriedades pertencentes a imigrantes havia aumentado, ao passo que a dos brasileiros tinha diminuído. Deve-se levar em conta que, na categoria brasileiros, havia um número bastante elevado de descendentes de imigrantes (Haach, 1998, p.186).

Houve também imigrantes entre a elite fazendeira local. No censo de 1920, das 63 fazendas apontadas, 17 eram de fazendeiros com sobrenome italiano, 5 eram de fazendeiros com sobrenome germânico e 1 era de fazendeiro com sobrenome árabe. Deveria também haver portugueses, mas não foi possível distinguir sobrenomes “brasileiros” de sobrenomes portugueses (Haach, 1998, p.186).

Depois de 1930, o número de propriedades aumentou grandemente em Rio Claro. Foi quando a atividade do café sofreu queda e o colapso do setor de exportações levou a divisão de muitas fazendas. Em 1939 foram registradas 1.414 propriedades na cidade e, nesse período, só imigrantes de primeira geração possuíam 39% da área total de propriedades, sendo seus lotes médios maiores do que os dos brasileiros (Dean, 1977; apud Haach, 1998, p.184).

Vale também ressaltar que, no início do século XX, os italianos eram donos da maioria dos imóveis urbanos de Rio Claro. Alemães, suíços e portugueses eram donos de um número razoável de propriedades. Dos 906 prédios urbanos da cidade em 1909, 379 eram de italianos, 269 de alemães e suíços, 203 de portugueses e 55 de pessoas de outras nacionalidades. Nessa época, o grupo suíço possuía os imóveis urbanos mais caros e valorizados. Esses dados possibilitam dizer que Rio Claro foi um dos municípios do interior paulista onde os estrangeiros, sem contar os descendentes,

tiveram as maiores chances de se tornar proprietários urbanos, isso ainda no início do século XX (Haach, 1998, p.180).

Embora um grande número de estrangeiros estivesse estabelecido na cidade enquanto proprietários, não se deve desconsiderar o fato de que um número significativo de trabalhadores do setor agrícola conseguiu obter propriedades no meio rural. Outros, ainda, eram donos de propriedades rurais e urbanas, simultaneamente (Haach, 1998, p.186).

Já no primeiro quartel do século XX, Rio Claro se constituía num centro de consumo local e regional, com uma série de pequenas indústrias e artesanatos. Além disso, a cidade contava com setores de comércio e prestação de serviços bem diversificados para a época. Também aí, como seria de imaginar, os imigrantes e descendentes eram maioria, sendo correto dizer que o meio urbano local se constituiu, simultaneamente, num espaço de brancos incluídos e de negros excluídos.

Como ressalta Andrews, no tocante ao mercado de trabalho subsistiu a preferência por europeus e euro-brasileiros. Especialmente em São Paulo, os negros estiveram praticamente impedidos de trabalhar nas fábricas e no meio urbano em geral. Grande parte desse grupo se viu relegada à informalidade, o que era resultado de decisões históricas concernentes a quem contratar ou não (Andrews, 1988).

A seguir, acompanhemos dois documentos que apontam para a presença de imigrantes e descendentes nos setores industrial e comercial da cidade, ainda no primeiro quartel do século XX:

Foto 2 – OFICINA DE FUNDIÇÃO BRUNO MEYER



Sobre a oficina mecânica de fundição de ferro e bronze, pertencente a Bruno Meyer, uma propaganda destacava: *“nesta officina apromptam-se carros, troyl, carroções, carroças e carrinhos de mão, etc... etc. Encarrega-se de concertos em machinas de qualquer sistema. Promptidão, perfeição e preços razoáveis”* (Almanak de Rio Claro de 1906). Fonte: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó” (sem data).

Foto 3 – CASA COMERCIAL CASTELLANO



No Álbum de Rio Claro são dedicadas cinco páginas à Casa Castellano, onde eram comercializados secos e molhados, bugigangas, etc.. A matéria sobre a loja inicia *“com uma nota alongada sobre a Casa Castellano, por ser a mais antiga [último quartel do século XIX] e que logrou um progresso Verdadeiramente extraordinario”* (Álbum de Rio Claro de 1922). Fonte: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó” (sem data).

Mas não se pode esquecer que a maior empregadora do município era a Companhia Paulista Estradas de Ferro. Esta empresa passou de 1.150 funcionários, em 1926, para 2.050, em 1945, incluindo o pessoal operacional e administrativo (Haach, 1998, p.192). É sabido que muitos imigrantes e descendentes, sobretudo de origem italiana, trabalhavam na Companhia Paulista de Rio Claro. Por outro lado, relatos de membros da comunidade negra local deixam entrever a presença de negros na mesma. De acordo com Hermínio do Nascimento, integrante dessa comunidade, temos o seguinte relato:

[Na Companhia o trabalho] era dividido em 22 turmas que fazia o serviço, então cada um pegava um trecho, tinha conferência, tinha tudo. Os conferentes eram brancos. Tinha branco, crioulo também. E a gente trabalhava com a turma. E assim era... E a gente trabalhava de dia, de noite, fazia todo aquele serviço. Tinha a semana do dia que passava o dormento da estreita para a larga, que vinha os vagões carregados de areia. Trabalhavam só em quatro numa fase. Aí nós pegávamos aquela areia grossa que vinha lá de cima e então nós pegávamos de novo, passava de um vagão para outro, era assim que ia fazendo (Entrevista com Hermínio do Nascimento).

Rio Claro foi, durante décadas, um centro ferroviário de grande importância em São Paulo. Como a empresa demandava um grande número de trabalhadores, entre esses havia tanto brancos, quanto negros. Seria interessante identificar isso em termos percentuais, levando-se em conta também as profissões desenvolvidas pelos grupos em questão. Ainda que nos faltem dados do tipo, é correto dizer que a ferrovia se constituiu no principal meio de mobilidade econômica dos negros rio-clarenses, como veremos nos capítulos posteriores. Passemos, agora, a considerar alguns dados sobre instrução em Rio Claro.

No início do século XX, a maioria dos alunos de Rio Claro já se encontrava na rede pública estadual de ensino, havendo também uma parcela na rede pública municipal. A minoria estudava em escola particular, e entre as instituições particulares estavam a Escola Allemã e a Escola Italiana di Beneficenza, nas quais alemães e italianos eram

respectivamente maioria. Na prática, não se encontrava alemães e descendentes na rede pública, uma vez que estes concentravam-se fortemente na instituição alemã de ensino. Por outro lado, apesar do grupo italiano ser maioria no colégio italiano, a maioria de italianos e descendentes freqüentava instituições públicas.

Selecionamos dados de 1912, 1915 e 1919 sobre instrução em Rio Claro, privilegiando a rede pública estadual de ensino. Vejamos as tabelas para esses anos:

Tabela 3: INSTRUÇÃO PÚBLICA ESTADUAL EM RIO CLARO – 1912

Grupo Escolar	Total de Alunos	N.* Brasileira	N. * Italiana	N. * Portug.**	N. * Espanhola	N. * Alemã	Outras	Filiação de Pais Brasileiros	Filiação de Pais Estrang.***
Coronel Salles	605	597	1	2	-	-	5	299	306
Coronel Salles (2º)	513	370	2	2	1	1	1	399	111

* : Nacionalidade; ** : Portuguesa; *** : Estrangeiros

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo – Instrução, 1912

Tabela 4: INSTRUÇÃO PÚBLICA ESTADUAL EM RIO CLARO – 1915

Grupo Escolar	Total de Alunos	N.* Brasileira	N. * Italiana	N. * Portug.**	N. * Espanhola	N. * Alemã	Outras	Filiação de Pais Brasileiros	Filiação de Pais Estrang.***
Coronel Salles	574	565	-	2	4	-	3	306	268
Coronel Salles (2º)	687	673	2	7	2	1	2	352	335

* : Nacionalidade; ** : Portuguesa; *** : Estrangeiros

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo – Instrução, 1915

Tabela 5: INSTRUÇÃO PÚBLICA ESTADUAL EM RIO CLARO – 1919

Grupo Escolar	Total de Alunos	N.* Brasileira	N. * Italiana	N. * Portug.**	N. * Espanhola	N. * Alemã	Outras	Filiação de Pais Brasileiros	Filiação de Pais Estrang.***
Coronel Salles	847	837	1	2	3	-	4	527	420
Coronel Salles (2º)	839	822	3	14	-	-	-	391	448

* : Nacionalidade; ** : Portuguesa; *** : Estrangeiros

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo – Instrução, 1919

Obs.: a soma entre "Filiação de Pais Brasileiros" e "Filiação de Pais Estrangeiros", na segunda linha da tabela, deveria ser menor ou igual a 847.

Como se nota, nas estatísticas do início do século XX sobre educação em Rio Claro não aparece o item cor, muito provavelmente porque a quantidade de estudantes não-brancos deveria ser irrisória. Assim como ocorre em relação aos dados sobre propriedade em Rio Claro, não é possível saber o número de estudantes negros que a cidade possuía na época em questão. Mais uma vez, o raciocínio seguido parece ser: “não faz sentido levantar dados sobre o que não há”. Ressalte-se, ainda, que boa parte dos estudantes identificados como “filhos de pais brasileiros” certamente eram netos de imigrantes. Assim, se aos imigrantes de primeira geração no Brasil o Estado havia concedido subsídios diretos, aos “novos brasileiros” ele contemplaria, entre outros, com educação pública.

Como o aponta Andrews, tendo em vista o Brasil, na virada do século já se podia ver imigrantes competindo pelo status de colarinho branco, usando recursos tais como educação e influência familiar. Conseqüentemente, foi possível aos euro-descendentes de segunda e terceira gerações repetirem tal procedimento, mas a partir de um patamar mais elevado (Andrews, 1988, p.265).

Seja como trabalhadores, consumidores de bens e serviços, como executivos ou empregadores, os brancos em geral puseram em prática uma espécie de solidariedade racial, que emergia mais visivelmente a medida que os negros buscavam um “lugar ao sol”. Tal solidariedade pode ser identificada por meio de redes sociais de inclusão e proteção, como veremos a seguir.

Associações e Participação Política em Rio Claro

Considerando que, por meio dos clubes sociais, muito se pode compreender sobre o jogo político que envolve “incluídos” e “excluídos”, faz sentido aqui introduzir algumas informações (ainda que de forma sintética) sobre os clubes sociais de Rio Claro.

No ano de 1879, a aristocracia local funda a Sociedade Recreativa Philarmonica de Rio Claro. “O salão principal, ricamente adornado, recebeu o que de mais fino havia na sociedade rio-clarense (...) Periodicamente se realizavam saráus dansantes, musicaes e literarios, exhibindo-se os melhores e mais reputados artistas da musica e da palavra”. Entre os sócios estavam os senhores Visconde do Rio Claro (José Estanislau de Oliveira, doador do terreno no qual foi levantado o prédio da Philarmonica) e Ignacio Xavier de Negreiros, latifundiários de grande poder e prestígio (Álbum de Rio Claro de 1922, pp.84-85).

A *Società Italiana di Istruzione e Beneficenza* foi fundada em fins de 1891, com a denominação de *Società Italiana di Mutuo Soccorso*. Em assembléia geral, realizada em janeiro de 1893, decidiu-se que a Sociedade passaria a se chamar *Società Italiana di Beneficenza* e, a partir de outubro de 1894, a associação desenvolveu-se rapidamente. Entre os nomes destacados, “pelo muito que contribuíram (...) desde a sua fundação”, encontram-se os senhores José Castellano e Mauricio Timone, ambos comerciantes bem sucedidos na cidade. Foram igualmente citados o *Centro Español de I. de Beneficencia* (única referência a espanhóis encontrada na pesquisa) e o coronel Marcello Schmidt, sendo este último também ativo na Philarmonica (Álbum de Rio Claro de 1922, pp.93-94).

Também os “funcionarios da poderosa via ferrea” – que na sua maioria eram imigrantes e descendentes (Santos, 2000) – fundaram o Gremio Recreativo da Companhia

Paulista, que passou a receber essa denominação em março de 1906, sucedendo o “União Musical” (Álbum de Rio Claro de 1922, p.93).

Em meados de 1917 surge a associação Cidade Nova. Na época a instituição contava com 252 associados, e entre os membros diretores estavam os senhores João Torres Junior, João Inforzatto e Willy Meyer (Álbum de Rio Claro de 1922, p.95).

O Grupo Gymnastico Rioclarense foi fundado em 1919, basicamente por pessoas de origem alemã. Entre os diretores foram encontrados muitos de sobrenome Meyer (inclusive Willy Meyer, já referenciado). A sede seria construída na avenida 4 entre ruas 4 e 5, objetivando-se fornecer ali instrução física aos associados. Há registro de que o Grupo Gymnastico realizou eventos nos salões da Sociedade Italiana (Álbum de Rio Claro de 1922, p.92).

Vale lembrar que os alemães possuíam o “Cemitério Evangélico” (que data de 1835), a Escola Allemã (1883) e o Templo Luterano (1884), verdadeiros centros de irradiação e preservação da cultura germânica em Rio Claro.

Em nota de jornal encontra-se uma pequena referência ao grupo português em Rio Claro. Nela consta que membros do “*Centro Portuguez Beneficiente D. Manoel II*” haviam se reunido em janeiro de 1933 e deliberado, com unanimidade, que os fundos da associação seriam distribuídos em partes iguais, entre a Santa Casa e o asilo São Vicente de Paula da cidade. Por motivos desconhecidos, a associação seria desativada (Jornal Diário do Rio Claro, de 10/01/1933).

“Os homens de cor também têm suas sociedades”, notificava o Álbum de Rio Claro ao fazer referência à associação dos negros rioclarense. “Além do D. R. F. Livro de Ouro existia também a D. F. “União Faz a Força”. Essa última fora fundada em janeiro de 1900 (vemos aí que o Álbum não seguiu a “ordem chronologica” proposta na página 93,

fazendo referência ao grupo negro por último), e entre os fundadores encontravam-se os senhores Pedro Alves da Cunha, Jovino Benedicto, Jesuino de Assis Negreiros, entre muitos outros (Álbum de Rio Claro - 1922, p.95).

Com exceção dessa última, todas as associações acima descritas eram do grupo branco. As três que mais concentravam a elite rioclarense eram a Sociedade Philarmonica (da aristocracia local), a Sociedade Italiana (primordialmente constituída por uma elite italiana, participando também da associação não-italianos de grande notoriedade na cidade) e o Grupo Gymnastico (basicamente constituído por famílias alemãs, participando igualmente da associação não-alemães de notoriedade).

Ainda que pudesse subsistir uma certa hierarquia entre elas, nota-se um trânsito entre seus membros, como no caso do coronel Schimidt (que participava simultaneamente da Philarmonica e da Sociedade Italiana), de Willy Meyer (ativo no Gymnastico e no Cidade Nova), do Centro Español (que apoiava atividades de italianos) e do Grupo Gymnastico (que se utilizava das dependências da Sociedade Italiana). Não há evidência de que tenha existido trânsito entre membros dessas associações e membros do grupo negro, contudo.

Importa ressaltar que, através das associações, determinadas classes cultivam e fortalecem contatos sociais de fundamental valor na conquista e manutenção de status social e político. Sobretudo nos clubes da elite, encontram-se

peessoas que podem informar umas às outras sobre oportunidades de emprego, e podem fazer uma recomendação sobre um amigo, ou o filho de um amigo, quando vão se candidatar a esses empregos; pessoas com amigos na Prefeitura, que podem ajudar com uma autorização necessária ou uma disputa legal ... (Andrews, 1988, p.267).

Por outro lado,

para aqueles incapazes de conseguir admissão, os clubes funcionam como um dos meios mais eficazes de exclusão social e econômica (Andrews, 1988, pp.267-268).

Como a história oficial em geral só deixa entrever esse processo em suas entrelinhas, foi preciso que recorrêssemos à história oral, o que nos possibilitou conhecer aspectos da história local que, de outra maneira, não seriam trazidos à tona.

De acordo com Atilio D'Onófrío, italiano nato e morador em Rio Claro, segundo o qual a sociedade rioclareense é de fato “*muito elitizada*”, temos o seguinte relato:

Não [percebi] discriminação nenhuma. Inclusive eu pensava em encontrar [no Brasil] alguma coisa diferente entre brancos e pretos, enfim, outras culturas, raças. Me surpreendi, até que havia uma ligação muito bacana entre japoneses, italianos, negros e tudo mais. Estranhei muito. Eu pensei até que fosse dividido. Agora, Sociedade, eu apenas freqüentei a minha Sociedade, que seria a Sociedade Italiana, e que ainda sou diretor vitalício da Sociedade Italiana de Beneficência, e até ensinei italiano lá por dois anos (Entrevista com Atilio D'Onófrío).

Antonio Tiriliano, também italiano e atual presidente da Sociedade Italiana local, nos deu o seguinte relato:

Tive alfaiataria em 56, tinha muitos clientes brancos e negros, todas as raças. Iam vários negros lá e eles falavam italiano comigo, porque os patrões, amigos, eram italianos e eles aprendiam. Faziam polenta... Naquele tempo eles pegavam a raça negra e escravos, e no tempo ensinavam muitas coisas. Aprendia até na parte de culinária. A gente se dava bem... A gente não discrimina isso, era tudo igual (Entrevista com Antonio Tiriliano).

Por outro lado, um caso de racismo explícito foi narrado por Roberto Copriva, tradicional fotógrafo de Rio Claro:

Chegou num sábado, meu pai pediu um favor para mim para fotografar um evento que ia acontecer, tipo almoço de pessoal, da Sociedade Italiana que era na rua 3 com avenidas 3 e 5, onde era antigamente, onde hoje é o Paço Municipal, no meio do quarteirão. Parece que era uma vice-cônsul, vice-condessa que ia visitar Rio Claro. Foi em 1951. É uma das visitas do cônsul da Itália para cá. Chegamos [Copriva e seu amigo negro] na portaria, uma coisa suntuosa, eu nunca tinha visto isso: aqueles portais bonitos, aqueles corredorzinhos, aquelas pedrinhas toda de carrara, umas peças bonitas, mas todas italianas. Daí eu estou passando [e alguém fala] “Como vai senhor Copriva, o senhor está bem?

Boa tarde!” e eu respondi “boa tarde”; “olha, sinto muito mas o seu amigo não pode entrar porque ele é preto”. O porteiro falou para mim “ele é preto” (...) A Sociedade Italiana era um circuito fechado, era só para a elite. A classe pobre italiana não tinha acesso. Não que não convidasse, mas cada um respeitava o seu próprio limite” (Entrevista com Roberto Copriva).

De acordo com Oswaldo Araujo, um dos mais antigos membros da comunidade negra de Rio Claro e ex-funcionário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro da cidade, segue o relato abaixo:

No Ginástico não dançava preto, na Philharmonica não dançava preto naquele tempo. Era sociedade fidalga. Não tinha condição, a gente sabia que não podia entrar lá, então não ia. Não percebi o racismo porque eu sabia que não podia entrar lá na sociedade de branco, então não ia lá. Mas o Grêmio [da Companhia Paulista] tem dessas coisas, é só você procurar no Grêmio, [na atualidade] tem sócio preto, naquela época não tinha. Mas nós não íamos, não tinha porque proibir porque nós não íamos (Entrevista com Oswaldo Araujo).

Como sublinham Elias & Scotson, um grupo só pode estigmatizar efetivamente outro quando encontra-se bem estabelecido em posições de poder, lembrando que grupos assim configurados tendem a se crer melhores que outros. Quanto maior o desequilíbrio de poder, maior será a capacidade do grupo estabelecido de estigmatizar e de impor aos estereotipados um sentimento de inferioridade sem contrapartida (Elias & Scotson, 2000).

Na relação estabelecidos e outsiders, subsiste uma constante universal: o grupo estabelecido atribui a seus próprios membros características humanas superiores e, simultaneamente, inferioriza membros do grupo alheio. O grupo social estabelecido generaliza estrategicamente, atribuindo o comportamento da “minoría má” à todo grupo outsider. A complementariedade entre o carisma grupal (do próprio grupo) e a desonra grupal (dos outros) é um dos aspectos mais significativos do tipo de relação estabelecidos-outsideers (Elias & Scotson, 2000).

Na mesma perspectiva, Anselm Strauss salienta que

afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo (Strauss, 1999, p.24).

Particularmente nas vilas e cidades menores das zonas cafeeiras do oeste paulista, onde a mistura entre “mão de ferro do fazendeiro” e “influxo maciço de imigrantes” estabeleceram uma linha racial rigidamente definida, os negros tiveram que enfrentar ininterruptamente o fantasma da exclusão espacial.

Uma fonte ocasional de conflito era a questão do acesso dos negros aos parques e praças públicas, onde os moradores se reuniam para seus passeios ou “footings” à noite e nos sábados à tarde. Os negros tinham permissão para se reunir contanto que se mantivessem restritos a uma área específica do parque ou da praça (Andrews, 1988, pp.216-217).

De fato, existem evidências muito fortes de que este processo ocorreu em Rio Claro, o que ficou constatado através das entrevistas que foram realizadas especialmente para a elaboração do presente trabalho. De acordo com um de nossos entrevistados do grupo negro local:

O Jardim Público era fechado, inclusive o portão que [atualmente] está na Santa Casa é um dos portões [que foi] do Jardim Público... O outro portão está na Maçonaria. Dentro do Jardim Público tinha o footing, [e] naquela época as moças rodavam por dentro e os homens ficavam por fora parados. Ali só entravam brancos, não entravam negros, eles ficavam na Praça da Liberdade, em frente a Cadeia Pública.. Na Praça da Liberdade os negros faziam o seu footing (Entrevista com Antonio Joel Conceição).

Por meio da história oral constatou-se que “*footing* de branco era *footing* de branco”, e que “*footing* de preto era *footing* de preto”, isso pelo menos até a década de 1960. Mesmo depois de retiradas as “barreiras físicas” que cercavam o Jardim Público, na década de 1920, permaneciam ali barreiras simbólicas que estavam para impedir o acesso dos negros, os quais deveriam fazer seu passeio sob os olhares do aparato policial local. Abordaremos a questão novamente no próximo capítulo.

Foto 3 – JARDIM PÚBLICO MUNICIPAL



"No governo do Sr. Barão de Grão Mogól [fins do século XIX] foi apresentado à Camara um projecto sobre o **Jardim Público** e concebido nestes termos: *"Indico que a Camara mande collocar portões de ferro nas Aberturas feitas para tal fim: porquanto não convem que o Jardim continúe como se acha, aberto."* (Álbum de Rio Claro de 1922). Os portões e o gradil foram retirados do Jardim na década de 1920, na administração do Prefeito Irineu Penteado.

Como resistência ao sistema racial vigente, inúmeras formas organizacionais foram empregadas pelos negros. A capoeira, o candomblé, as irmandades religiosas, entre outros, se constituíam em manifestações através das quais os afro-descendentes mergulhavam numa realidade essencialmente negra e, o mais importante, numa situação dirigida pelo próprio grupo. Também os clubes sociais, os grupos carnavalescos e os clubes atléticos especificamente de negros, que nasceram em resposta ao rigoroso sistema de exclusão racial estabelecido, proliferaram tanto na capital quanto no interior paulista, isso desde o início do século XX (Andrews, 1988).

No caso de Rio Claro, tais manifestações foram amplamente repudiadas pelo grupo branco em geral.

Em 1884, o vigário de Rio Claro, Nery de Toledo, escreveu que seu antecessor “tolerara por muitos anos” uma irmandade de São Benedito – cujos membros eram escravos e libertos, provavelmente quase todos moradores da cidade. (...) O vigário, porém, dissolveu a sociedade, juntamente com outras na cidade, até que “tivessem um compromisso legal” (Dean, 1977, p.89).

Durante o ano de 1885, um grupo de homens tomava as providências necessárias para a regularização de uma nova Irmandade, a de São Benedito (...) Há indícios que levem a supor que a composição era formada por homens de cor, pardos ou mulatos, pelo menos, na maioria dos elementos. Um deles é a escolha do titular. Outro, a formação do quadro de administração e representatividade: Rei, Rainha, Juiz, Juíza, Procurador, Alferes da Bandeira, Capitão de Mastro, etc... (Brandão, 1979, p. s/n).

Não obstante, a Irmandade estava fortemente subordinada a um grupo de pessoas brancas que a controlava constantemente. As tramitações para aquisição de terreno no qual seria construída a Igreja de São Benedito, a proposição de quem seria irmão remido ou não, a escolha de paraninfos para a mesma (que seriam o Conde e a Condessa de Prattes), entre outros, eram atribuições de pessoas brancas. Deste modo parece ocorrer que haviam duas administrações: uma simbólica – formada por aqueles que, de outra maneira, jamais assumiriam cargos de “poder” – e uma formal – constituída por aqueles que dirigiam e decidiam de fato.

A Igreja de São Benedito foi inaugurada na cidade no início do século XX. De acordo com a entrevistada Olga Maurício, atuante na comunidade negra rio-clarense de longa data, na década de 1940 a maioria dos participantes da irmandade era negra, sendo o padre branco. Acompanhemos seu relato:

Comemorávamos no dia 4 de abril o dia de São Benedito, o mês inteiro tinha novena à noite, tinha o padre e quando o padre não vinha tinha 2 senhores que rezavam o terço. Aí a gente cantava a ladainha e era o dia inteiro... só que em vez da gente fazer a procissão no dia 4, fazia no último domingo do mês de abril. A procissão era a coisa mais linda. O

Largo de São Benedito era quilombo, e ali morava só negro naquela volta, morava a dona Clara do lado, do lado de baixo a dona Silvina que era mãe do senhor Ambrózio... (Entrevista com Olga Maurício).

Diferentemente do que ocorria no passado, atualmente o Bairro São Benedito, na prática, integra o centro da cidade. Os moradores negros do que outrora se conhecia por “quilombo”, foram sendo paulatinamente empurrados para as regiões mais periféricas de Rio Claro, a medida que o “progresso” ia avançando na cidade. Nesse processo, não se pode perder de vista que é do centro que emergem os processos decisórios que alteram a configuração dos territórios negros das cidades (Silvério, 1992). Além disso, não foram poucos os negros que acabaram por perder propriedades através de transações fraudulentas. Ainda de acordo com nossa última entrevistada, segue o relato abaixo:

acho que furaram os olhos de alguns pretos porque [no São Benedito] era tudo deles... Eu estou com a língua comprida demais... (Entrevista com Olga Maurício).

O que hoje se conhece como Bairro Consolação e Bairro do Estádio eram, respectivamente, “Buraco Quente” e “Vila dos Apertados”, isso pelo menos até final da década de 1960, ao que parece. De acordo com nossos entrevistados, essa região também era essencialmente de moradores negros. Como retrata Joel Conceição:

Buraco Quente, Vila dos Apertados, na minha época a Vila do Estádio era a Vila dos Apertados. Sabe por quê chamava Vila dos Apertados? Porque o Schmidt, naquela época, era dono de toda aquela região. Os terrenos eram todos da família Schmidt. Então quando eles entravam numa situação difícil, começavam a vender os terrenos ali para o pessoal mais humilde. Então o sujeito ia, comprava um metro de tijolo com muito sacrifício para fazer um andarinho. No final ele cobria a casa e entrava sem porta, sem janela, condição de miséria mesmo. Era uma fábrica de favelas, por isso chamava Vila dos Apertados (Entrevista com Antonio Joel Conceição).

Por meio da história oral verificou-se também que o grupo negro, que só teria condições de construir seus salões na segunda metade da década de 1960 (nas proximidades das regiões acima apontadas), realizava suas festividades em lugares

alugados, e de espaço físico muito restrito. Informações cruzadas confirmam que, na primeira metade do século XX existiram, além do conhecido “Pau no Meio”, o

“Noite da Alegria”, depois o “Progresso”, depois o “Vinte Oito” e o “Rink”. Os negros alugavam o salão porque não tinha o salão de negros (Entrevista com Dulce Conceição do Nascimento).

Na mesma época, os negros rioclarenses se reuniam para dançar o “Tambu” – uma manifestação cultural afro-brasileira que remonta ao período da escravidão, e que ocorria com grande frequência em vários municípios do interior paulista. Como informaram os entrevistados, o Tambu em geral acontecia no Largo da Igreja de São Benedito e no Campo do São Roque (onde atualmente existe a pré-escola municipal Paulo Koelle).

Sobre o Tambu, o fotógrafo Copriva nos deu o seguinte relato:

O juiz de direito e pessoas ligadas aos “bons costumes”, segundo eles, estavam irritados com este festejo, eles queriam a punição disso, aí a proibição, a repressão a todo custo. Na época do prefeito Benedito Pires Joly, década de 1950, a Câmara Municipal havia pedido para fotografarmos o Tambu como parte dos festejos [da cidade]. Depois nós viemos a descobrir que não era isso. Essas fotografias foram anexadas pela polícia para o poder judiciário e acabaram de vez com esse sistema, aniquilaram uma dança. Ninguém sabe... você não vai achar [essa história] em lugar algum desse planeta. A testemunha sou eu e meu pai que já faleceu (Entrevista com Roberto Copriva).

Na realidade, esse episódio deixa entrever uma tentativa de apagamento das diferenças, que certamente incomodavam a maioria dos moradores brancos da tradicional Rio Claro. Não se pode deixar de considerar que o “exótico”, o “leviano”, o “amalandrado” e o “inconseqüente”, características que em geral são atribuídas às manifestações negras, sempre se constituíram numa ameaça ao modelo branco estabelecido, que se pretende “neutro” e “universal” (Pereira, 1983; Marger, 2003; Tischleder, 2002).

Foto 4 – TAMBU



Fonte: acervo pessoal da família Copriva – 1952.

Com relação à política local, diferentemente do que ocorreu em outros municípios do interior paulista, em Rio Claro verifica-se que havia imigrantes e descendentes ocupando cargos políticos municipais desde fins do século XIX. Através de pesquisa sistemática no Arquivo Público de Rio Claro, para o período que vai de 1889 à 1947, encontramos os seguintes nomes:

1. Felício Antonio Caetano
2. Jorge Black Scorrar
3. Eduardo Bohn

4. Luiz Frederico Barthmann
5. Marcello Schmidt
6. Raphael Minervino
7. Conrado Huck
8. Otto Jordan
9. Júlio Joly Netto
10. Frederico Eigenheer
11. Bruno Meyer
12. Agesilau Nociti
13. Jorge Hebling
14. Simão Hoefling
15. Ricardo Guariento
16. Humberto Cartolano
17. Augusto Schmidt Filho
18. Benedito Joly
19. Antônio Weimann
20. Ciro de Mello Pupo
21. Arthur Lucchini Bilac
22. Sylvio Cassavia
23. Antenor Chiossi
24. Antonio Vecchiato
25. Paulo Hoefling

A maioria dos acima relacionados assumiu cargo político como vereador. Mas Marcello Schmidt, que era casado com a neta do Visconde do Rio Claro e um dos

fundadores do Partido Republicano Histórico de Rio Claro, diferenciava-se da maioria elencada. Ele exerceu cargos políticos em diversas ocasiões: foi vice-presidente da Câmara (1892-1895 e 1917-1919), vereador (1899-1901, 1902-1904 e 1908-1910), presidente da Câmara (1904-1905), prefeito municipal (1911-1914) e deputado estadual (1927).

Nesse levantamento, não foi possível identificar políticos de origem portuguesa e espanhola, problema que em geral ocorre com a grande maioria dos pesquisadores do tema em questão. Mas acredita-se que, sobretudo os de origem portuguesa, eram em geral comerciantes e capitalistas, e por isso se diferenciavam dos de mesma origem que chegaram no Brasil para o trabalho na lavoura.

Como se observa, verificam-se entre os nomes arrolados poucos de origem italiana e muitos de origem germânica, muito provavelmente porque a imigração do grupo alemão começou mais cedo. De qualquer modo, interessa destacar que esses políticos em geral não eram da classe pobre, e que eles ascenderam politicamente ou via casamento, ou via atividades comerciais, ou via profissões liberais, etc... Mas o perfil dos que assumiriam cargos políticos em Rio Claro pós-1947 havia mudado em grande medida, sendo a política um campo impermeável ao extremo para os negros ainda por muitos anos, como mostraremos nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO II

Relações Raciais e Política em Rio Claro, entre 1947 e 1963

De acordo com o censo de 1940, Rio Claro possuía um total de 47.287 habitantes. Desse total 23.611 eram mulheres, e 23.676 eram homens. A tabela abaixo aponta para o total de habitantes, segundo cor e sexo:

Tabela 6: **População, por cor e sexo em Rio Claro-SP, 1940**

1940	Cor Branca	Cor Preta	Cor Amarela	Cor Parda	Cor não declarada
Sexo Feminino	21.924	1.507	47	114	19
Sexo Masculino	22.100	1.391	50	110	25

Fonte: Recenseamento Geral de 1940

Os dados acima nos mostram que, em Rio Claro, mais de 93% da população era de cor branca em 1940. Pouco mais de 6% era de cor preta, vindo este grupo em segundo lugar. Os demais, somados, não chegaram a 1% do total da população.

Não obstante, é preciso atentar para a importante observação de Oracy Nogueira. De acordo com o autor

torna-se necessário considerar que os dados censitários de 1940, resultando de declarações dos próprios recenseados ou de seus familiares, implicam uma exageração da proporção de brancos e uma subestima da de elementos de cor, especialmente de pardos (...) Os “pardos” do censo são, provavelmente, os mestiços mais escuros, de identificação menos sofismável, assim como os “pretos” somente incluem os elementos sem nenhuma aparente mestiçagem com o branco ou com o índio. Qualquer mestiçagem aparente levaria o indivíduo a se classificar como “pardo”, assim como a predominância de traços de branco inclinaria o mestiço a se classificar como branco (Nogueira, 1998, p.146).

Além disso é provável que, em muitos casos, a classificação da cor da pessoa ou da família entrevistada tivesse sido dada, ou pelo menos induzida, pelo recenseador. Contudo, se considerarmos as proporções do processo imigratório para São Paulo, fará sentido dizer que a população branca era numericamente maior que a população preta.

A seguir, vejamos o total de habitantes para Rio Claro, com a nacionalidade e o sexo indicados:

Tabela 7 : População, por nacionalidade e sexo em Rio Claro-SP, 1940

1940	Brasileiros Natos	Brasileiros Naturalizados	Estrangeiros	Nacionalidade não declarada
Sexo Feminino	21.943	167	1.495	6
Sexo Masculino	21.673	327	1.670	6
Total	46.616	494	3.165	12

Fonte: Recenseamento Geral de 1940

Comparando nacionalidade e cor é possível observar que, de acordo com o recenseamento, havia em 1940 mais estrangeiros do que pretos em Rio Claro. Outro fator a ser destacado é que, sem sombra de dúvida, boa parte dos brasileiros natos descendia de imigrantes.

A tabela abaixo indica o número de habitantes que estariam aptos a votar na cidade, em 1940:

Tabela 8 : Brasileiros natos e naturalizados, com discriminação por sexo, dos de 18 anos e mais, que sabem ler e escrever (alistáveis como eleitores) em Rio Claro-SP, 1940

1940	Brasileiros Natos e Naturalizados
Sexo Feminino	6.612
Sexo Masculino	8.050
Total	14.662

Fonte: Recenseamento Geral de 1940

Em 1947, quando ocorreriam as primeiras eleições municipais após o fim do Estado Novo, Rio Claro vivenciava um momento político novo. Categorias profissionais constituídas por comerciantes, ferroviários, profissionais liberais, entre outros, passavam a se expressar politicamente, sendo possível identificar novos nomes nos diretórios

partidários e nas campanhas eleitorais. Torna-se agora muito mais forte a presença de descendentes de imigrantes no contexto político rio-clarense.

Vale aqui recordar alguns aspectos político-partidários para a época. Ao final do governo Vargas, um novo código eleitoral autorizou a formação de partidos políticos. Esses partidos deveriam ter base nacional, pois tentava-se evitar os antigos regionalismos partidários.

Tanto o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), de Getúlio, quanto a UDN (União Democrática Nacional), dos opositores do Estado Novo, já eram atuantes. Mais adiante foram organizados: o PSD (Partido Social Democrático), dos antigos interventores do Estado Novo, e dos industriais, sobretudo de São Paulo; e o PSP (Partido Social Progressista), fundado por Adhemar de Barros, predominante por vários anos no Estado de São Paulo, inclusive no âmbito municipal. Outras correntes foram institucionalizadas no PSB (Partido Socialista Brasileiro), no PC (Partido Comunista) e no PRP (Partido de Representação Popular). Surgiram ainda outras agremiações, porém sem grande expressividade política (Bilac, 2001, p.120).

Interessa aqui ressaltar que, por meio de entrevistas, identificamos um “homem de cor” engajado politicamente em Rio Claro, na época de que se trata. Seu nome era José de Andrade, ferroviário e, segundo relatos, membro muito influente da comunidade negra local de sua época. De acordo com informações de sua filha:

Isso era xodó dele, era ser cabo eleitoral, vivia no meio de políticos, ele gostava. Até no dia do meu casamento, o primeiro convidado que estava lá esperando no altar era o Fausto Santomauro, prefeito, [que] era muito amigo dele (...) Tudo que era eleição ele estava lá, até morrer [em 1953]. Ele pedia voto, chegava no dia da eleição ele ficava dando santinho, fazia o serviço de cabo eleitoral. A turma vinha em casa, tudo que acontecia vinha conversar com ele, saía junto com ele de carro. Onde os políticos estavam ele estava junto. A minha mãe xingava, dizia que ele era puxa-saco, era aquela guerra. Acho que [o partido dele] era PTB, era sim, ele

falava muito de política, é que eu não entendia, era muito nova (...) Ele deixou sim [documentos], ele tinha as papeladas dele sobre os políticos guardado, mas antigamente a turma guardava tudo num saco, sabe aquele saco branco, colocava ali e amarrava a boca. Mas como ele era curador, benzedor, [e] a minha mãe achava que [o conteúdo do saco branco] era macumba, feitiço (...), no dia que ele morreu, quer dizer, antes dele morrer, quando ele estava doente, ela e minha tia achavam que ele não morria por causa daquelas papeladas e tinha outras coisas, tinha terço, esses instrumentos de trabalhar, né. Então elas pegaram e fizeram uma fogueira no quintal e viraram tudo, e queimaram tudo, queimou fotografia, queimou tantos livros, tanta coisa, era a ignorância. O meu irmão Eliseu ficou bravo, mas já tinha queimado, perdemos muita coisa (...) Meu pai era do PTB, meu pai nunca foi candidato a nada, ele era cabo eleitoral, disse ele não abria mão. O compadre Wandico eu também acho que foi candidato pelo PTB, acho que sim, porque o PTB era dos pobres trabalhadores, né? (Entrevista com Severina Maria de Andrade).

Através de pesquisa, foi encontrado o nome de José de Andrade na listagem dos membros do PSP local de 1947 (Jornal Diário do Rio Claro, de 05/10/1947). É provável que ele tenha atuado também em outro(s) partido(s), e em outros períodos eleitorais, como declarou sua filha. Mas, após o fim do Estado Novo, José de Andrade presenciou apenas as eleições municipais de 1947 e de 1951, devido a sua morte em 1953.

Segundo o entrevistado Durval Augusto,

era interessante o grupo dos ferroviários, tinha reunião no barzinho do seu José de Andrade, era um barzinho quase encostado na porteira da 8, todo os que gostavam de pinga, cerveja e de bate papo era ali que se reuniam, era aquele trecho da rua 1, avenida 8 até na porteira. Sábado e domingo era toda a criolada que gostava de bate papo e cachaça e de falar de música era ali, não tinha outro local. O preconceito não era exagerado, mas tinha bar que não gostava de negros, então o encontro era no seu Zé de Andrade (...) Ali era bom mesmo, era o encontro. Ele morreu em 1953, né? (...) O seu José de Andrade foi um grande líder da raça negra de Rio Claro, por bastante tempo. Por exemplo, quando eu tinha quatorze anos, tinha um salãozinho [de Baile] que ele dirigia, e o sócio dele [era o] Saturnino, que davam os bailinhos de sábado e domingo, era perto da Igreja São Benedito, era o tal salão [denominado] "Pau do Meio", porque era uma casa de uma sala grande e tinha um pau de eucalipto bem no centro para sustentar o telhado. Então tinha um palquinho e a turma dançava, era o Zé de Andrade e o seu Saturnino que faziam e davam os bailinhos nossos, isso era na rua 9 (...) [José de Andrade] era um líder, então o bar [dele] era freqüentado por todos ferroviários [negros], e o baile também. Por exemplo meu tio Zacarias, Godoy e o Paulo que eram os instrumentistas tocavam também lá para o

Zé de Andrade, meu tio Alcindo tinha um jazz-band , também tocava lá com ele (...) [Andavam juntos] José de Andrade, meu tio Osvaldo Augusto, o Amarante, seu Benedito, morreu coitado, ele era o mais velho de todos, era quase da idade do Andrade, tinha outro também, que gostava de promover a festa do Treze de Maio, ele era meio chefão, juntava ele e o Zé de Andrade e faziam a festa Treze de Maio, [que] era atrás da Igreja São Benedito. Depois que o Licão trouxe [a festa] para o Buraco Quente, mas antes era lá [nas proximidades da igreja]. Eu era molecão, minha vó e meu tio Zacarias que me levavam, a festa era bonita, eram dois dias de festa, era uma festa para a raça negra (Entrevista com Durval Augusto).

Outros relatos nos dão mais duas informações importantes. Além do bar, José de Andrade era sócio de uma barbearia, juntamente com o apelidado “Zé Pita”. Esse último, também negro, além de cabeleireiro e barbeiro, era formado em música. A barbearia, identificada como outro ponto de encontro da raça, funcionou inicialmente na mesma rua do “Pau no Meio”. Sobre essa questão, o entrevistado Benedito Araujo relatou o seguinte:

Quando eu comecei a sair, o salão do Zé Pita era na rua 9, entre avenida 9 e 11, depois ele mudou na avenida 7, entre rua 1 e 2, quase na esquina (...) O Zé Pita era barbeiro, era barbeiro dos negros, você chegava lá, sete horas da manhã e saía meio dia, até mais, porque não tinha aonde cortar, todo mundo ia lá. O Zé Pita era músico, e ficava falando dos bailes, do “Salão do 28”, das coisas mais antigas, e eu ficava escutando...(Entrevista conjunta com Benedito Araujo e com Maria Alice Araujo).

A outra informação diz respeito à Sociedade José do Patrocínio. Muitos anos antes da construção de sua sede, essa Sociedade já existia, sendo José de Andrade apontado como um dos integrantes da mesma. O entrevistado Durval Augusto nos disse ter encontrado o estatuto da José do Patrocínio, no final da década de 1950, com os filhos de José de Andrade, que haviam guardado alguns documentos do pai, após sua morte em 1953.

Mandamos carta convite para todas as famílias negras de Rio Claro, para ser fundado um Clube para a Escola de Samba. Aí meu tio disse que não precisaria fundar um outro Clube, por que era só reaver a Sociedade José do Patrocínio, por que já havia um estatuto, só precisávamos saber

onde ele estava. Procuramos e achamos na casa do irmão do Maninho, o Eliseu [ambos filhos de José de Andrade]. O Eliseu deu tudo o que tinha lá para nós, ele falou que tinha uma parte das coisas que ficaram com a Dona Rosa, acho que era o livro caixa e outras coisas. Fui lá e peguei o livro caixa e mais coisas. E o doutor Schimidt [prefeito, no final da década de 1950] tinha dito que teria que mudar o sistema do estatuto, porque para receber a verba [municipal destinada à Escola de Samba “Voz do Morro”] precisaria ter o “Beneficente Recreativo”, e também assim ele poderia doar um terreno para construir o prédio. O Wandico Norberto fez as modificações necessárias e as coisas aconteceram desse jeito (Entrevista com Durval Augusto).

O mesmo informante nos disse ainda que o estatuto, que foi encontrado na casa dos filhos de José de Andrade, datava do início da década de 1940. De qualquer forma, a participação de Andrade na Sociedade José do Patrocínio ficou confirmada através de pesquisa em jornais, como veremos mais adiante.

De acordo com a filha de José de Andrade, segue o relato abaixo:

O Patrô [apelido dado à sede do clube José do Patrocínio], sempre foi sonho do meu pai em levar adiante, para frente, era um sonho fazer um salão mesmo, mas ele morreu bem antes de ver o salão realizado (...) O negocio dele era ver a negrada dançando (Entrevista com Severina Maria de Andrade).

Considerando Rio Claro, analisamos todos os nomes dos candidatos a vereador, procurando identificar a origem dos sobrenomes que eles apresentavam. Para o ano de 1947 temos os seguintes dados:

**Tabela 9 : Origem do Sobrenome dos Candidatos a Vereador em Rio Claro
Eleições Municipais de 1947**

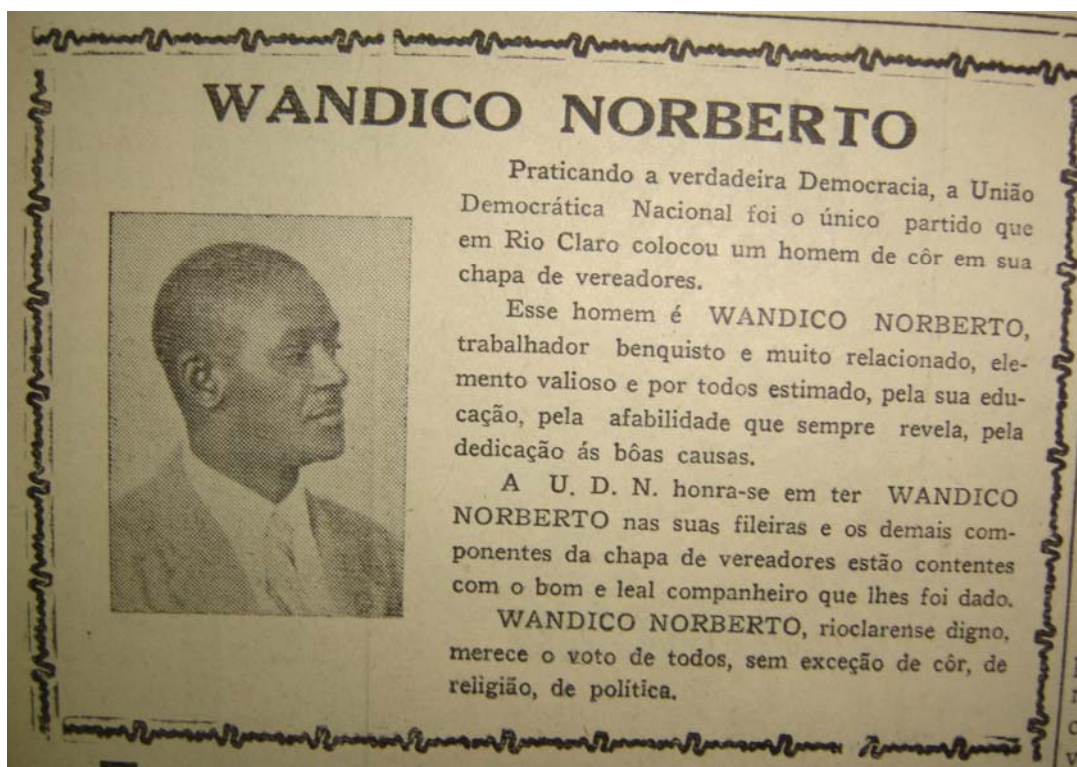
Partido ou Coligação	Total de Candidatos pelo Partido	% Com Sobrenome Italiano	% Com Sobrenome Alemão	% Com Sobrenome Sírio-Libanês	% Com Outros Sobrenomes*	% Com Sobrenomes Mistos
PSP	27	37.03%	18.51%	11.11%	33.33%	—
UDN	27	40.74%	11.11%	03.70%	44.44%	—
PTB-PRP-PDC	27	40.74%	03.70%	03.70%	44.44%	07.40%
PTN-PR-PSD	27	40.74%	14.81%	03.70%	40.74%	—

* Foi aí incluído Clinton Mac-Knight, possivelmente de origem anglo-saxônica, candidato pelo PSD.

Pela tabela é possível perceber que, em todos os partidos, havia mais candidatos com sobrenome de origem reconhecidamente estrangeira do que de origem “nacional”. Devemos ainda considerar que, entre os que foram classificados na categoria “Outros Sobrenomes”, certamente havia muitos descendentes de imigrante, sobretudo de origem portuguesa.

Uma questão de extrema importância nessa pesquisa – de caráter fundamentalmente comparativo – , assenta-se no fato de que foi encontrado, em Rio Claro, um “homem de cor” candidato a vereador em 1947. Na categoria “Outros Sobrenomes”, da tabela acima, está Wandico Norberto, apontado por membros da comunidade negra local como sendo o único candidato negro em 1947. Diante dessa candidatura, a UDN, partido ao qual Wandico era vinculado, se pronunciou publicamente como se vê:

Documento I: **A Candidatura de Wandico Norberto**



WANDICO NORBERTO

Praticando a verdadeira Democracia, a União Democrática Nacional foi o único partido que em Rio Claro colocou um homem de cor em sua chapa de vereadores.

Esse homem é **WANDICO NORBERTO**, trabalhador benquisto e muito relacionado, elemento valioso e por todos estimado, pela sua educação, pela afabilidade que sempre revela, pela dedicação às boas causas.

A U. D. N. honra-se em ter **WANDICO NORBERTO** nas suas fileiras e os demais componentes da chapa de vereadores estão contentes com o bom e leal companheiro que lhes foi dado.

WANDICO NORBERTO, rioclarense digno, merece o voto de todos, sem exceção de cor, de religião, de política.

Fonte: Jornal Cidade de Rio Claro, de 23/10/1947, retirado do “Registro de Candidatos da UDN – 1947”, realizado pela 110ª Zona Eleitoral de Rio Claro.

Especificamente sobre Wandico Norberto, membros da comunidade negra rioclarenses nos deram muitos relatos. Entre esses, constam os seguintes:

(Pedro) Ele era dado com todo mundo. (Brazilina) Ele era popular, todos gostavam dele e ele gostava de todos, e tinha gente da alta, porque aonde ele trabalhava recebia muitas pessoas de fora, muita visita, então essas pessoas vinham as vezes para almoçar no Horto [que era uma repartição florestal que pertencia à Companhia Paulista de Estradas de Ferro de Rio Claro], e ele era copeiro do Horto, então se fazia muita amizade (Entrevista conjunta com Pedro de Jesus e Brazilina da Silva Baptista).

Antigamente para se fazer um baile, precisa ter uma carimba e uma decência e uma série de coisas e que o seu Wandico tinha, ele que resolvia essas partes burocráticas, porque todo o pessoal [da raça negra] que queria dar baile procurava o Wandico, era ele quem pagava licenciamentos, ele que mais lidava com essas documentações, quase todo mundo procurava o Wandico, era ele quem via tudo isso, quando tinha baile as pessoas logo iam procurar o Wandico para pagar os tributos, para ele pagar as licenças, os alvarás, ele, sempre ele (Entrevista com Durval Augusto).

(Benedito) Antigamente se fazia a [corrida] São Silvestre a meia noite no centro da cidade, ali no jardim, tinha um percurso e a chegada era em um palco em frente o Excelsior, aonde era o cinema, infelizmente não existe mais. O Wandico concorreu, isso foi mais ou menos na década de 40 (...) [De negro] foi só ele [que concorreu], a turminha nossa do Horto que incentivou ele correr, por que o Wandico era um cara excepcional, com ele não tinha tristeza, com ele você só dava risada, vivia contando piada, ele que me ensinou dançar. Ele correu mas não ganhou nada, mas pelo menos representou a raça negra... (Entrevista conjunta com Benedito Araujo e Maria Alice Araujo).

Assim como José de Andrade, Wandico Norberto era também funcionário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Ele trabalhava no Horto da Companhia, juntamente com outros negros que, como veremos mais adiante, também foram candidatos em outros períodos eleitorais.

Na realidade, a maioria dos informantes que conheceram Wandico Norberto se recordou bem mais das atividades sociais que ele desenvolvia no meio negro, do que de suas atividades na política. Constatamos que ele participava ativamente, em Rio Claro,

do “Centro Cívico Luiz Gama” e da “Frente Negra Brasileira” (organizações negras da década de 1930).

Não foi possível identificar como Wandico Norberto iniciou suas atividades políticas. De qualquer modo, de acordo com os entrevistados Pedro de Jesus e Brazilina da Silva Baptista, essa participação pode estar associada a Navarro de Andrade, patrão de Wandico na época.

Outra hipótese é a de que Humberto Cartolano – político atuante na cidade desde a década de 1930, dono do jornal “Cidade de Rio Claro”, e candidato a prefeito pela UDN em 1947 – o tenha convidado. Em documentos pessoais de uma de nossas entrevistadas, Cartolano aparece como

um democrata sincero e apaixonado, que fazia questão absoluta de obter a cooperação de todos, inclusive dos pretos rioclarenses, aos quais deu as mais irrestrictas colaborações, na formação do CENTRO CÍVICO “LUIZ GAMA”, a qual foi valiosa sua contribuição pecuniária, e franqueando as colunas de seu jornal, para que conseguissemos o maior número de congregados, dos componentes da raça negra (“Ecos das homenagens Póstumas”, matéria de jornal escrita por Aristides Souza Santos, s/ identificação e data).

Wandico foi identificado pela comunidade negra como aquele que estava, sempre, em todas as realizações da raça negra, independentemente de facções. Muito possivelmente a UDN o tenha selecionado, dentre os demais “homens de cor”, em razão de sua capacidade associativa e desse seu livre trânsito no meio negro. Ao que parece, a estratégia “inclusiva” da UDN tinha pelo menos dois objetivos: (a) sintomatizar o potencial de voto da “gente de cor”, num momento em que seriam realizadas eleições diretas; e (b) angariar votos que, fossem ou não suficientes para eleger Wandico, acabariam por beneficiar o partido.

Nas eleições de 1947, houve vereadores que conseguiram se eleger com pouco mais de 100 votos. Já Wandico Norberto, com 42 votos, não foi eleito. As diferentes opiniões dos entrevistados em geral, com relação à não ascensão política no meio negro, serão explicitadas após apresentarmos todos os candidatos negros, entre 1947 e 1963.

Em 1947, para prefeito venceu na cidade Benedito Pires Joly (PSP). Pires Joly foi introduzido na política por intermédio do coronel Marcelo Schmidt, e atuava na política local desde a década de 1920 (Bilac, 2001). Joly foi eleito com 3.698 votos, seguido por Humberto Primo Torreta (da coligação PTN, PR, PSD), com 3.278 votos, e por Humberto Cartolano (UDN), com 1.907 votos (Jornal "Diário de Rio Claro", de 13/11/1947). Primo Torreta era funcionário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Humberto Cartolano (já citado) era filho de italianos bem sucedidos, sendo, entre outras funções, comerciante.

Entre os vereadores eleitos em 1947 foram identificados, segundo Bilac, comerciantes (28,5% do total de vereadores), técnicos (11,9% do total de vereadores), ferroviários (9,5% do total de vereadores), engenheiros (7,2% do total de vereadores), médicos (4,7% do total de vereadores) e dentistas (4,7% do total de vereadores) (Bilac, 2001, p.116). A maioria desses vereadores descendia de imigrantes.

A larga inserção de descendentes de imigrantes na política local constitui um bom indicador para mostrar a permeabilidade da estrutura social à essa penetração. Ao referido grupo foram oferecidas pelo menos as mesmas oportunidades de ascensão da qual gozaram os descendentes dos antigos colonizadores portugueses (Nogueira, 1998, p.175). Ressalte-se ainda que

o período decorrido de fins do século XIX (abolição da escravatura, proclamação da República) até 1930 [foi] justamente o lapso de tempo necessário para que a primeira geração de descendentes de escravos, que não testemunharam a escravidão, e a primeira geração numericamente considerável de descendentes de imigrantes, já nascidos no próprio país, chegassem à maturidade (Nogueira, 1998, p.174).

Para além da maturidade, fatores tais como: pertencimento à cidade ou à região; ligação com antigos coronéis; participação em associações de diferentes naturezas e capacidade de atrair votos, possibilitaram a entrada de novos elementos na política municipal. Além disso, vale lembrar que todo candidato passa por uma seleção prévia, seleção esta conduzida pelo partido e pela própria sociedade. Dessa forma, o processo de ascensão a cargos políticos envolve os que já se encontram em fase de mobilidade ascendente ou, dito de outra maneira, ascendem politicamente os que já vinham, de alguma forma, ascendendo.

A tabela abaixo aponta para a origem dos vereadores eleitos:

Tabela 10 : Origem do Sobrenome dos Vereadores Eleitos em Rio Claro Eleições Municipais de 1947

Total de Vereadores Eleitos	% Com Sobrenome Italiano	% Com Sobrenome Alemão	% Com Sobrenome Sírio-Libanês	% Com Outros Sobrenomes	% Com Sobrenomes Mistos
27	40.74%	07.40%%	03.70%	48.14%	—

Os dados acima revelam que a maioria dos vereadores eleitos descendia de imigrantes. Entre os que foram classificados na categoria “Outros Sobrenomes”, existe certamente um percentual de descendentes de imigrante, sobretudo de origem portuguesa.

Entrevistamos parentes de Benjamin Vecchiato e Antenor Chiossi, ambos eleitos para o cargo de vereador em 1947 e descendentes de imigrante. Assim como a grande maioria dos vereadores da época, os dois também falecidos.

Conseguimos entrevistar José Vecchiato, irmão do ex-vereador Benjamin Vecchiato, que nos falou um pouco sobre ascensão política do irmão:

Meu pai foi vereador de 1934 a 1936 (...) Em 1946 [1947] há eleição novamente. Aí esse pessoal que fundou a UDN, vieram procurar o meu pai, e daí meu pai falou que não queria saber mais disso. Aí pegaram o Benjamin, mas ele era novo, estava estudando no terceiro ano científico, tinha 20 ou 19 anos. Acho que ele foi o vereador mais novo de Rio Claro. Mas acho que foi pela influência do meu pai, porque ele foi diretor da Associação Comercial [de Rio Claro] desde a fundação. Tínhamos a Casa Vecchiato, que era um centro comercial para a zona rural, porque esse pessoal de fazenda que tinha aqui, de sábado e domingo, lavavam os pés, botava os sapatos e vinham para a cidade fazer compras, e meu pai justamente naquela época [que] tinha o Banco do Brasil e o Ministério da Agricultura, porque praticamente financiava o pessoal plantar arroz, aí ele [o pai] comprava o arroz e com a compra os sítiantes pagavam a conta do armazém que era pago uma vez por ano (...) Ele vendia sementes, orientava o que o pessoal plantava, arroz, milho, feijão, e aquilo que aquele ano iria vender mais... (...) Meu irmão foi [eleito] mais pelo prestígio de meu pai, tanto é que ele teve uma expressiva votação na época, 200 ou 300 votos, eu acho que era isso, porque naquela época 500 votos elegia um prefeito. Então, anos atrás, tinha gente que chegava e falava assim: "tive 50 votos"; eu digo parabéns, porque não é fácil conseguir 50 votos (...) A primeira eleição foi super divertida. Em 1946 [1947] eu tinha 8 anos, e meu pai tinha um chevrolet, um caminhãozinho, e o Humberto Cartolano, na época, era dono da PRF 2, que é a [atual] Rádio Clube de Rio Claro. Então tinha alto-falantes e o caminhão do meu pai parava, subiam na carroceria e faziam o comício, eu ia sempre, subia no caminhão, tinha moças que cantavam, era um show... (Entrevista com José Vecchiato).

Com relação à vida associativa soubemos que, na época em questão, a família Vecchiato participava da Sociedade Italiana de Beneficência, e igualmente da Sociedade Dançante Cidade Nova.

Entrevistamos também Laís e Alba Chiossi, filhas do ex-vereador Antenor Chiossi. De acordo com suas informações, seu pai era farmacêutico. Já o pai de Antenor, que morreu na década de 1920, era chefe de estação da Companhia Paulista de Estradas de

Ferro. Interessa notar a observação de Alba, com relação a seus avós e a seu pai que, segundo ela, jamais sofreram algum tipo de preconceito racial. Ainda no início da entrevista, sem que lhe fosse dirigida qualquer pergunta sobre o grupo afro-descendente, a respondente relatou o seguinte:

O que eu acho é que eles tinham, eu não sei dizer, eles não gostavam de negros. É o que eu sentia, o que eu percebia (Entrevista conjunta com Alba Chiossi e Laís Chiossi).

Interessa aqui abrir parênteses para informar que muitos casos de racismo nos foram revelados pelo grupo negro. A entrevistada Severina Maria de Andrade referenciou dois casos, ocorridos em meados da década de 1940:

Eu lembro que minha mãe deu 500 réis e eu fui à padaria “Avenida”, era uma padaria boa. Cheguei lá e queria um doce, achei que 500 réis daria para comprar tudo. Mas escolhia um doce, o dinheiro não dava, escolhia outro e nada. Aí peguei um que custava 300 réis, aí o homem disse para mim assim: “toma negrinha, quando você não tiver dinheiro não entre aqui”. Essa padaria ficava na rua 5 [com] avenida 1, e tinha uma sobrinha da dona da padaria que estudava comigo, na mesma classe. Eu falei para ela dizer para tia dela que a padaria logo ia fechar de tanta praga que eu roguei. E fechou mesmo, foi à falência, não deu muito tempo fechou. Mas também, com o empregado que tinha... (Entrevista com Severina Maria de Andrade).

No terceiro ano fui cair na classe da Dona Isoudina. Estudava eu, a Amélia e a Clarice, mãe do Cidão. Tinha dia que eu sentava com a Clarice, e outro dia com a Amélia, eram as três pretinhas da classe. As brancas ficavam olhando e chamando a gente de macaca, e a professora também. Ela até batia em nós a toa, sem ter feito nada, soltava a régua na nossa cabeça e chamava a gente de macaca (Entrevista com Severina Maria de Andrade).

Como destaca Guimarães, a função do insulto racial, como forma de uma identidade social estigmatizada,

é institucionalizar um inferior racial. Isso significa que o insulto deve ser capaz de, simbolicamente, a) fazer o insultado retornar a um lugar inferior já historicamente constituído, e b) reinstaurar esse lugar (Guimarães, 2000, p.45).

Voltemos, agora, às informações a respeito do vereador Antenor Chiossi.

Alba Chiossi relatou que, nas eleições de 1947, seu pai

estava representando Corumbataí, porque Corumbataí era um distrito de Rio Claro. No mesmo ano houve um plebiscito em Corumbataí, e o município foi formado, separou-se de Rio Claro. Ai houve uma eleição e meu pai foi eleito o primeiro prefeito de Corumbataí, foi no mandato de 1949, 50, 51, 52 e 53 (Entrevista conjunta com Alba Chiossi e Laís Chiossi).

Mais adiante, após analisados todos os períodos eleitorais em questão, serão apresentadas as diferentes opiniões dos entrevistados em geral, com relação ao sucesso político do grupo imigrante-descendente. Passaremos agora a analisar, prioritariamente, os grupos em questão e as eleições municipais da década de 1950.

Em 1950, Rio Claro contava com 47.073 habitantes. A população da cidade havia diminuído, pois em 1940 o recenseamento geral registrava um total de 47.287 habitantes. Para 1950 temos os seguintes dados:

Tabela 11 : População, por cor e sexo em Rio Claro-SP, 1950

1950	Cor Branca	Cor Preta	Cor Amarela	Cor Parda	Cor não declarada
Sexo Feminino	22.359	1.418	82	15	51
Sexo Masculino	21.791	1.207	97	12	41

Fonte: Recenseamento Geral de 1950

Tabela 12: População presente, por nacionalidade e sexo em Rio Claro-SP, 1950

1950	Brasileiros Natos	Brasileiros Naturalizados	Estrangeiros	Nacionalidade não declarada
Sexo Feminino	22.909	276	740	-
Sexo Masculino	22.000	346	801	1
Total	44.909	622	1.541	1

Fonte: Recenseamento Geral de 1950

Mais de 93% da população, de acordo com os dados acima, era de cor branca em Rio Claro. A população preta do mesmo ano, se comparada ao contingente de 1940, havia caído de 6% para pouco mais de 5% do total. Os demais grupos, tomados em

conjunto, novamente não chegaram a 1% do total da população. O número de brasileiros naturalizados subiu de 494 em 1940 para 622 em 1950, e o número de estrangeiros no município caiu de 3.165 em 1940 para 1.541 em 1950.

Para 1950, não encontramos dados que fornecessem informação específica sobre o número de habitantes que estariam aptos a votar. De qualquer forma, do total de 47.073 habitantes da cidade, 30.542 (14.751 mulheres e 15.791 homens) sabiam ler e escrever, e 10.581 (6.234 mulheres e 4.347 homens) não o sabiam. Para essa estimativa foram consideradas pessoas de 5 anos e mais de idade.

Em 1951, quando novamente ocorreriam eleições municipais, observa-se em Rio Claro a reorganização de grupos em torno da descendência comum. Entre esses está o “Centro Cultural e Beneficente Arabe-Brasileiro” (antiga “Sociedade União Síria”, de 1928) que organizava, em janeiro de 1951, seu conselho diretivo. De acordo com o artigo primeiro do estatuto do Centro, o mesmo teria por função “a união, a instrução, a moralidade, a cultura e o socorro entre os associados necessitados”.

Através dos nomes que comporiam o Centro, torna-se evidente a presença sírio-libanesa no município, presença tal não identificável se levarmos em conta apenas os dados do recenseamento, por exemplo.

A escolha de diretor esportivo [do Centro Cultural e Beneficente Arabe-Brasileiro] recaiu na pessoa do denodado esportista sr. Felipe Karam (...) Para o corpo de censores, foram eleitos os srs.: Kamal Hussni, Nelson Simão, Jamil Chaddad, José Bedran, Jamil Hussni, Bechara Jorge Chacur, Salim Buchidid, Zeki Saião, Francisco Pedro Junior, Zecke Haddad, Hosni Tauk, Anesio Pedro, Jorge Badra, Habib Buchidid, Chaquib Salomão, Natalino Marrach, Roberto Antonio, Roberto Kabbach, Jamil Pedro, Felicio Saad, Antonio Manoel Cherfên, Nagib Haik, Jorge Vagib Silva e Felicio Chacur.

Os conselheiros eleitos foram os seguintes srs.: Aziz Hussni, Salomão Simão, José Chaddad, Feres Simão, Rachid Chacur, Jorge Buchidid, Nadim Hussni, Nicolau Marrach, Lourenço Haik, Salim Sudaia, Fuad Haddad, José Badra, Waldemar Karam, Nicolau Haik, Antonio Marrach, Tufic Marrach, Zeki Hosni, Romeu João, João Pedro, Wagi Radi, Abdalla

Haik, Rachid Haik, Wanderley Pedro Nadin, Abdala Bedran, Raxd Badin, Alfredo Karam, dr. João Alem, Nuri Hussni, Nelson Salomão e Riscallah Cury (Jornal Diário do Rio Claro, de 23/01/1951).

A diretoria do Centro é composta dos seguintes elementos: Nometalla J. Jorge, Presidente; Dr. Pedro Féres, Vice-Presidente; Abdalla Jorge, 1º Tesoureiro; Laert Hussni, 2º Tesoureiro; Jorge Sudaia, 1º Secretário; e Michel^a Alem, 2º Secretário (Jornal Diário do Rio Claro, de 27/05/1951).

Também em 1951, mais especificamente em fevereiro, era fundado em Rio Claro o “Instituto Italo Brasileiro de Cultura”, com a finalidade de proporcionar aos associados “um ambiente sadio de recreação e derivativo espiritual, dentro do qual, irmanados pelo culto às belezas da arte e da ciência, logrem passar horas agradáveis de supremo deleite” (Jornal Diário do Rio Claro, de 08/02/1951).

O Instituto realizava suas reuniões na sede da Sociedade Italiana de Beneficência, existente em Rio Claro desde o último quartel do século XIX. Entre seus membros diretores destacavam-se Orestes Armando Giovanni, Vitório Mascaro, Italo Barbério – vereadores na época –, Dr. Ruy Cassavia e Dr. Nicolino Mazziotti – que seriam eleitos vereadores em 1959. Eram presidentes de honra do Italo Brasileiro o Dr. Hugo Caccuri, juiz de direito na época, e Benedito Pires Joly, na ocasião prefeito municipal.

Em uma das reuniões do Instituto, Nicolino Mazziotti, então presidente da associação, proferiu as seguintes palavras:

como brasileiro, como rio-clarense e também como descendente da terra de Dante, quero aqui trazer a afirmativa de que tudo o que estiver ao meu alcance dentro de meus fracos préstimos, darei de bom grado ao exito do nosso Instituto (Jornal Diário do Rio Claro, de 07/03/1951).

Em 21 de abril de 1951 a instituição iniciava oficialmente suas atividades, na sede da Sociedade Italiana de Beneficência. Na ocasião estariam presentes, além de autoridades locais, o vice-consul Luiz Martelli e a vice-consuleza Maria Martelli, da Itália, que atuavam na cidade de Campinas. Além dos associados e familiares, eram

convidados para a solenidade “rio-clarenses em geral” (Jornal Diário do Rio Claro, de 21/04/1951). Não obstante, cabe lembrar que o fotógrafo Roberto Copriva nos relatou um caso de racismo ocorrido na Sociedade Italiana exatamente em 1951, quando seriam recebidas ali duas autoridades italianas.

Na mesma época, as sociedades Grupo Ginástico, S.D.D. Cidade Nova e Grêmio Recreativo dos Empregados da Companhia Paulista firmavam entre si um convênio que, segundo noticiava o jornal, visava proporcionar “uma marcha de maior desembaraço e grandeza a todas as sociedades, além de permitir um aconchego mais estreito e mais amigo entre elas”. Nas reuniões do grupo, eram colocados em pauta assuntos que envolviam as questões das taxas a serem pagas, em bailes e reuniões dançantes, das datas (não coincidentes) para a realização de bailes, da formação de uma orquestra comum, entre outros (Jornal Diário do Rio Claro, de 21/06/1951).

Em uma das reuniões, Argemiro Mauricio Hofling, então vereador e representante do Grêmio dos Empregados da Companhia Paulista, comunicou ter eliminado do quadro de sócios do Grêmio um membro associado. A respeito do fato, noticiou o jornal local:

Essa medida estabelecida em convênio é grandemente benéfica e louvável à moralização e elevação das sociedades locais. Os elementos indisciplinados, tanto do sexo masculino como do sexo feminino – e que prejudiquem a sociedade, serão eliminados quando o acharem necessário os dirigentes da sociedade. No convênio será dado ao conhecimento das demais sociedades os seus nomes, ficando, automaticamente, o mesmo elemento eliminado de todas as sociedades locais (Jornal Diário do Rio Claro, de 21/06/1951).

Sobre as associações acima descritas, o entrevistado Durval Augusto, da comunidade negra rioclareense, deu o seguinte relato:

A S.D.D das quatro era a mais humilde, era bacana. O Ginástico não tinha preconceito, o Grêmio também não, isso é historia. Agora a Philarmônia não admitia a raça negra lá dentro, nunca vi um casal de negro que era sócio da Phila, ali era preconceito (...) Eu não via preconceito. Freqüentavam o Ginástico os donos de lojas, como o Sergio

Hussni, que era sensação do comércio. Eram considerados os sócios do Ginástico os funcionários do comércio e os lojistas. O Grêmio e a Philarmônica era dos advogados, prefeitos, era mais ou menos assim (...) A Sociedade Italiana e o Ginástico alugavam para nós [da comunidade negra], apenas o Grêmio que nunca alugou, o Grêmio queria nós como sócios (Entrevista com Durval Augusto).

O mesmo informante disse ter participado de alguns bailes da comunidade negra, que foram realizados na Sociedade Italiana:

Foram duas ou três vezes que eu participei, isso foi mais ou menos em 1958. Acho que esse baile era para ser no Ginásio de Esportes, mas nós não conseguimos e daí alugamos a Sociedade Italiana (Entrevista com Durval Augusto).

Com relação a casos de impedimento da entrada de negros na Sociedade Italiana de Rio Claro, informou o mesmo entrevistado:

Eu não lembro, a não ser quando havia festas que eles davam, mas daí só entrava os convidados deles (...) Na S.D.D. eu participei de três bailes que os negros promoveram, quem mais promoveu lá foi a família do meu tio Alcindo. Isso foi logo depois que o pessoal do Auditório não queria que fizessem mais bailes, aí começamos alugar o Ginástico e a S.D.D. (Entrevista com Durval Augusto).

Referindo-se às associações em geral, o entrevistado Benedito Araujo, também da comunidade negra local, relatou:

[No passado] eu nunca fui barrado, porque eu sabendo já não ia, porque eu não tenho essa paciência de cara me barrar. Naquela época que não era liberal, agora sim que tem essas lutas contra o racismo, então já fui na Philarmônica, Ginástico, agora nesta década aqui, de 90 para cá. Mas a gente não se sente bem neste lugar, vai esses caras grã-finos, começam cochichar, então para evitar, eu não vou (Entrevista conjunta com Benedito Araujo e Maria Alice Araujo).

Ainda de acordo com o último informante,

o que ajudou muito [a Sociedade José do Patrocínio] foi a diretoria antiga do Ginástico, acho que em 66 (...) já tinha baile lá, mas era no Ginástico velho, porque esse prédio [de agora] é novo. [O salão velho] era no mesmo local, mas era menor e na esquina (...), e os diretores cederam o espaço para a gente fazer baile, colaboraram muito com a José do Patrocínio. Quando não estava ocupado (...) era cedido mesmo para fazer baile, o Patrô não estava construído ainda, acho que uns dois, três anos antes. E além deles deixar fazer o baile ali, quando derrubaram o antigo prédio, eles deram todas as mesas e cadeiras para o Patrô. Agora

eu não lembro se doaram ou foi vendido por um preço razoável para nós, eu lembro que foi eu, seu Wandico e meu cunhado Carlos Teixeira, que fazia parte [da Sociedade José do Patrocínio], baldeamos tudo para sede, demoliram e foi passado para nós (Entrevista conjunta com Benedito Araujo e Maria Alice Araujo).

Considerando os relatos acima, ficam evidentes duas importantes questões sobre Rio Claro. Uma delas está relacionada ao fato de que “baile de preto” era “baile de preto”, independentemente do local de sua realização. Em outras palavras, subsiste uma separação nítida entre baile de negros, de um lado, e de não-negros, de outro. A outra questão liga-se à dependência a que estava sujeita a “gente de cor”. Essa dependência, que se caracterizava por uma espécie de “nomadismo” constante, era gerada pela falta de espaço físico próprio.

Todavia, simultaneamente a esse processo, observa-se no meio negro uma luta constante, na busca por espaço próprio. No dia 16 de setembro de 1951 foi lançada a pedra fundamental do “Clube Cultural Luiz Gama”, que seria construído na rua 9, entre avenidas 25 e 27. De acordo com o entrevistado Daniel Souza Santos, que estava presente na solenidade, o terreno do

Centro Cultural era 200 metros além do Ginásio de Esportes (...) Logo depois do Ginásio na avenida 21, era uma valeta, que tinha mais ou menos 100 metros, e aonde é [atualmente] o Campo do Rio Claro era o Cemitério dos Leprosos, era isolado. Eu estava [no lançamento da pedra fundamental], estava o Schmidt, meu pai [Aristides Souza Santos], o Wandico, o Roque Viana, e tinha mais um que eu não lembro (...), a minha mãe, a senhora do Roque, Maria Célia, duas ou três mulheres... [O terreno] era de 10 por 25, era na esquina (Entrevista com Daniel Souza Santos).

O informante relatou que esse terreno fora doado por Augusto Schmidt Filho, político atuante na cidade desde a década de 1930, e que ganharia para prefeito nas eleições de 1955 e 1963. De todo modo, o Centro Cultural Luiz Gama não chegou a ser construído. De acordo com o mesmo entrevistado, a não construção do Centro estaria

ligada à baixa adesão de pessoas, e também ao medo que se tinha daquele lugar, que era próximo ao Cemitério dos Leprosos.

Com relação à Sociedade José do Patrocínio encontramos, em jornal de 1951, a notícia que segue :

Movimentam-se os meios da nossa gente de cor, para a eleição de sua Rainha, título conquistado por Evanilde dos Santos, após renhida luta em que competiram fortes concorrentes. Foram eleitas princesas, as stas. Cacilda Pinto, Wilma Emilio, Alda Beralda e Maria Eugenia.

A coroação de Sua Majestade Evanilde dos Santos, dar-se-á no próximo dia 22, no Ginasium Municipal, quando ali terá lugar um baile abrilhantado pela Orquestra Academica Befor com os bandeirantes Nico e seus garotos.

Deverão comparecer ao baile, caravanas de São Paulo, Campinas, Jundiai, Americana, Itirapina, Limeira, Cordeiropolis, Piracicaba, São Carlos, Araraquara, Brotas, Baurú, Nova Odessa, Araras e demais cidades vizinhas.

A coroação será procedida pela Rainha Negra da cidade de Limeira, que far-se-á acompanhar de seu sequito. Traje – passeio.

A festa é promovida pela Sociedade José do Patrocínio, presidida pelo sr. José Andrade (Jornal Diário do Rio Claro, de 12/12/1951).

Com relação à notícia imediatamente acima, cabem aqui algumas considerações. A eleição da primeira Rainha Negra da cidade liga-se tanto à resistência, quanto à auto-estima dos negros rioclarenses. Na realidade, essa eleição deixa entrever a luta coletiva do grupo negro local, que emerge justamente num sistema onde a regra sempre foi eleger rainhas supostamente “neutras”.

Ressalte-se, ainda, que o uso do pronome possessivo nas notícias relacionadas aos negros da cidade era altamente freqüente. Expressões do tipo “a NOSSA gente de cor” e “os NOSSOS homens de cor” eram constantemente utilizadas pelo jornal analisado, o que sugere um certo paternalismo com relação ao grupo negro. Por outro lado, em momento algum foram achadas frases do tipo “a NOSSA gente sírio-libanesa”, ou “os NOSSOS homens da terra de Dante”, a exemplo. Parece fazer sentido dizer, com

relação aos jornais analisados, que a tez branca ou “neutra” dispensa o uso do pronome “nosso”, indicador de posse.

Focalizando as eleições municipais de 1951, analisamos todos os nomes dos candidatos a vereador, procurando identificar a origem dos sobrenomes que eles apresentavam. Para o ano de 1951, segue tabela:

Tabela 13: Origem do Sobrenome dos Candidatos a Vereador em Rio Claro Eleições Municipais de 1951

Partido ou Coligação	Total de Candidatos pelo Partido	% Com Sobrenome Italiano	% Com Sobrenome Alemão	% Com Sobrenome Sírio-Libanês	% Com Outros Sobrenomes*	% Com Sobrenomes Mistos
PSP	25	44.00%	—	08.00%	44.00%	04.00%
PTB	19	57.89%	10.52%	—	31.57%	—
PSD	23	34.78%	26.08%	—	39.13%	—
PTN	16	31.25%	12.50%	12.50%	43.75%	—
PRP	9	11.11%	22.22%	11.11%	55.55%	—
PR	22	27.27%	04.54%	—	63.63%	04.54%
PDC	17	11.76%	11.76%	05.88%	58.82%	11.76%

* Foi aí incluído Antonio Maria Marrote, português, candidato pelo PTB.

Na categoria “Outros Sobrenomes”, da tabela acima, encontram-se Antonio Maria Marrote, português, Aristides Souza Santos e Oswaldo Augusto, ambos negros.

Não foi possível identificar nenhum parente de Antonio Maria Marrote, para que fosse realizada entrevista. Não obstante, sobre sua trajetória, encontramos a informação que segue:

Nasceu na vila de Freixo de Espada à Cinta, Portugal, em 19 de agosto de 1900, filho de José Joaquim Marrote e Maria José Marrote. Chegou ao Brasil em 1912, naturalizando-se ao atingir a maioridade. Trabalhou em Rio Claro como balconista, obtendo mais tarde sua própria loja de fazendas e armário. Casou-se com Julia Pitta e não deixou descendência. Abandonando o Comércio, dedicou-se à exploração de uma caieira no bairro da Assistência. Em Moji das Cruzes e Pindamonhangaba, trabalhou na indústria madeireira. Volta a Rio Claro

para dedicar-se à política. Elegeu-se Vereador para o quadriênio 1952-1955, cargo que ocupou por sucessivas reeleições até 1972. Durante onze anos exerceu a Presidência e a Vice-Presidência da Câmara. Substituiu o Prefeito Francisco Scarpa de 20 de agosto a 8 de outubro de 1962, na qualidade de Presidente da Câmara. Foi eleito Vice-Prefeito para o quadriênio 1973-1976 (...) Faleceu em Rio Claro em 29 de agosto de 1980 (*Crônica dos Prefeitos de Rio Claro: 1908-1983*, 1983, p.151).

A respeito do candidato negro Aristides Souza Santos, nos falaram seus filhos Vera Lucia e Daniel Souza Santos. Vera nos emprestou documentos que são inseridos nesse trabalho, por estarem relacionados à luta por inserção política do grupo negro. Sobre Aristides, falou seu filho Daniel:

Meu pai, era trabalhador, se informava muito das coisas, lia os códigos civis, as leis, foi jurado [do júri local] em 1957. [Mostrando o Código do Processo Penal, que era do pai, o informante nos diz:] Ele tinha isso, tem a dedicatória aí: “Aos jurados compete somente fazer justiça, de conformidade com os ditames da lei”. Ele se virava bem. Ele foi motorista do Navarro de Andrade, ele acompanhou o Navarro por suas andanças, pelo Horto de Araras, São Carlos, em Rio Claro, Cordeirópolis, Boa Vista... Meu pai dirigia os carros da Fiat, carro 28, tinha 5 marchas, ele engatava as marchas dentro da garagem. Ele tinha muitas anotações, falava muito. Tinha os pensadores gregos, Péricles, muita coisa foi perdida, livros (...) Tinha a biblioteca dos Navarro [no Horto], aí ele pegava os livros e lia, tinha volumes de Freud e de muitos pensadores importantes. Era um conhecimento (Entrevista com Daniel Souza Santos).

De acordo com o respondente, talvez seu pai tenha tido contato com este tipo de leitura através de uma instituição religiosa:

A Igreja Evangélica Adventista, na rua 5, nós freqüentávamos lá algum tempo, na minha infância, de 4 até 12 anos. Então acho que era daí, pois a cultura era acima da média, então acho que era por isso (Entrevista com Daniel Souza Santos).

Sobre a atuação social de Aristides no meio negro, Daniel relatou que seu pai participava ativamente do Centro Cívico e Beneficente Luiz Gama:

Acho que [o Centro Cívico “Luiz Gama”, e não o “Centro Cultural Luiz Gama”] começou em 1937, e foi até depois da Guerra, 1945 por aí. Acho que durou até a década de 50, durou uns 20 anos. [Faziam parte do “Luiz Gama”] o Wandico, o Viana, meu pai, aquele Amaral que morava na rua 7, perto do D.R.E, ele era um dos diretor do Tamoio (Entrevista com Daniel Souza Santos).

Sobre a introdução de Aristides na política, comunicou o mesmo informante:

Quem [o] incentivou foi o Castelano, ele era advogado na época. Tinha algumas causas, ou problemas jurídicos resolvidos, e acho que ele aconselhou. [Havia] problema de calçadas, os negros não podiam fazer o footing na avenida 1. O Jardim [Público] era fechado, na rua 3 tinha um portão (...), então era restrito para os brancos (...) Inclusive na avenida 3, entre rua 4 e 5 meu pai foi empurrado. Os negros vieram da Matriz e teve uma desavença. Empurraram-no em uma muretinha, foi uma briguinha rápida, mas teve (Entrevista com Daniel Souza Santos).

Interessa, aqui, abrir parênteses para a questão do *footing* em Rio Claro. Em todos os relatos do grupo negro, a Praça da Liberdade é associada ao *footing* dos negros. Já o Jardim Público é identificado como sendo o espaço do *footing* dos brancos. Vejamos relatos sobre o assunto:

Era muito difícil família de cor que transitavam na Avenida 1. Do Jardim até enfrente ao [cinema] Variedades era difícil, não tinha nem por hábito. Não vou dizer que eles não aceitavam descer pela Avenida 1, mas a gente descia tropeçando nos próprios pés de vergonha, eu mesmo preferia dar a volta pela Rua 3 para ir na Liberdade, do que atravessar pela 1 (Entrevista com Durval Augusto).

(Benedito) Mas tinha na Praça da Liberdade aonde eram só dos negros, só passavam negros. Se você quisesse encontrar negros era só chegar lá (...) Aonde [hoje] é o Fórum, era a Cadeia Pública (...) E tem mais: na avenida 1 do lado esquerdo, era dos brancos da classe média, e do lado direito era das faxineiras das fábricas, das turminhas mais pobres. Era assim, não se misturavam (...) E na avenida 2, em frente ao Excelsior, era dos mais finos, dos ricos, era filhinhos de papai, dondoca (Entrevista conjunta com Benedito Araujo e Maria Alice Araujo).

(Pedro) Quando a gente queria arrumar namorada, a gente ia lá, e as moças também. Os negros subiam e as negras desciam, virava na avenida 3 e avenida 5, na rua 6 e 7, e era só dos negros. Tinha bandas que tocavam, branco não ia lá, [branco] era só ali na avenida 1 perto do cinema (Entrevista conjunta com Pedro de Jesus e Brazilina da Silva Baptista).

A população branca dizia que ali na Praça da Liberdade, eles chamavam pejorativamente de “Abrigo de Corvos”, por causa que os negros só se reuniam ali... (Entrevista com José Carlos Silva).

A referida Praça da Liberdade, também denominada Praça da Matriz, era ladeada pela Igreja São João Batista e pela Cadeia Pública. A igreja citada é, até hoje, a Matriz

da cidade, por ser a primeira instalada no município. Já no espaço da antiga Cadeia existe atualmente o Fórum da cidade.

No geral os relatos deixam transparecer, com nitidez, a existência de divisões que se baseiam em critérios de raça, posição sócio-econômica e gênero. Cada indivíduo ou grupo social teria seu espaço previamente reservado, de acordo com os condicionantes em questão. Todavia, é necessário que façamos a seguinte observação: enquanto no *footing* dos negros parece subsistir apenas os critérios raça e gênero – e não uma diferenciação sócio-econômica, ainda que ela existisse de fato –, no *footing* do grupo branco são considerados os três critérios.

Dois de nossos entrevistados, que se consideram negros e que são socialmente reconhecidos como tal (apesar da aparência “morena”), relataram ter sido possível transitar no *footing* dos brancos. Mas isso ocorria muito esporadicamente, e o espaço a ser ali ocupado era o dos brancos pobres.

É preciso considerar também a questão da liberdade. Sem sombra de dúvida, o *footing* dos negros despertava atenção redobrada, isso tanto do poder religioso da tradicional Matriz, quanto do poder coercitivo da polícia. Em outras palavras, para os negros existia a Praça da “Liberdade Viguada”.

Cabe aqui destacar que, como observa José Guilherme Magnani, podemos observar “sinais de pertencimento”, isso tanto no indivíduo quanto no grupo ao qual ele pertence. Estabelecendo o conceito de “pedaço”, para se remeter ao lugar particular e restrito de um grupo, e de “mancha”, para se remeter ao espaço aberto no qual diferentes grupos podem ser vistos, o autor mostra que a identidade grupal é mantida através do “se conhecer” no pedaço e do “se reconhecer” na mancha. Assim, os que fazem parte de um grupo social carregam sua identidade até mesmo na “mancha”, ou seja, fora de seu

“pedaço” ou espaço grupal. A identidade é uma marca registrada encarnada no indivíduo e no grupo, quer no próprio território, quer fora dele (Magnani, 2001).

Os conceitos “pedaço” e “mancha” são úteis para pensar a ocupação dos espaços da cidade. A questão que se levanta é “quem tem poder para ocupar o quê”. Com relação ao *footing* dos negros, nota-se que o espaço da Praça da Liberdade não era de fato única e exclusivamente de negros. Ali eram realizadas atividades religiosas, comícios, entre outras atividades, que envolviam a sociedade rioclarense em geral.

Dessa forma, a Praça da Liberdade funcionava ao mesmo tempo como o “pedaço” temporário do grupo negro, e como a “mancha” que envolvia a sociedade rioclarense como um todo. Isso corresponde a dizer que, na mesma Praça, havia momentos para se conhecer, no “pedaço”, e para se reconhecer, “na mancha”.

Mas é preciso salientar que, enquanto os grupos de origem imigrante em geral tinham o seu próprio “pedaço”, o grupo negro ocupava sempre um espaço que era, na maior parte do tempo, uma “mancha”, e temporariamente um “pedaço”. Isso ocorria não só na praça, mas em todas as realizações do grupo negro, que aconteciam em espaços ora alugados, ora cedidos, mas de qualquer modo sempre intermitentes. Voltemos, agora, à questão da candidatura de Aristides Souza Santos.

PARA VEREADOR

ARISTIDES SOUZA SANTOS

Um homem do povo a serviço do povo, para honrar os homens de côr.



P
T
B

P
T
B

**Dará o máximo esforço em prol dos humildes.
Defenderá intransigentemente, tôdas as nobres
iniciativas, dentro da ordem e da justiça.**

**AGIRÁ! Com Augusto Schmidth
Filho, levando água e esgotos na
Vila Paulista e noutros bairros.**

No bairro Vila Paulista, referenciado no documento acima, morava Aristides Souza Santos. Ele era muito atuante na Igreja Santo Antonio de seu bairro, onde assumiu várias funções de liderança. Sua filha guarda consigo várias matérias que ele próprio escreveu, e que foram publicadas nos dois jornais da cidade. Os principais assuntos por ele abordados diziam respeito à igreja, aos problemas de saneamento básico de seu bairro e à luta negra brasileira.

Aristides, assim como Wandico Norberto, também trabalhava no Horto da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e, como se pode observar, a referência à cor é encontrada no material eleitoral de ambos. Pensando na questão da marca, da qual fala Oracy Nogueira (Nogueira, 1998), se os candidatos “de cor” não se identificassem como tal, a sociedade mais abrangente o faria. No caso do grupo negro a marca racial, caracterizada não só pela cor como também pelos traços negróides, é indisfarçável.

Esse tipo de apelo não foi encontrado em materiais eleitorais de imigrantes-descendentes. Isso não quer dizer que esse recurso não existisse, no caso de candidatos de origem imigrante. O fato é que, na “mancha”, seria mais conveniente evidenciar primeiramente a identidade brasileira. Já no “pedaço”, haveria maior liberdade para a afirmação da identidade de origem. Seria então necessário jogar com essas duas identidades, de acordo com a situação que se apresentasse.

Um outro ponto diz respeito à adesão dos negros ao PTB – partido pelo qual se candidatou Souza Santos em 1951, em Rio Claro. Em pesquisa realizada no Rio de Janeiro, Amaury de Souza estudou a correlação entre raça e voto na eleição presidencial de 1960. O autor verificou que, enquanto os brancos aderiam mais à UDN, os negros (pretos e pardos) confirmaram preferência pelo PTB (Souza, Amaury de. “Raça e

Política no Brasil Urbano”. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, 11(4):61-70, 1971; apud Prandi, 1996, p.63).

A maioria dos negros, independentemente do fator classe social, preferiu tanto o partido quanto os candidatos trabalhistas, enquanto a maioria dos brancos escolheu candidatos da classe média. Para o autor, a feição populista do trabalhismo do PTB de Vargas é que explica a adesão do negro à essa corrente partidária (Souza, Amaury de. “Raça e Política no Brasil Urbano”. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, 11(4):61-70, 1971; apud Prandi, 1996, p.63).

Assim como Souza, Andrews também constatou essa mesma tendência política do grupo negro. Focalizando de modo especial São Paulo, o autor verifica que o Estado Novo de Vargas, que engendrou uma política de proteção ao trabalhador e a tutela dos sindicatos – e mais adiante o trabalhismo do próprio Getúlio, de Jango e Brizola – atraiu a simpatia da população negra de então (Andrews, 1988).

A nossa hipótese é a de que a mesma tendência também se verificou no caso de Rio Claro. Sem que fossem indagados sobre o PTB, dois de nossos informantes fizeram referência a esse partido. Como expusemos anteriormente, a entrevistada Severina Maria de Andrade, filha de José de Andrade, informou que seu pai atuava politicamente pelo PTB. Com relação ao mesmo partido, disse o entrevistado Durval Augusto:

aquele tempo tinha o Partido Trabalhista Brasileiro, era o partido que os ferroviários tinham acesso. Era bacana o sistema da política (Entrevista com Durval Augusto).

Ressalte-se também que alguns de nossos entrevistados se recordaram da participação de Antonio Araujo no PCB, isso entre as décadas de 1950 e 1960. Antonio Araujo era negro, ferroviário e membro da Sociedade José do Patrocínio. O entrevistado Benedito Araujo, sobrinho de Antonio Araujo, concedeu o seguinte relato:

Naquela época de política o PCB era tudo clandestino. Eu era mas não assíduo, eu fazia parte mas não me metia na política, como até agora. Eu só dei meu nome em algumas reuniões, por causa do meu tio Antonio Araujo, que era do partido. Ele andava fugido, aonde que a polícia descobria que tinha reuniões ia lá para prender, mas eles conseguiam escapar. Não tinha sede, porque era clandestino. Conforme a situação tinha [reunião] na Vila Paulista, Bairro do Estádio ou na Vila Operária, não podia fazer em um só lugar porque se aparecia muita gente em uma casa só, você já viu o que acontecia. Era perseguido mesmo e para [alguém] dedar não custava muito, e se fosse preso estava ferrado (...) Meu pai era [do partido] também, tinha bastante gente do Horto, era a classe mais pobre. Tinha alguns remediados no meio, tinha alfaiate, contador, mas era mínimo (...) [Antonio Araujo] não era bem o presidente, mas era o que mandava na turma, era o que organizava. Infelizmente esses já foram, mas a luta era pelos trabalhadores. Naquela época era bravo (...) O Partido Comunista era bem antes do Getúlio Vargas, era desde 30, onde houve a Revolução. O Partido ... fechou mas depois reorganizou, e o meu tio estava na década de 50. Eu entrei com vinte anos, o meu tio era mais antigo, acho que bem antes, porque ele falava muito no Carlos Prestes (...) Era muito perseguido. [Na década de 1950] eu não sei como eles conseguiram colocar uma bandeira do partido em cima de uma torre na rua 14 com a rotatória da Visconde [em Rio Claro], não sei se a torre ainda está lá, acho que era de rádio. Eles iam comemorar uma data, então colocaram essa bandeira bem na ponta da torre. Era gostoso (...) Eles sabiam os nomes mas não conseguiam pegar no flagra. Eu não disse que meu tio teve que pular em um rio com roupa e tudo, por causa de uma batida?! Todos eram perseguidos (Entrevista conjunta com Benedito Araujo e Maria Alice Araujo).

Outro entrevistado também se recordou do episódio da torre:

Uma determinada manhã, um dos cabos de aço de sustentação da torre [do Rádio de Rio Claro] estava preso à uma bandeira que ostentava a foice e um martelo. Então o grande comentário era que tinha uma bandeira comunista presa na Torre do Rádio... Foram feitas várias tentativas para ser tirada, mas ela estava presa ao cabo de sustentação da torre... Eu sei que depois de várias tentativas, levou-se mais de dias, aí conseguiram se eu não me engano queimar a bandeira que estava lá... Comentava-se (...) que o responsável por ter colocado aquela bandeira [na torre] era o seu Antonio Araujo, que era conhecido como militante comunista. Isto foi um boato que correu e até hoje ninguém sabe a verdade... (Entrevista com José Carlos Silva).

De acordo com o mesmo entrevistado:

ao mesmo tempo, nessa mesma época, no mesmo local, tinha uma piscina pública e que era administrada por uma senhora de origem alemã, e nessa piscina pública não [se] permitia a presença de negro. Eu me recordo bem que nós íamos à piscina e podíamos ficar ao lado..., não podíamos entrar. Inclusive ela [a administradora] usava o termo “de cor não entra, de cor não poder entrar na piscina”. Então era um fato

característico que impedia os negros de usar uma piscina, que era ali junto a essa Torre do Rádio. [Mais adiante] essa situação praticamente veio a se encerrar. Mas mesmo assim... Rio Claro é uma cidade em que o racismo realmente era patente. Havia a separação da população (...) Foi na década de 50, foi entre 55 e 60 por aí... (Entrevista com José Carlos Silva).

Voltemos, agora, a questão das eleições de 1951. Não encontramos material sobre o candidato negro Oswaldo Augusto que, no pleito em questão, concorreu para vereador pelo PR. No entanto, referindo-se a ele, comunicou seu sobrinho Durval:

Meu tio Oswaldo alegava que foi o fundador do sindicato dos ferroviários (...) A paixão dele era ler jornal, ele conhecia de política tudo do Brasil através de jornal, o jornal não faltava debaixo do braço [dele]. E era o Estadão, não era jornalzinho nosso aqui. Se você conversasse com ele, ele sabia de tudo através de jornal, ele entendia de todos os assuntos, e não lia de esporte, não gostava muito de futebol. Ele freqüentava muito pouco os clubes de negros, ele gostava muito de dar moral nas pessoas, falava como político, não é igual a gente que fala brincando. Era sempre sério (...) Devido ele ser assim o pessoal [do grupo negro] o chamava para ser diretor. Tinha que ver, o pessoal o bajulava por ele ser um dos fundadores do sindicato dos ferroviários. [Ele era] maquinista classe A, foi um dos primeiros que se especializou em máquinas elétricas (Entrevista com Durval Augusto).

No geral, a votação dos candidatos “de cor” foi a seguinte em 1951: Aristides recebeu 47 votos (praticamente o mesmo número de votos que teve Wandico Norberto em 1947) e Oswaldo Augusto, 36 votos. Como outrora dito, analisaremos a questão mais adiante.

Em 1951, seria eleito um número menor de vereadores. Essa modificação deveu-se à reforma da Lei Orgânica dos Municípios e à votação da Assembléia Estadual, que estabeleceu o número de dezenove cadeiras para Rio Claro. A Assembléia estabeleceu também que haveria eleição para o cargo de vice-prefeito, além das eleições para prefeito e vereador (Jornal Diário do Rio Claro, de 07/08/1951).

No período em questão, foi eleito vice-prefeito Bolivar Escher, descendente de alemães, pelo PSP. Fausto Santomauro, descendente de italianos, foi eleito prefeito com 45% dos votos, pelo mesmo partido. Em 1950, a coligação PTB-PSP, que apoiava o

vitorioso Lucas Nogueira Garcez para governador de São Paulo, tinha obtido em Rio Claro 48,75% do total dos votos (Bilac, 2001, p.120).

Com relação aos vereadores eleitos, segue tabela:

Tabela 14: Origem do Sobrenome dos Vereadores Eleitos em Rio Claro Eleições Municipais de 1951

Total de Vereadores Eleitos	% Com Sobrenome Italiano	% Com Sobrenome Alemão	% Com Sobrenome Sírio-Libanês	% Com Outros Sobrenomes*	% Com Sobrenomes Mistos
19	42.10%	—	10.52%	47.36%	—

* Foi ai incluído Antonio Maria Marrote, português, eleito pelo PTB.

Assim como ocorreu em 1947, em 1951 a maioria dos vereadores eleitos descendia de imigrantes. Entre os que foram inseridos na categoria “Outros Sobrenomes”, existe certamente um percentual de descendentes de imigrante, sobretudo de origem portuguesa.

O anteriormente citado Argemiro Mauricio Hoefling, descendente de alemães, foi eleito suplente em 1951 pelo PTN, e chegou a ocupar o cargo de vereador. Hoefling já havia sido eleito para o mesmo cargo em 1947. Sobre o mesmo, seu primo deu as seguintes informações:

Ele era funcionário da Paulista. Foi só essa [sua profissão], aposentou-se nessa, foi vice do doutor Augusto Schmidt. [Na Paulista] ele chegou a chefe (...) por causa que ele tinha uma certa liderança... (Entrevista com Augusto Hoefling).

Como já comentado, analisaremos a ascensão do grupo imigrante como um todo, ao final do capítulo. Passemos, agora, às informações de 1955.

Em março de 1955, quando o então vereador José Felício Castellano presidia o Instituto Italo Brasileiro de Cultura, veio à Rio Claro Francesco Ruffo Di Scaletta, vice-

consul do sul da Itália. A autoridade italiana foi recebida oficialmente pelo prefeito Fausto Santomauro, na prefeitura municipal. Em meio a muitos festejos seriam homenageados o vice-consul e o sócio Domingos Padula (Jornal Diário do Rio Claro, de 26/03/1955).

Também o Grêmio dos Empregados da Companhia Paulista dava continuidade às suas atividades. Segundo notícia de jornal publicada em setembro de 1955, na qual tinha destaque a foto da nova piscina do clube, a instituição possuía

(...) um bem montado parque infantil para os filhos de associados com grande movimento.

Na parte social, muito teríamos a dizer: o movimento gremista é dos maiores. Todas as apresentações dançantes são de grande comparecimento dado o grande número de associados e suas respectivas famílias, pois seus vastos salões são bem confortáveis.

Devemos relembrar o dinamismo gremista por ocasião da eleição da Rainha da Cidade Azul, onde todos, num grande impulso de colaboração, fizeram com que Neide Christofolletti conseguisse tão almejado título, por vários anos. O baile de coroação foi pomposo, estando indelevelmente marcado nos anais sociais de Rio Claro

Após alguns anos, veio novo concurso. Venceu novamente o Grêmio, elegendo S. M. Aleida Fahl, Rainha da Cidade Azul, que comanda o trono até hoje.

Todos os meses têm os gremistas e suas respectivas famílias: bailes, aperitivos e matinées dançantes. Programas de palco, dramas, cinemas e etc. (Jornal Diário do Rio Claro, de 01/09/1955).

Com relação a participação de negros no Grêmio, obtivemos vários relatos. De acordo com a grande maioria dos entrevistados do grupo negro, aos negros era realmente impedido o acesso ao clube da ferrovia, ainda que estes fossem ferroviários. Não obstante, o ex-ferroviário Durval Augusto relatou o contrário:

nós queríamos que a comunidade negra frequentasse o Grêmio, isso acho que foi mais ou menos em 1956, pois o inglês Blat falou que poderia aceitar todas as famílias de negros de Rio Claro, desde que entrasse com uma quantia de jóia. Mas 99% da negrada não quis aceitar pagar essa jóia, e olha que era uma coisa interessante. Eles queriam fazer também um salão para a Escola de Samba, seria um salão dentro do Grêmio mas independente, assim poderíamos participar de todas as atividades, como esporte, bote, futebol, poderia participar de tudo... (Entrevista com Durval Augusto).

Por outro lado, o documento que segue é sintomático das demais opiniões encontradas:

Documento III: **Sociedade Recreativa dos Ferroviários Pretos da Cia. Paulista**

Exmo. Sr. Dr. Jaime de Uchôa Cintra
M. D. Presidente da Cia. Paulista de Estradas de Ferro
Rua Líbero Badaró nº 39, 5º andar - Edifício "Saldanha Marinho"
S Ã O P A U L O

Os abaixo-assinados, vem respeitosamente perante V. Exa., na qualidade de ferroviários da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Empresa a qual servem com satisfação, em virtude dos atributos honrosos e prósperos de seus superiores, que regem com justiça e equidade, tudo que concerne com o patrimônio da Cia., sem descuidar à assistência social, de seus inumeráveis funcionários.

Com a devida vênia, fazem um grandioso pedido a V. Exa., expondo antes os motivos, que os levaram a proceder assim:

Os pretos Picoelenses, embora sendo ferroviários, não podem ser sócios do Grêmio Recreativo dos Ferroviários da Cia. Paulista, por serem de cor; mesmo sendo proibido quaisquer preconceitos, pela nossa Constituição Federal, nada podem fazer, apenas sujeitam-se ao vexame, de serem preteridos em seu próprio torrão natal.

Diante dessa alternativa, apela para o espírito justo e filantrópico de V. Exa., afim de que lhes dêem um terreno, dos que a Cia. Paulista possui, nas proximidades da sua linha férrea, e que estão localizados, nas imediações da Vila Paulista, anexo às Indústrias Francisco Matarazzo, Horto Florestal.

Para levarem avante essa ideia, bastar-lhes-ão uma área de terreno, equivalente a (512) quinhentos e doze metros quadrados, ou seja, (16) dezesseis metros de frente, por (32) trinta e dois metros de fundo.

Os subscritores deste, assumirão as responsabilidades, de organizarem uma Sociedade Recreativa dos Ferroviários Pretos da Cia. Paulista, na hipótese de serem atendidos por V. Exa. nessa pretensão.

Subscrevemo-nos com a mais elevada estima e consideração, de V. Exa. Gros. Atos. Obged.

a) Aristides Souza Santos
Aristides Souza Santos - Diploma nº 6.062

Rio Claro, 10 de fevereiro de 1955

Segue as assinaturas -

Waldemar Souza
Waldemar Souza
Waldemar Souza

Fonte: acervo pessoal da família Souza Santos.

Não encontramos documento que trouxesse resposta ao requerimento em questão. De qualquer forma, é sabido que a sede do Grêmio dos Pretos de Rio Claro nunca foi construída. Muito provavelmente, a resposta do então presidente da Cia. Paulista, se é que existiu, tenha assumido contornos “universalistas”, baseando-se na exaltação da união racial entre os ferroviários.

Mas, antes que o documento acima fosse enviado em 1955, em 1954 os senhores Aristides Souza Santos, Wandico Norberto, Osvaldo Augusto, Nelson Caetano e Amaro Faria dirigiram à Câmara Municipal um requerimento, solicitando que fosse doado aos negros da cidade um terreno, para a construção de sua sede social. De acordo com o parecer do então vereador Humberto Cartolano, já havia na Câmara um ofício – ao que parece com solicitação semelhante –, assinado por José de Andrade, anteriormente citado. Andrade, que faleceu em 1953, era presidente da “Sociedade Dansante Familiar José do Patrocínio”.

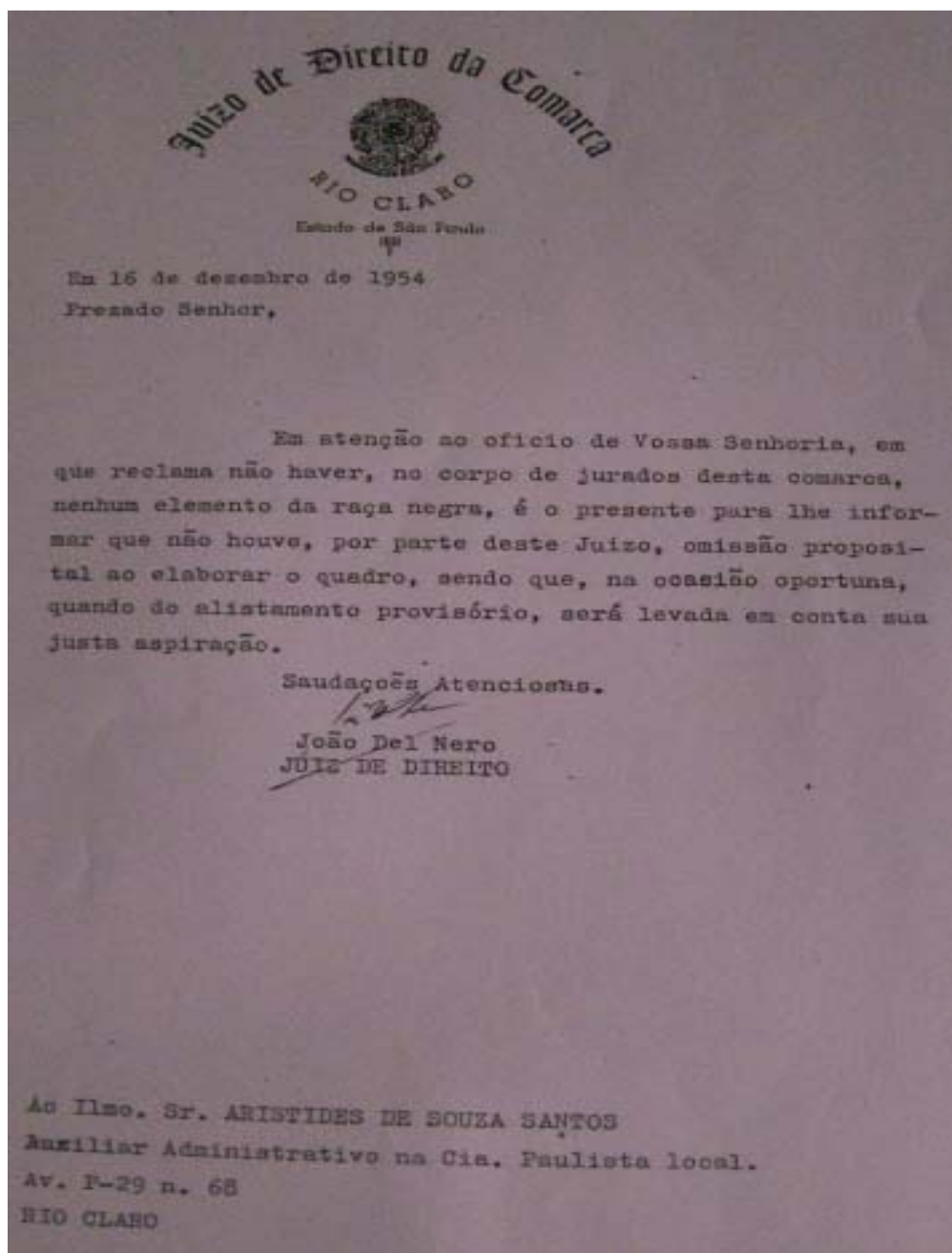
Em abril de 1954, os vereadores Humberto Cartolano e Fausto Pacheco de Aguirre submeteram à apreciação da Câmara Municipal de Rio Claro o Projeto de Lei 25 – 54, no qual constava o seguinte artigo:

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a abrir concorrência pública, na forma da lei, para cessão gratuita, por contrato de comodato, de uma área de terreno do patrimônio municipal que ela localizará, à sociedade de homens de cor que se proponha construir uma sede própria com a finalidade de congregar a classe, em um ambiente recreativo, esportivo e educativo (Projeto de Lei 25 – 54, de 1954).

Na administração do prefeito Augusto Schmidt Filho, a prefeitura é autorizada a ceder terrenos para a Sociedade “Tamoio F. C.” e para a “Sociedade Beneficente José do Patrocínio (Lei n º 567, de 21/12/1957), ambas constituídas por negros (Crônica dos Prefeitos de Rio Claro: 1908-1983, 1983, p.130). As sedes dessas sociedades, que seriam construídas

apenas na segunda metade da década de 1960, como veremos no próximo capítulo, existem até os dias atuais. Atentemos, agora, para o documento recebido por Aristides, em 1954:

Documento IV: Juízo de Direito da Comarca



Fonte: acervo pessoal da família Souza Santos.

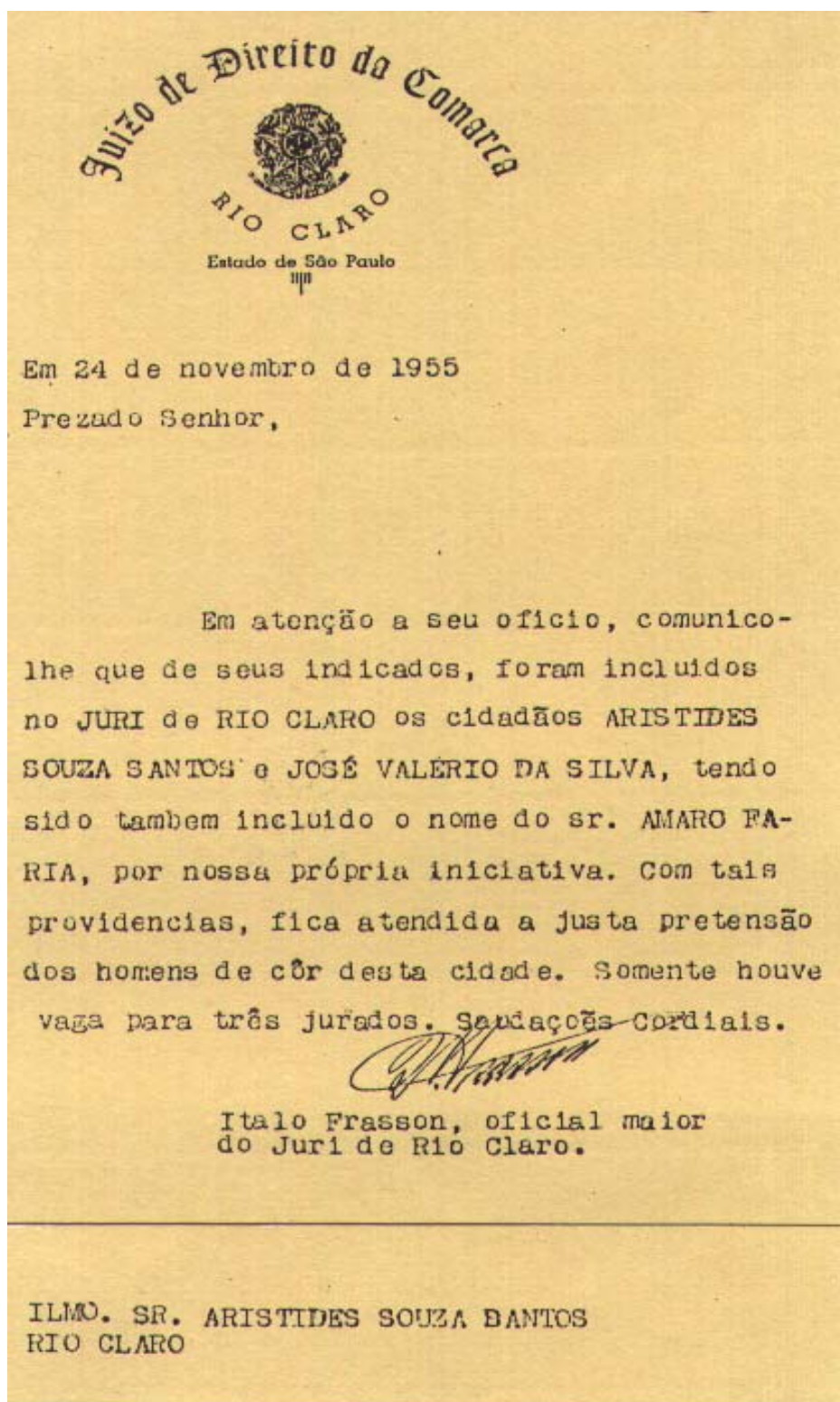
Tendo em vista o último documento, é correto dizer que a luta do grupo negro extrapolava a busca por espaço físico. Identifica-se a existência de uma batalha por espaço também na esfera jurídica de Rio Claro, emergindo aí as questões da inclusão e da ampliação dos limites da chamada “democracia racial brasileira”. Como observa Guimarães,

serão justamente os negros em ascensão social, aqueles recentemente incorporados à sociedade de classes, que verbalizarão com maior contundência os problemas da discriminação, do preconceito e das desigualdades (Guimarães, 2000, pp.88-89).

Em abril de 1955, Aristides Souza Santos recebeu outro comunicado do Juízo local. Nesse documento, o oficial maior do Cartório do Júri, Italo Frasson, pedia a Aristides uma relação de “homens de cor” que deveriam ser incluídos no Júri. De acordo com o oficial, esses homens deveriam ser “pessoas de ilibada reputação e comprovada idoneidade” (Comunicado do Juízo de Direito da Comarca a Aristides Souza Santos, de 15/04/1955).

Feita a indicação por parte de Aristides, o mesmo recebe então o seguinte documento:

Documento V: Juízo de Direito da Comarca



Fonte: acervo pessoal da família Souza Santos.

Há dois meses das eleições municipais de 1955, Edgard Campello de Macedo, delegado de polícia em Rio Claro, baixava a seguinte norma:

Ficam designadas as PRAÇAS DA LIBERDADE, LARGO DA BOA MORTE, LARGO DE SÃO BENEDITO, JARDIM SANTA CRUZ, ABRIGO DE NOSSA SENHORA APARECIDA, VILA PAULISTA e BAIRRO DO ESTÁDIO desta cidade, para a realização dos COMÍCIOS PÚBLICOS que os Partidos Políticos Registrados queiram promover... (Jornal Diário do Rio Claro, de 18/08/1955).

Cabe aqui ressaltar que esses pontos da cidade não foram escolhidos aleatoriamente. Sem sombra de dúvida, tais espaços foram estrategicamente reservados porque sua precariedade facilitaria a realização de barganhas e negociações clientelísticas entre eleitor e candidato. Interessa notar que tanto a Praça da Liberdade (local do *footing* dos pretos), quanto o Largo de São Benedito (local do Santo Preto e do Tambu) eram pontos de encontro da “gente de cor”. Constatamos também que os bairros do Estádio (conhecido como “Vila dos Apertados” e também como “Buraco Quente”), Vila Paulista e São Benedito concentravam muitas famílias negras.

Sobre os candidatos a vereador no pleito de 1955, segue a tabela abaixo:

Tabela 15: Origem do Sobrenome dos Candidatos a Vereador em Rio Claro Eleições Municipais de 1955

Partido ou Coligação	Total de Candidatos pelo Partido	% Com Sobrenome Italiano	% Com Sobrenome Alemão	% Com Sobrenome Sírio-Libanês	% Com Outros Sobrenomes*	% Com Sobrenomes Mistos
PDC-PR-PSD-PSB	24	45.83%	—	12.50%	41.66%	—
PRP	23	39.13%	04.34%	08.69%	47.82%	—
PSP	20	40.00%	—	—	55.00%	05.00%
PTN-PTB	23	26.08%	21.73%	08.69%	43.47%	—
UDN	4	50.00%	—	—	50.00%	—

* Foram aí incluídos Antonio Maria Marrote, candidato pelo PTB, e Diogo Arco Sanches, candidato pelo PSP.

Foram incluídos na categoria “Outros Sobrenomes” Antonio Maria Marrote, Aristides Souza Santos e Oswaldo Augusto, que concorreram novamente para o cargo de vereador em 1955. Marrote foi reeleito vereador. Já Aristides, que dessa vez recebeu 97 votos pelo PDC – mais que 100% a mais do total de 1951 – não conseguiu se eleger. Oswaldo Augusto, agora pelo PTB, continuou com 36 votos.

Pela coligação PDC-PSB-PTB, é eleito prefeito Augusto Schmidt Filho, com 66% dos votos do eleitorado de Rio Claro. Schmidt, que descendia de alemães, era tradicional na política local desde a década de 1930. No ano anterior a mesma coligação, PDC-PSB-PTB, havia apoiado o vitorioso Jânio Quadros para governador de São Paulo. Jânio teve na cidade 34% dos votos (Bilac, 2000, p.121). Para vice-prefeito, venceu o já citado Hoefling.

Vejamos a origem dos vereadores eleitos em 1955:

Tabela 16: Origem do Sobrenome dos Vereadores Eleitos em Rio Claro Eleições Municipais de 1955

Total de Vereadores Eleitos	% Com Sobrenome Italiano	% Com Sobrenome Alemão	% Com Sobrenome Sírio-Libanês	% Com Outros Sobrenomes*	% Com Sobrenomes Mistos
19	42.10%	10.52%	05.26%	36.84%	05.26%

* Foram aí incluídos Antonio Maria Marrote, eleito pelo PTB, e Diogo Arco Sanches, eleito pelo PSP.

Conseguimos entrevistar Januário Sylvio Pezzotti, descendente de italianos, eleito vereador em 1955. Ele nos deu o seguinte relato:

O meu avô materno era ferroviário e o paterno era comerciante. Eu lembro que quando eu era menino o meu avô materno era ferroviário, trabalhava na oficina da Companhia Paulista, era chefe de turma, e o meu avô Januário ele era artífice de funilaria, depois ele montou uma casa, essa foi uma das casas mais importantes de Rio Claro (...) O meu avô Santino, avô materno, foi muito chegado à entidades sociais, inclusive foi secretário da Sociedade Italiana, ele foi secretário durante

muitos anos nessa entidade. Agora meu avô Januário não, ele era analfabeto, a minha vó que cuidava das coisas, ele era um comerciante muito recatado (...) Quando menino trabalhei em uma casa comercial, depois fui auxiliar de escritório (...) e eu me formei em contador. Aí trabalhei na empresa de eletricidade, fui chefe contador de empresas associadas, porque a central elétrica era um grupo de empresas. Depois fui professor, lecionei na escola de comércio mais de 20 anos. Depois me formei em advogado. Então lecionava na escola que eu tinha me formado, depois fiz um curso de ciências jurídicas para advogados, e mais recentemente, eu já estava aposentado, eu lecionei na faculdade, a FACO, hoje Claretianas. Era no ciências contábeis, deixei fazer 2 anos. Eu era coordenador de seminário. Então eu fui escriturário, contador, professor e advogado e escritor nas horas vagas. Fui vereador durante 3 gestões, em 12 anos. Fui secretário de negócios do governo da prefeitura, fui secretário de finanças e mais diretor geral. Fui também presidente da Câmara por uma temporada (...) Eu fui presidente da Associação dos Profissionais Contabilistas, fui conselheiro da Sociedade Amigos da Cidade, fui presidente da Loja Maçônica de Rio Claro, [fui] Grã Mestre Estadual. Grã Mestre Geral Estadual é o que vale a governador. Eu fui presidente da Loja Maçônica e eu continuo sendo membro até hoje. (...) [Na Sociedade Italiana] eu só sou sócio. Atualmente sou conselheiro do Grupo Ginástico Rioclarense (...) [Na política] eu era da ala da situação. Nunca fui, politicamente dizendo, da oposição (Entrevista com o ex-vereador Januário Sylvio Pezzotti).

A trajetória de Januário Pezzotti emblematiza a de vários outros políticos de origem imigrante (seja de descendência italiana, alemã ou sírio-libanesa), que conseguiram se estabelecer em Rio Claro. Deve-se considerar que a construção dessas trajetórias está amplamente relacionada às teias e redes sociais de poder e prestígio, que privilegiam de modo estratégico os “de dentro”. Passaremos, agora, às informações do final da década de 1950.

Em fevereiro 1959, as Escolas de Samba José do Patrocínio e Tamoio, ambas dos negros de Rio Claro, preparavam seus bailes e matinês carnavalescos. Como ainda não possuíam cada qual a sua sede, a primeira realizaria suas atividades no Ginásio Municipal de Esportes, e a segunda, num prédio localizado defronte ao Jardim Público (Jornal Diário do Rio Claro, de 07/02/1959).

Sobre a inserção das Escolas de Samba negras no carnaval rioclarense, que ocorreu na segunda metade da década de 1950, nos falou Durval Augusto:

Por eu ter muita amizade com o [comerciante] Sergio Hussni , eu queria de qualquer jeito que a Escola entrasse no curso, mas o [radialista e posteriormente vereador] Ribeiro Mancuso não deixava de jeito nenhum, achava que era macaquice da negrada, porque os carros alegóricos de luxo eram do Grêmio, Ginástico, Philarmônica e S.D.D, que faziam o curso do carnaval de rua de Rio Claro. E Escola de Samba não tinha, o seu Zé de Andrade tinha um cordãozinho carnavalesco, mas foi até 1953, mas era cordão. Eu queria montar uma Escola de Samba mesmo, e dentro do que eu assistia em São Paulo. Bom, daí o Sergio Hussni decidiu deixar a gente desfilando na rua 3, e marcou uma brincadeira que seria a batalha de confete [entre as Escolas José do Patrocínio e Tamoio], para fazer o povo assistir nosso desfile lá. Desfilamos três vezes na rua 3. Saíamos da avenida 2 e vinha até em frente do bazar Paulista, e o povo começou a assistir a gente lá, e não no curso, porque no curso o Ribeiro Mancuso não admitia. Passado um tempo o vereador senhor Bianchini, e o prefeito Augusto Schmidt Filho, eles se interessaram e falaram para eu participar do carnaval do curso. Os carros alegóricos davam duas voltas e depois a Escola de Samba entrava, e nós aceitamos. Depois disso foi só alegria, porque a gente não queria derrubar e sim participar do carnaval rioclarense, porque sinceramente era só de branco, e nós negros ficávamos na calçada olhando, não tínhamos acesso (Entrevista com Durval Augusto).

Assim como ocorria em anos anteriores, em 1959 a festa em comemoração ao “13 de Maio” foi realizada pelos negros rioclarense num terreno baldio. O jornal noticiava que, como de costume,

o Samba atraiu uma assistência elevada, que apreciou à interessante comemoração da nossa gente de cor pela data da libertação dos escravos... (Jornal Diário do Rio Claro, de 17/05/1959).

Em setembro do mesmo ano, a Sociedade José do Patrocínio promoveria no Ginásio Municipal o Baile “Noite Feliz”, em comemoração ao seu aniversário. Uma orquestra vinda da cidade de Jaú animaria a festa, sendo o traje exigido para a ocasião “passeio com gravata”. Wandico Norberto era o responsável pela venda das mesas, e a diretoria do Clube reservava-se ao direito de não permitir a entrada de indivíduos considerados inconvenientes (Jornal Diário do Rio Claro, de 09/09/1959).

Entre todos os jornais até aqui pesquisados, só encontramos referência ao grupo japonês no jornal de 1959. Nesse ano, a comunidade nipo-rioclarense já construía sede própria, no terreno que a prefeitura municipal lhe havia cedido através da Lei n° 543, de 1957 (Crônica dos Prefeitos de Rio Claro: 1908-1983, 1983, p.130). O terreno, cedido na administração do prefeito Augusto Schmidt Filho, ficava no mesmo quarteirão que o que fora cedido à Sociedade José do Patrocínio. Sobre a construção da sede social da Nipo-Brasileira, encontramos a seguinte notícia:

Associação Cultural Beneficente Nipo Brasileira

Sempre se impondo como agremiação das grandes iniciativas, vai a Associação Cultural Beneficente Nipo Brasileira, construindo a sua nova sede própria, cujo projeto esteve a cargo do dr. Newton Faria Wood.

Ela está localizada a rua 14 esquina da avenida 9 [o correto é 19], com todos os requisitos para diversão e conforto aos associados da sociedade da **nossa briosa colonia japoneza** [grifo meu].

Bem adiantada vai a sua construção, já demonstrando o seu aspecto imponente, para mais um progresso social de Rio Claro.

Para tal muito tem trabalhado toda a sua dinâmica diretoria, sob a presidência dos srs. Paulo Oshiro, vice-presidente Yoroshim Sato, secretário Yoshiri Nagao e tesouraria de Yoshie Yabuki (Jornal "Diário de Rio Claro", de 05/04/1959).

Note-se, na matéria, a presença do pronome possessivo na frase "NOSSA briosa colonia japoneza". Como já havíamos chamado a atenção, somente a tez branca seria suficientemente independente para dispensá-lo. Isso remete à questão da marca racial que, como sublinha Oracy Nogueira (Nogueira,1998), é indisfarçável no caso de não-brancos.

Em prol da Associação Nipo-Brasileira de Rio Claro, o então deputado pela cidade, José Felicio Castellano, apresentou à Assembléia Legislativa do Estado o projeto de lei n° 806, de 1959, através do qual solicitava-se que a entidade fosse declarada de utilidade pública. O projeto foi aprovado no dia 14 de dezembro de 1959, sendo o

acontecimento motivo de regozijo entre os associados, que demonstravam profunda gratidão ao “distinto e prezado amigo” Castellano (Jornal Diário do Rio Claro, de 31/19/1959).

Percebe-se que, no período estudado, um novo tipo de clientelismo passou a permear as relações entre políticos e eleitorado. Em Rio Claro,

esse clientelismo se confirmou, através de um levantamento das principais medidas tomadas pelas administrações municipais do período (...) Ao todo, entre 1947 e 1964, 32 entidades foram declaradas de utilidade pública e 95 instituições passaram a receber subvenções financeiras ou a funcionar em imóveis cedidos (Bilac, 2001, p.122).

Constatamos que informações sobre portugueses e descendentes, em Rio Claro, são raras – o mesmo também acontecendo com o grupo espanhol. Apesar disso, uma homenagem ao chamado “Dia da Raça”, que foi realizada no Jardim Público, defronte ao busto de Camões, apontou para a presença do grupo luso na cidade. No dia 10 de junho de 1959, “Dia da Raça”, o busto de Luiz de Camões em Rio Claro ostentava as bandeiras do Brasil e de Portugal. Na solenidade, os senhores Benjamin Ferreira e Oscar de Almeida falaram, respectivamente, sobre o poeta lusitano e sobre o casal português Craveiro Lopes (Jornal Diário do Rio Claro, de 11/06/1959). Todavia, não obtivemos notícias que apontassem para a existência de uma associação portuguesa em Rio Claro (tendo em vista o corte cronológico do projeto).

Também em junho de 1959, italianos e descendentes comemoravam em Rio Claro a Proclamação da República Italiana. Na solenidade, realizada na sede da Sociedade Italiana, marcaram presença José Felício Castellano, deputado por Rio Claro, e Antonio Maria Marrote, chefe do legislativo municipal (Jornal Diário do Rio Claro, de 17/06/1959).

A seguir, vejamos a origem dos candidatos a vereador de 1959:

**Tabela 17 : Origem do Sobrenome dos Candidatos a Vereador em Rio Claro
Eleições Municipais de 1959**

Partido ou Coligação	Total de Candidatos pelo Partido	% Com Sobrenome Italiano	% Com Sobrenome Alemão	% Com Sobrenome Sírio-Libanês	% Com Outros Sobrenomes*	% Com Sobrenomes Mistos
PDC	22	45.45%	04.54%	04.54%	40.90%	04.54%
PTN	22	40.90%	16.63%	—	45.45%	—
PL	19	42.10%	—	10.52%	42.10%	05.26%
PTB	23	39.13%	17.39%	—	43.47%	—
UDN	13	53.84%	—	07.69%	38.46%	—
PSB	9	22.22%	11.11%	—	44.44%	22.22%
PR	19	21.05%	15.78%	10.52%	52.63%	—
PSP	16	37.50%	—	12.50%	43.75%	06.25%
PSD	10	70.00%	—	—	30.00%	—
PRP	10	40.00%	—	10.00%	40.00%	10.00%

* Foi aí incluído Antonio Maria Marrote, português, candidato pelo PTB.

Na categoria “Outros Sobrenomes”, foram incluídos Antonio Maria Marrote, Aristides Souza Santos e Wandico Norberto. O primeiro foi reeleito, sendo um dos candidatos a vereador mais votados da cidade. Já o número de votos dos candidatos negro havia caído em 1959. Aristides, que em 1955 tinha conseguido 97 votos, em 1959 obteve 69 votos. Wandico, que em 1947 havia ganho 42 votos, em 1959 conseguiu 25 votos.

Para prefeito e vice-prefeito venceram, respectivamente, os senhores Francisco Scarpa e Oreste Armando Giovani. Ambos descendiam de italianos e foram eleitos pela coligação PDC-PL-PRP-PSB-PTN-UDN. Scarpa, industrial de projeção, venceu com 71,68% do total de votos. Em 1958, Carvalho Pinto, da coligação PDC, PTN, UDN, tinha recebido em Rio Claro 48,5% do total de votos para governador (Bilac, 2001, p.121).

A tabela abaixo indica a origem dos vereadores eleitos em 1959:

Tabela 18: Origem do Sobrenome dos Vereadores Eleitos em Rio Claro Eleições Municipais de 1959

Total de Vereadores Eleitos	% Com Sobrenome Italiano	% Com Sobrenome Alemão	% Com Sobrenome Sírio-Libanês	% Com Outros Sobrenomes*	% Com Sobrenomes Mistos**
19	42.10%	10.52%	15.78%	26.31%	05.26%

* Foi aí incluído Antonio Maria Marrote, eleito pelo PTN.

Através da tabela, verifica-se mais uma vez a forte presença de descendentes de imigrante no legislativo municipal. Entre os eleitos em 1959 estão Antonio Maria Marrote, Nicolino Mazziotti e Argemiro Maurício Hoefling, anteriormente citados. Passemos, agora, às informações encontradas para o início da década de 1960.

De acordo com o censo de 1960, Rio Claro possuía 60.681 habitantes. Não existem dados sobre cor para o período. Segundo um dos diretores do IBGE – setor Rio Claro, essa ausência está relacionada à ditadura militar, que seria instaurada em 1964.

Na nova década, o grupo negro dava continuidade às suas realizações. Em abril de 1961, foi realizada a solenidade da Pedra Fundamental do Clube José do Patrocínio. Todavia, segundo informações de Durval Augusto, a Pedra Fundamental do Clube já havia sido lançada antes, numa ocasião bem mais simples e mais restrita ao grupo negro.

De qualquer forma, dispomos apenas da fotografia da solenidade de abril de 1961, que nos foi cedida pelo fotógrafo Roberto Copriva. Ela será aqui introduzida não por questões de veracidade ou legitimidade, mas por ser o único material encontrado sobre o assunto.

**Foto 5 – LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DA
SOCIEDADE JOSÉ DO PATROCÍNIO DE RIO CLARO-SP**



Fonte: acervo pessoal da família Copriva – anos 1960.

Mas a sede da José do Patrocínio só ficaria pronta na segunda metade da década de 1960, o mesmo acontecendo com a sede do “Tamoio”. Não obstante, cabe aqui chamar a atenção para o fato de que

estas entidades se formam e constroem sede dentro de um regime de cooperação. Em todas as cidades do interior paulista onde existe ferrovia, estas sociedades aparecem, sendo um traço marcante o engajamento de ferroviários na organização destas (Cunha Jr., Henrique. *Textos para o Movimento Negro*. São Paulo: Edicon, 1922, p.25; apud Aguiar, 1998, p.49).

Várias notas de jornal sobre as comemorações do “13 de Maio” foram publicadas no início de maio de 1963. Em meio às festividades foi realizado, no Ginástico, o “1º Festival da Criança Negra”, sendo coroada a menina Gisleine de Mello Araujo, vencedora do concurso “Princezinha Negra” (Jornal Diário do Rio Claro, de 21/05/1963).

No encerramento da série de solenidades, a Sociedade Recreativa e Beneficente José do Patrocínio ofereceu um almoço de confraternização aos participantes, no Clube Social Esportivo “Navarro de Andrade”. O jornal noticiava que

participaram do ágape, prestigiando a sociedade dos homens da raça negra de Rio Claro, as (...) autoridades dr. Cleto Marinho de Carvalho, titular da Delegacia de Polícia e dr. Nestor Penteado, Delegado Auxiliar; dr. Alcyr Mena Barreto de Araujo, Promotor Público da 1ª Vara da comarca de Rio Claro ; Deputado dr. José Felício Castellano, dr. Epaminondas Irio Coli, advogado nesta comarca, sra. Zey Barbério, Presidente do Clube da Lady; sra. Cecy David, representando o “Diário” ; prof. Armando Cornacchioni, srs. Terencio Barbério, João Outeiro, Irineu Saraiva, Antonio Almeida Rosa e outras pessoas, tendo-se feito representar os Meritíssimos Juizes de Direito da comarca, drs. Luis Gonzaga de Arruda Campos e Ranulfo de Mello Freire e o dr. Promotor Público da 2ª Vara, dr. José Sylvio Fonseca Tavares (Jornal Diário do Rio Claro, de 28/05/1963).

Os secretários da Sociedade José do Patrocínio, Nei Silveira e Waldomiro Araujo, discursaram representando a comunidade negra. Esteve também presente na confraternização a senhorita Samira Aparecida Moraes, a jovem negra que representou Rio Claro no concurso “3ª Bonequinha de Café”, realizado na capital do Estado, pelo Rotary Clube de São Paulo (Jornal Diário do Rio Claro, de 28/05/1963).

A festa, conforme sublinha Oracy Nogueira, é a atividade para a qual se procura despertar a atenção não apenas dos sócios, mas de toda comunidade, considerando-se indicativo de seu sucesso que nela se façam representar as principais instituições e

autoridades locais. Ao clube, é necessário patentear sua presença na sociedade local (Nogueira, 1998, pp. 216-217). Para o mesmo autor

os casos excepcionais de indivíduos brancos que fazem parte do quadro social do clube (...) da gente de cor, em geral, apenas como contribuintes, mostram a persistência de uma tendência paternalista que, associando a idéia de proteção ou amparo com a atitude de abstenção em relação à convivência ou à participação nas respectivas atividades, não deixa de revelar uma forma sutil de preconceito, com o qual não são incompatíveis a simpatia e o interesse recíprocos (Nogueira, 1998, p.181).

Em setembro de 1963 a “José do Patrocínio” realizou o baile “Noite de Gala”, no Clube Ginástico. Segundo nota publicada em jornal, “o capricho, a correta organização, o respeito e a disciplina sempre [estiveram] presentes nas festas daquela sociedade dos nossos homens de cor...” (Jornal Diário do Rio Claro, de 28/09/1963). No mês seguinte, a Sociedade realizaria ainda a coroação da “Jóia Negra de Rio Claro”. Na época, a associação tinha como presidente, vice-presidente e segundo secretário, respectivamente, Antonio Araujo, Wandico Norberto e José de Moraes (Jornal Diário do Rio Claro, de 21/11/1963).

A Sociedade “Tamoio” faria também a coroação de sua Rainha. Na nota publicada pelo jornal não constam nem o local do baile, nem o nome da Rainha, sendo apenas publicados, em maiúscula, o nome da orquestra “Marajoara” e de seu maestro “Zambonato”. Essa equipe musical, oriunda da cidade de Baurú, era conhecida também por sua atuação em outros clubes sociais da cidade (Jornal Diário do Rio Claro, 1963).

As solenidades de coroação acima descritas, como salientamos outrora, demonstram a resistência negra, num universo essencialmente branco. Num espaço onde o grupo estabelecido branco se incumbia de eleger até mesmo a “Rainha da Cidade”, o grupo *outsider* negro atuava mostrando os limites deste reinado, ao eleger suas próprias Rainhas. É sabido que, na relação estabelecidos e *outsiders*, tanto o orgulho coletivo

como a atitude auto-enaltecida dos estabelecidos acarretam profundas conseqüências na identidade dos *outsiders*. Aos últimos, caberá ou incorporar os valores depreciativos que lhe são dirigidos pelo grupo estabelecido, ou contra-estigmatizar, caso sua organização coletiva apresente alguma coesão (Elias & Scotson, 2000).

Ainda sobre a Sociedade Tamoio, o jornal noticiava:

A sociedade dos nossos homens de côr, Tamoio F. C. , participando dos festejos da cidade, homenagearão Rio Claro na noite de 22 do corrente. As 20 horas, em completa forma, a sua aplaudida Escola de Samba "Cacique do Samba", bi-campeã da cidade, desfilará pelas nossas ruas. Estarão brilhando no conjunto a Rainha Elza Soares, o Príncipe Jair Francisco e sua corte real. A população rioclareense aplaudirá novamente a fabulosa Rumbeira DIEGNE, dominadora da atenção publica com sua eletrizante exibição. Os batuqueiros e ritmistas com suas frigideiras, queijinhos, cuicas, caixinhas e surdos, não deixarão faltar o ritmo da batucada. Após o monumental desfile haverá grandioso baile no Ginásio de Esportes, denominado "Aniversario da Cidade" (Jornal Diário do Rio Claro, de 19/06/1963).

Faz sentido analisarmos a matéria acima reproduzida, de acordo com a observação de Borges Pereira. No autor, o processo de folclorização do negro constitui um mecanismo histórico, que produz o "homem-espetáculo". A esse homem "espetaculoso" atribui-se a idéia do "exótico", do "leviano", do "amalandrado", do "mágico", do "inconseqüente" e do "preguiçoso da vida nacional". Essa "dimensão dionísica" mancha a idéia do "operoso, racional e capitalista", tão arraigada numa cultura "que se pretende apolínea" (Pereira, 1983, p.97).

Um bom exemplo para pensar as relações raciais em Rio Claro pode ser visto através do episódio que segue. No decorrer de junho de 1963 foi realizada em Rio Claro a "Festa das Nações", idealizada pelo padre Geraldo, então vigário da paróquia central São João Batista. As festas aconteceram nas dependências do Grêmio Recreativo, com as representações das colônias italiana, portuguesa, japonesa, espanhola, sírio-libanesa

e “brasileira”, como noticiou inúmeras vezes o Diário (Jornal Diário do Rio Claro, junho de 1963).

Interessa notar que a chamada “colônia brasileira” foi representada pela figura da baiana. Com “a graça e o encanto da morena brasileira”, jovens que descendiam da Itália vestiram a indumentária baiana para representar o grupo brasileiro na festa (Jornal Diário do Rio Claro, de 01/06/1963).

Numa das festas, a negra de nome Floriza representou, com o mesmo traje, a barraca brasileira. De acordo com notícia do Diário a baiana negra, identificada como “o ponto alto da Escola de Samba da Sociedade José do Patrocínio, chamou a atenção” (Jornal Diário do Rio Claro, de 15/06/1963). Novamente, vê-se a idéia do “exótico” – que aqui seria mais “exótico” ainda, pela contrastividade causada. Contudo, o grupo negro local, ainda que se fizesse notar por suas atividades no município, não esteve representado na festa. Os negros começariam a fazer parte da Festa das Nações em Rio Claro apenas na década de 1980, cerca de vinte anos mais tarde, exatamente num momento em que o movimento negro brasileiro redefinia-se com grande força.

No caso brasileiro a ideologia das relações raciais é supostamente “igualitária”. Tal ideologia encobre o preconceito racial existente, dando a idéia de que a admiração, a amizade e o amor permeiam as relações sociais, independentemente da cor ou da raça. Todavia, a situação idealizada não coincide com a situação de fato, pois o preconceito se apresenta como regra cotidiana. Na realidade, a sociedade nacional restringe a mobilidade do grupo negro, reservando-lhe constantemente humilhações e dissabores, sob a forma de estigma (Nogueira, 1998, p.196).

A exemplo do ocorrido em anos anteriores, o “Dia da Raça”, também conhecido como “Dia de Portugal”, seria comemorado em 1963. Para a solenidade, a realizar-se no

Jardim Público defronte a imagem de Camões, eram convidadas todas as autoridades locais, assim como também o público em geral (Jornal Diário do Rio Claro, de 08/06/1963).

No ano de 1963, aconteceriam as primeiras eleições municipais da década de 1960, e as últimas eleições municipais antes do advento do regime militar. Aí venceram para prefeito e vice-prefeito, respectivamente, Augusto Schmidt Filho e Hélio Hussni. Sobre a origem dos candidatos a vereador nesse pleito, temos a seguinte tabela:

Tabela 18 : Origem do Sobrenome dos Candidatos a Vereador em Rio Claro Eleições Municipais de 1963

Partido ou Coligação	Total de Candidatos pelo Partido	% Com Sobrenome Italiano	% Com Sobrenome Alemão	% Com Sobrenome Sírio-Libanês	% Com Outros Sobrenomes*	% Com Sobrenomes Mistos
PR	19	42.10%	15.78%	05.26%	31.57%	5.26%
PTN	12	41.66%	08.33%	—	50.00%	—
PSB	19	42.10%	—	—	47.36%	10.52%
MTR	8	37.50%	—	—	50.00%	12.50%
PL	20	40.00%	—	15.00%	35.00%	10.00%
PDC	24	37.50%	08.33%	16.66%	37.50%	—
PSD	20	45.00%	10.00%	—	45.00%	—
PTB	14	42.85%	14.28%	—	42.85%	—
PSP	25	28.00%	04.00%	08.00%	52.00%	08.00%
UDN	18	55.55%	11.11%	05.55%	27.77%	—

* Foi aí incluído Antonio Maria Marrote, candidato pelo PDC.

Na categoria “Outros Sobrenomes” foi incluído Waldomiro Araujo, candidato negro pelo PSB. Waldomiro, assim como Aristides Souza Santos e Wandico Norberto, trabalhou no Horto da Companhia Paulista. No meio negro ele fazia parte da Sociedade José do Patrocínio (ele aparece ao centro da foto da solenidade da Pedra Fundamental da José do Patrocínio, olhando para frente). Sobre sua atuação na política, nem mesmo

seus parentes souberam nos informar algo. Apesar disso, o entrevistado Benedito Araujo, irmão de Waldomiro Araujo, relatou o seguinte:

Meu irmão como era..., não menosprezando, era formado na época, enfrentou barreiras. Era formado no Bilac, na época só tinha ele, conseguiu com esforço. Ele trabalhava no Horto, meu pai encaixou ele no Horto, porque meu pai era funcionário também do Horto da Fepasa, Companhia Paulista. Ele trabalhava lá até se formar, depois que se formou ele entrou em um escritório. Infelizmente trabalhou pouco, morreu de repente (Entrevista conjunta com Benedito Araujo e Maria Alice Araujo).

Observa-se que, de todos os candidatos negros identificados até as eleições de 1963, Waldomiro Araujo foi o que teve mais votos. Ele conseguiu um total de 106 votos, e foi, entre os 19 candidatos do PSB, o 5º mais votado.

Tabela 19 : Origem do Sobrenome dos Vereadores Eleitos em Rio Claro Eleições Municipais de 1963

Total de Vereadores Eleitos	% Com Sobrenome Italiano	% Com Sobrenome Alemão	% Com Sobrenome Sírio-Libanês	% Com Outros Sobrenomes*	% Com Sobrenomes Mistos
19	42.10%	—	21.05%	31.57%	05.26%

* Foi aí incluído Antonio Maria Marrote, eleito pelo PTN.

Entre os candidatos a vereador eleitos em 1963, encontram-se Antonio Maria Marrote (PDC) e Januário Sylvio Pezzotti (PR), anteriormente referenciados. Mais uma vez constata-se a presença majoritária de descendentes de imigrante na política municipal rioclareense.

Consideradas todas as eleições municipais ocorridas entre 1947 e 1963, resta-nos explicar os motivos da ascensão de determinados grupos de origem imigrante, em detrimento da não-ascensão do grupo negro. De acordo com as entrevistas realizadas para a obtenção de informação sobre políticos, tal desequilíbrio se verifica pelas seguintes razões:

(Alba) Eu acho que os italianos vieram como imigrantes, e o negro como escravo e daí começou tudo por aí, a discriminação está aí escondida. Aos italianos foram dados mais oportunidades, chance, eles não foram escravos (Entrevista conjunta com Alba Chioffi e Laiz Chioffi).

Aí é questão de cultura e possibilidade de alcançar essa cultura. Para o negro é mais difícil, porque eles partiram de uma classe de escravos. Não eram pessoas, eram tratados como bicho (Entrevista com José Vecchiato).

Por questões econômicas (Entrevista com Augusto Hoefling).

A [colônia] italiana se projetou muito na área comercial (...) Rio Claro felizmente sempre foi uma cidade muito ordeira, pacífica, uma cidade de entrosamento muito grande (Entrevista com o ex-vereador Januário Sylvio Pezzotti).

Observa-se que, no geral, essas explicações têm como ponto de apoio, respectivamente, a escravidão e o baixo poder aquisitivo. Com relação ao primeiro ponto, lembremo-nos que, de acordo com Florestan Fernandes, as causas da não-integração do negro à sociedade de classes não estariam ligadas à cultura, mas sim ao processo de anomia e pauperização que assolou essa parcela, por meio da escravidão (Bastos, 1991, p.37-38).

A idéia de que subsiste um “entrosamento pacífico” na sociedade rioclarense – como vimos num dos relatos acima –, está diretamente relacionada à idéia de “paraíso racial brasileiro”, tão duramente criticada por Fernandes. E é essa crítica que, fundamentalmente, possibilitou novos rumos ao estudo das relações raciais no Brasil.

Ao questionar o mito da democracia racial, [Florestan] mostrará que a questão racial, como a forma pela qual emerge a questão social, é um dos elementos fundamentais da questão nacional. É através dela que se questionam o alcance e os limites da *cidadania* na sociedade brasileira (Bastos, 1991, p.39).

Um segundo ponto que, de acordo com um de nossos entrevistados, explicaria a relação “ascensão X não-ascensão”, diz respeito à questão do poder aquisitivo. Nessa linha de raciocínio, a condição econômica relativamente privilegiada do grupo de origem

estrangeira, foi um dos fatores que possibilitou a ascensão do grupo a cargos políticos. Vejamos as principais atividades profissionais dos políticos de Rio Claro entre 1945 e 1964, na tabela abaixo:

**Tabela 20: Composição profissional dos prefeitos e vereadores
Rio Claro (1945-1964)**

Profissão	N ° de políticos na profissão
Proprietário rural	2
Comerciante/industrial	35
Profissional liberal/ funcionário público	27
Técnicos	11
Trabalhadores	14

Fonte: Bilac, 2002, p.128.

Pela tabela é possível verificar que, após o fim do Estado Novo, o perfil profissional dos políticos rioclarenses havia mudado. A classe latifundiária, que por muito tempo havia ocupado um lugar central no cenário político municipal, teve que dividir seu espaço com novos setores emergentes. Essa mudança é explicada, em grande medida, pela estratégia de Vargas, que teve que contar com uma parcela significativa de imigrantes, para enfraquecer o poder da aristocracia agrária.

Também a decadência do café teve profunda influência na formação de uma classe média urbana local. Essa nova classe, que era composta essencialmente por imigrantes e descendentes, ocupou uma posição destacada no meio urbano da cidade. Conforme Dean,

herdeira do município foi a classe média urbana, constituída de uns poucos antigos colonos e, na maioria, de imigrantes (...). À medida que prosperavam e compravam lotes e casas na cidade, sítios suburbanos e, finalmente, as fazendas repartidas, ao mesmo tempo o poder econômico e político da capital do Estado penetrava mais a fundo no município (Dean, 1977, p.182).

Antes que se tornasse força contrária, essa classe foi incorporada ao poder. Como mostramos no capítulo anterior, tal incorporação podia ser verificada ainda no regime imperial, quando já havia uma parcela de imigrantes e descendentes assumindo cargos políticos em Rio Claro (ver também Davids, 1966). Além disso,

esta participação alargou-se significativamente na Primeira República, época em que se firmou a liderança política de um “coronel” filho de imigrantes [Coronel Schmidt]. Não temos indícios desse mesmo fenômeno em outras cidades do interior paulista (Bilac, 2001, p.73).

A predominância gradativa do meio urbano sobre o rural resultou no aumento do eleitorado local, sendo agora o proletariado urbano mais influente no balanço de forças, via movimentos reivindicatórios (Davids, 1966). Em meio a esse processo, salta aos olhos a forte presença de descendentes de imigrantes na política municipal, como se pode constatar pelas tabelas sobre a origem dos candidatos e vereadores em Rio Claro, inseridas ao longo deste capítulo.

Numa das explicações de nossos entrevistados para o desequilíbrio “ascensão X não-ascensão”, aparece a palavra “discriminação”. Lembremo-nos que a mesma informante já havia apontado para a existência de racismo em sua própria família, com relação ao grupo negro, e que nenhum dos entrevistados de origem imigrante revelou ter sido vítima de racismo, preconceito ou discriminação.

A situação mais favorável aos imigrantes em Rio Claro deveu-se à sua história no local; sua integração aconteceu desde cedo e não sofreu, de forma clara, discriminação ou preconceito étnico (Bilac, 2001, p.75).

Por outro lado, o sobrinho do político Argemiro Maurício Hoefling relatou o que segue:

Eu sou da época que, eu era dentista, e era feio. Negro sentava na sala de espera, e tinha gente que falava que não vinha mais porque tinha [cliente] negro (...) Os negros são as maiores vítimas da nossa sociedade capitalista... (Entrevista com Augusto Hoefling).

Em todos os países de colonização europeia, o preconceito de raça é parte fundamentalmente integrante do sistema ideológico que o grupo branco desenvolveu, para a perpetuação de sua própria supremacia. A intensidade do preconceito racial está condicionada ao grau de visibilidade dos traços negróides dos indivíduos e, portanto, a aparência racial negróide inspira, no mínimo, a mesma aversão que costuma produzir o “defeito” físico. Quanto mais carregados os caracteres negróides, maior o preço a ser pago pela ascensão social ou (até mesmo pela) consideração social (Nogueira, 1998).

Todavia, além de problemas externos, haveria ainda problemas internos do grupo negro, que estariam impedindo sua ascensão política? Vejamos como se posicionaram nossos informantes diante da questão:

(Alba) Eu nunca vi aqui em Rio Claro, até hoje, alguém com expressividade grande para ser candidato, que seja negro. Eu não sei se é problema deles, ou problema social que existe no Brasil, que é negado a oportunidade de estudar. Porque são mais pobre, eles não conseguem um emprego bom, não conseguem ganhar bem, é um círculo vicioso. Então eles não ascendem aos papéis deles, quantas vezes eles poderiam ser algo, mas eles não saem de um patamar. Eu acho que são brecados pela sociedade que existe aqui. Por isso que está com isso de cotas nas universidades, porque é mínimo o número de jovens negros que entram na faculdade (Entrevista conjunta com Alba Chiossi e Laiz Chiossi).

Tem oportunidades e não rola nada. Não se conscientizam (Entrevista com José Vecchiato).

Os negros, eles não se organizam, têm sociedades mas eles têm vergonha de se expor, têm medo de formar um grupo e sofrer perseguições (...) Os negros que vieram para o Brasil eles eram de uma região que os dominadores [os] trocavam por mercadorias, então eles são descendentes de perdedores. E os negros que vieram para o Brasil principalmente, eles são muito sofrendores, mas eles são de raças fortes (Entrevista com Augusto Hoefling).

Eu nunca tive um conhecimento, assim, mais direto. Eles tinham uma sociedade de negros, acho que eram duas, acho que existe ainda, mas eu não me lembro o nome. Nos carnavais eles compareciam no corso e faziam os desfiles de carnavais (Entrevista com o ex-vereador Januário Sylvio Pezzotti).

No geral, observa-se que essas últimas explicações tomam por base: o problema social, que atinge de modo especial os negros, a falta de consciência e a falta de organização do grupo negro. Esse último grupo de entrevistados não fez comentário algum sobre os candidatos negros da época – que eram pessoas que tinham ligação tanto com o meio negro, quanto com a sociedade mais abrangente –, sobre a luta do grupo negro para que fossem construídas suas sedes, sobre a luta por inserção jurídica, etc..

Isso ocorre: ou pela falta de conhecimento, ou pela falta de memória, ou ainda por subsistir um silêncio proposital. Enquanto as duas primeiras hipóteses certamente têm a ver com a separação racial tão arraigada em Rio Claro, a última possivelmente está relacionada com o abuso de poder. Um caso emblemático de abuso extremo de poder contra negros de Rio Claro é o da “Chácara dos Pretos”, ao qual nos referimos no capítulo anterior, quando analisamos comparativamente a questão da propriedade (atentar para os nomes envolvidos).

A maioria dos entrevistados que nos falaram sobre os políticos, fez referência às duas Sociedades da comunidade negra local. Vejamos dois relatos que dizem respeito ao assunto:

Aqui em Rio Claro não tinha Sociedade nenhuma. E o Schmidt, como foi prefeito, doou dois terrenos para os negros e fez praticamente os barracões para a comunidade negra. Um é ali em frente o cemitério (...), o José do Patrocínio, e tem [ainda] uma outra (...), o Tamoio. Praticamente foi aí que houve uma consolidação da comunidade negra (Entrevista com José Vecchiato).

Não tinha comunidade negra não. Rio Claro tem comunidade [negra] aí, o José do Patrocínio, o Tamoio. Mas eles só se reuniam em época de carnaval, mas não tinham nenhuma atividade política, cultural, nada. Era só carnaval. Tentei entrar lá, dar cursos para eles (...), mas era só carnaval... (Entrevista com Augusto Hoefling).

De acordo com esses relatos fica patente que, antes da construção das sedes do grupo negro, “não havia comunidade negra em Rio Claro”. Além disso, é possível observar que, na visão de dois de nossos entrevistados, o grupo negro só ganhava visibilidade através dos desfiles carnavalescos que realizava.

De um modo geral, essa linha estereotipada de raciocínio faz parte não só do imaginário das elites, mas do imaginário branco local. Não obstante, procuramos mostrar, ao longo do capítulo, que todas as atividades da chamada “gente de cor” rioclarenses, inclusive as carnavalescas, se configuraram numa luta coletiva pela conquista de espaços.

Duas importantes questões, a serem ainda discutidas, dizem respeito à vida associativa e à procedência do voto dos políticos em questão. Por meio das entrevistas, constatamos que os ex-vereadores Benjamin Vecchiato e Januário Sylvio Pezzotti tinham ligação direta com a Sociedade Italiana rioclarenses. Além disso, o primeiro participava da Sociedade Dançante Cidade Nova, e o segundo, do Grupo Ginástico Rioclarenses. O ex-vereador Argemiro Maurício Hoefling, pertencia à Igreja Luterana local (que era na realidade um centro de preservação da cultura alemã) e ao Grêmio dos Empregados da Companhia Paulista de Rio Claro.

Como já havíamos dito, é através dos clubes que grupos específicos cultivam e fortalecem contatos sociais, que são de grande importância para a conquista e manutenção de status social e político. Ali se formam redes sociais de acesso ao poder e a cargos, através de pessoas que podem informar, indicar, recomendar, dar apoio político, e assim por diante. Um bom exemplo desse tipo de clube é a Sociedade Italiana de Rio Claro, da qual faziam parte muitas autoridades locais.

Ainda de acordo com nossos entrevistados, a questão do apelo étnico nas eleições não se verificou, pelo menos no caso dos políticos em questão. Mas tanto José Vecchiato quanto Alba Chiossi reconheceram que muitos dos votos obtidos por Benjamin Vecchiato e Antenor Chiossi eram de italianos e descendentes. Isso se explicaria pelo grande número de pessoas de origem italiana radicadas no município, e pelo contato que existia entre as famílias dessa procedência. Como outrora salientamos, é provável que todos os políticos de origem imigrante tenham lançado mão ora da identidade “brasileira”, ora da identidade “estrangeira”, de acordo com a situação que se apresentasse.

Passaremos, agora, a considerar as explicações do grupo negro para a ascensão política de determinados grupos de origem imigrante, em detrimento da não-ascensão política da parcela afro-descendente. Um dos fatores apontados, que explicaria o insucesso político dos negros, está relacionado ao baixo nível de instrução escolar do grupo. Falando sobre o início da década de 1940, nos disse o entrevistado Daniel Souza Santos:

Acho que tinha uns 15 negros na escola [pública Joaquim Ribeiro], porque tinha mais uns negros do São Benedito, mas acho que era isso. Tinha 40 alunos em cada classe, tinha 8 classes, acho que era isso, por aí. Na época era a minoria [negra] que estava na cidade (...) [Os negros] estavam todos na agricultura, era um ou outro que vinha para a cidade (Entrevista com Daniel Souza Santos).

Infelizmente, não temos dados que relacionem cor e escolaridade em Rio Claro. Não obstante, como já havíamos chamado a atenção no capítulo anterior, é preciso considerar que: (1) o acesso dos negros à educação foi em geral tardio e marginal; (2) boa parte dos estudantes da rede pública eram filhos de estrangeiros.

Sem sombra de dúvida, a grande maioria dos negros rioclarenses não fazia parte do eleitorado, na época em questão. Através das entrevistas que realizamos com o grupo afro-descendente, percebe-se que poucos negros tinham o privilégio de exercer o voto. Na classe dos que tinham este privilégio estava a “elite negra”, que era constituída por aqueles que conseguiam algum destaque no processo de mobilidade, geralmente através de estabilidade no emprego. É o caso dos ferroviários negros, por exemplo. De acordo com Durval Augusto:

(...) o Wandico, seu Aristides e meu próprio tio Osvaldo, eles eram os grandes homens [da comunidade negra], (...) eles eram mais “impaposos”. Um era maquinista da primeira classe, outro chefão... Então eles tinham isso, eram mais políticos, eles eram envolvidos com a política de Rio Claro (...) Era um povo que vestia paletó e gravata num sol que estava arrebetando mamona. Ora, meu Deus do céu, é uma verdade, o sol estava arrebetando e eles com aqueles ternos azuis-marinho... (Entrevista com Durval Augusto).

Esse relato deixa entrever uma diferenciação social entre os membros do grupo negro. Parece coerente dizer que, em alguns casos, pode ter prevalecido um certo desencontro entre os candidatos negros e aqueles eleitores negros que não vestiam “paletó e gravata”. Mas seria ingênuo pensar que tal desencontro só se verificava no grupo negro. A nossa hipótese é a de que a não-ascensão dos candidatos negros tem muito mais a ver com o baixo poder de barganha que eles apresentavam, do que com uma falta de identidade entre a “elite negra” e os negros economicamente menos assistidos. Atentemos para os relatos abaixo:

Na época não existia esse negócio de cesta básica, o mais preocupante era o desemprego. Para se trabalhar na [cervejaria] Caracu era barra, era a família Scarpa que mandava. Por exemplo, a família Tomé, eram todos ligados com os Scarpas, então tudo que os Scarpas diziam era lei. Os Tomés eram a família [negra] mais escura da cidade de Rio Claro (...) Um dos Tomés era motorista da família [Scarpa], então ele andava com uns carrões importados, ele era motorista da dona da Caracu, ele saía com o carrão pela cidade, isso era mais ou menos em 1948. A família [negra] Poli também, era demais ligados com eles, eles trabalhavam na Central

Elétrica. Os ferroviários votavam no Irineu Prado, porque ele era chefe do sindicato dos ferroviários e a gente fazia questão de votar nele, por causa da posição na ferrovia. Então era mais esse lado, não tinha esse lance de cesta básica, era o emprego que valia (...) O Francisco Scarpa (...) mandava em tudo, ele não intimava, ele mandava (...) O Nevoeiro, ele era mais ligado com a parte da [empresa] Elétrica, e era assim. Era o Nevoeiro e o Francisco Scarpa, não tinha jeito, eles andavam e a raça negra ia bajular. Chegavam ir até na casa deles, devido ao emprego. Até os próprios pais já ficavam falando do emprego para os filhos e filhas. Na parte das mulheres [negras] era sempre para fazer a limpeza da casa, eram as domésticas. Mulheres [negras] não trabalhavam em lojas, era em casas, era de amargar (Entrevista com Durval Augusto).

Na Paulista tinha taco, tijolos, madeiras, era o material que era comprado para a comunidade. Tinha caminhão de saibro, isso era um passaporte para um, dois votos e assim ia. Se [o eleitor] conseguisse um caminhão de saibro, era uma proeza. No [atual] Jardim Mãe Preta (...) tinha um baixadão e tinha um saibro que ligava, colocava água, sai como um cimento, agarrava o tijolo na parede. Perto das eleições só [se] via caminhão encostando lá. Esse poder de compra também prejudica os negros. Uma ficha para ingresso na oficina da Paulista, no Matarazzo, era tudo por barganha. Tinha o Saad que era tecelagem, o Matarazzo também, e a oficina da Paulista. Tinha esses lugares, não tinha outro lugar para trabalhar (Entrevista com Daniel Souza Santos).

Considerando os últimos relatos, nota-se que seria conveniente votar naqueles candidatos que possuíssem condições de satisfazer seus “clientes”. Assim, seriam eleitos os que tivessem meios para arrumar emprego, para ajudar na construção da tão almejada casa própria, para resolver causas pendentes na prefeitura ou no judiciário, etc. Contudo interessa ressaltar que, através do clientelismo político, barganhava-se não apenas com o indivíduo, mas também com os diferentes grupos presentes no município.

Vejamos dois relatos que apontam para o fato:

(Benedito) O único prefeito que colaborou com a Sociedade José do Patrocínio e o Tamoio foi o doutor Schmidt Filho. Na minha opinião, desde que eu me conheço por gente e que eu voto, ele foi o melhor prefeito que Rio Claro já teve. Não apareceu outro até agora e duvido que apareça. Ele era engenheiro, acho que era de construção civil. Ele vinha nas obras para visitar, não ficava sentado como os outros que só ficam falando e não fazem nada (...) Ele não tinha preconceitos. Podia ser pobre, rico, preto, branco, era um prefeito que encontrava a gente na rua e cumprimentava (Entrevista conjunta com Benedito Araujo e com Maria Alice Araujo).

(...) [O Schmidt] doou o terreno normalmente. Ele participava das festividades da comunidade negra, ele e a esposa. Vinham, conversam com a gente se estávamos precisando de alguma coisa, porque além de ele dar o terreno ele ajudava com material da prefeitura. Dos prefeitos para a raça negra em Rio Claro ele foi o melhor, ele compartilhava mesmo. Teve uma vez que reformamos um salão que era o prédio do antigo Bege, e ele ajudou com material e disse que era o último ano que nós iríamos ficar sem salão (...) Ele ajudava mesmo, ele foi um baluarte nesta parte. Na época a comunidade negra inteira votava nele, ele era muito querido pelo nosso pessoal (Entrevista com Durval Augusto).

A exaltação ao ex-prefeito Augusto Schmidt Filho foi encontrada praticamente em todas as entrevistas que realizamos, quer com o grupo negro, quer com o grupo de origem imigrante. Schmidt tinha uma grande capacidade de negociar politicamente com as associações que se organizavam pelo critério da descendência comum. Como dissemos em outros momentos, na administração Schmidt da segunda metade da década de 1950, foram doados terrenos às comunidades negra e nipo-brasileira. Ainda na administração Schmidt, foi realizada uma permuta de terreno que beneficiou a Sociedade Italiana de Rio Claro, como veremos no próximo capítulo.

Com relação à procedência dos votos dos candidatos negros, pouco pudemos saber. De acordo com o entrevistado Daniel, filho do candidato Aristides Souza Santos, seu pai recebeu uma parcela de votos de eleitores brancos, basicamente por causa das atividades que desenvolvia no bairro Vila Paulista. De qualquer forma, se levarmos em conta a separação racial vigente na época, parece mais coerente considerar que os candidatos negros receberam mais votos de famílias negras, do que de eleitores brancos.

Em síntese, as razões que explicariam a relação “ascensão política do grupo de origem imigrante X não-ascensão política do grupo negro”, estão ligadas às questões: da marca racial, da escolaridade e da mobilidade social, do acesso às redes sociais de

poder e da capacidade política de barganha. Ao grupo negro caberia inserir-se na política municipal apenas no último quartel do século XX, ainda assim muito timidamente em termos quantitativos. No próximo capítulo explicaremos, relacionalmente, os motivos dessa inserção tardia e mínima.

CAPÍTULO III

Relações Raciais e Política em Rio Claro, entre 1964 e 1996

Em 1964, as associações do grupo branco de Rio Claro, representadas basicamente pela Filarmônica, Ginástico, Grêmio dos Ferroviários, Cidade Nova e Sociedade Italiana, prosseguiram com um programa intenso de atividades. Mas, nessa época, destaca-se entre elas a Sociedade Italiana que, com grande incentivo das autoridades políticas locais, lançava a pedra fundamental de sua nova sede social. O jornal noticiava que um dos oradores da solenidade da pedra foi o então prefeito municipal Augusto Schmidt Filho, que na ocasião ressaltou

sua satisfação em poder realizar aquela solenidade, como **primeiro ato de sua administração**, dando início ao **cumprimento de um solene compromisso assumido pelo município com a operosa colônia italiana** [grifo meu] (Jornal Diário do Rio Claro, de 07/01/1964).

Schmidt havia feito uma permuta de sede e terreno com a Sociedade Italiana local, isso durante seu primeiro mandato como prefeito, iniciado em 1956. Antes disso, a Sociedade Italiana tinha sua sede num terreno maior e mais central (sito a rua 3, avenida 3, centro) do que aquele no qual ficava o prédio da prefeitura (sito a rua 4, entre avenidas 6 e 4, centro). Foi através da permuta que, de acordo com o jornal analisado,

a colônia italiana de nossa cidade teve oportunidade de demonstrar todo seu amor a Rio Claro, (...) numa manifestação de confiança irrestrita à pessoa do Chefe do Executivo e de colaboração patente com o progresso da nossa terra (Jornal Diário do Rio Claro, de 12/04/1964).

Mas, ao se afastar do cargo em 1957 – por motivos de doença, segundo a Crônica dos Prefeitos de Rio Claro – 1908-1983, 1983, p.129 –, Schmidt acabou por não construir o novo prédio prometido à Sociedade Italiana ainda em seu primeiro mandato como prefeito. No entanto, a dívida fora saldada com prioridade no seu segundo mandato, iniciado em 1964.

Sem sombra de dúvida, é correto dizer que o cumprimento da promessa de Schmidt para com a influente Sociedade Italiana local, é apenas uma das várias ocorrências que

sintomatizam o grau de comprometimento político entre o poder local e os italianos/descendentes radicados na cidade. Além disso, ressalte-se o fato de haver em Rio Claro uma parcela significativa de descendentes de italianos que integrava, simultaneamente, o poder local e a Sociedade Italiana da cidade. Um exemplo dessa duplicidade de atuação é (entre muitos outros) o entrevistado Januário Pezzoti, que em 1964 era vice-presidente da Câmara e membro da Sociedade Italiana.

Em linhas gerais, a Sociedade Italiana, que define-se até os dias atuais pelo critério de pertencimento étnico, pode ser entendida como um importante espaço de negociações políticas, e não apenas como um centro de preservação da cultura italiana. O episódio da troca de terrenos deixa entrever uma relação clientelística de configuração racial, através da qual ambas as partes obteriam ganhos políticos.

Apesar de não termos encontrado nenhuma associação Luso em Rio Claro (pelo menos na configuração que se apresentavam as demais associações de base étnico-racial da cidade), seria novamente comemorado, em junho de 1964, o “Dia da Raça”. O jornal recordava que

todos os anos, junto à herma do imortal vate Luis Vaz de Camões, oferta da colonia portuguesa de Rio Claro à cidade, monumento que ornamenta o jardim publico, portugueses, filhos de portugueses, autoridades, professores e alunos de estabelecimentos de ensino se reúnem em homenagem ao “Dia da Raça” (Jornal Diário do Rio Claro, 10/06/1964).

No mesmo ano, a comunidade nipônica de Rio Claro continuava a desenvolver suas atividades com grande intensidade, o que pudemos perceber através do jornal analisado (e não por meio da história oral da própria comunidade, uma vez que, por motivos ainda desconhecidos, não conseguimos alguém do grupo que nos quisesse conceder entrevista).

Para a comemoração dos oito anos da “Associação Cultural e Beneficente Nipo Brasileira” de Rio Claro, que incluiria atividades culturais e esportivas específicas, ficou designada uma Diretoria, que tinha como presidentes de honra os senhores Saburo Akamine e Yonoshin Sato, e como presidentes os senhores Yoshie Yabuki e Koziro Kunigami. No dia da festa, realizada em julho de 1964 no Estádio Futebol Clube da cidade, foi iniciada a campanha para a eleição da Rainha da Colônia, buscando-se angariar fundos para a ampliação da sede social da Nipo. Na ocasião estiveram presentes, entre outros políticos, o prefeito Augusto Schmidt e o deputado estadual rioclareense José Felício Castelano.

Também o grupo negro de Rio Claro prosseguia com suas atividades em 1964. No carnaval desse ano, a chamada “gente de cor” rioclareense colocou suas Escolas de Samba no desfile de rua. Venceu a “Voz do Morro”, ligada à Sociedade José do Patrocínio, ficando em segundo lugar a “Tamoio”, da Sociedade Tamoio. Um pouco mais adiante, durante todo o mês de maio do ano em questão, os negros rioclarenses realizaram uma série de eventos para marcar a passagem do “13 de Maio”. Diferentemente do ocorrido com as demais associações da cidade, tanto a José do Patrocínio quanto a Tamoio continuavam sem sede própria. Para a realização do “Almoço do 13 de Maio” (assim como também para a coroação da “Jóia Negra”, realizada em novembro de 1964), a exemplo, a José do Patrocínio teve que recorrer, como de costume, à sede velha do grupo Ginástico.

A respeito da Abolição em Rio Claro, noticiava o jornal:

No dia 13 de Maio de 1888, quando foi decretada a Lei Áurea, nesta cidade não havia mais sequer um escravo. Rio Claro antecipou-se quase quatro meses nesta atitude generosa e cristã (Jornal Diário do Rio Claro, 23/06/1964).

E concluía:

Que a nossa cidade continue sendo sempre a pioneira em movimentos maravilhosos como êsse (Jornal Diário do Rio Claro, 23/06/1964).

Por outro lado, de acordo com Sant'Ana,

a história oficial de Rio Claro conta com orgulho, até certo ponto justificado, de seu pioneirismo em antecipada libertação dos escravos. Esquece-se que o Ceará antecipou-se na Abolição em quatro anos. Aqui no município, o fato aconteceu em 5 de fevereiro de 1888, meses antes da promulgação da Lei Áurea. Falta ver, no entanto, que a lei não tinha poderes superiores à legislação nacional. Na prática, escravos continuaram a existir no município.

A Câmara Municipal, por sua vez, sempre foi contra as anteriores tentativas de libertação ou quaisquer outras iniciativas que facilitassem a vida dos escravos. E mais, da grande festa da Abolição Municipal, que reuniu perto de 3 mil pessoas na praça central, não há qualquer registro de que negros e mulatos tenham dela participado. Foi uma festa exclusivamente de brancos jogando confetes em si próprios. Diante disso tudo, nada mais natural que as comemorações da Abolição da Escravatura tenham sido repudiadas pelas gerações atuais.

O grande comandante da festa da libertação antecipada de Rio Claro foi o presidente da Câmara Municipal e ao mesmo tempo prefeito, Barão de Grão Mongol. Até hoje ele é conhecido por seu amplo relacionamento sexual com as escravas (chegou a reconhecer 15 filhos mulatos no fim da vida), justificado pela desculpa de que sua mulher era louca e, por isso, precisava ser mantida presa no sótão da casa (Sant'Ana, 2002, p.56).

É de extrema importância abrir parênteses para a questão da construção das sedes sociais dos negros rioclarenses. As sedes das Sociedades Tamoio e José do Patrocínio começaram a ser construídas em meio ao processo político ditatorial. Ao que parece, grupos negros de outros municípios do interior de São Paulo haviam construído suas sedes num momento político anterior. Dessa forma novos estudos são necessários para que possamos compreender comparativamente esse fenômeno, ainda tão inexplorado pelos cientistas sociais.

O entrevistado Oswaldo Araujo, uma importante referência da “Velha Guarda” da José do Patrocínio, nos deu o seguinte relato, acerca da construção do vulgo “Patrô”:

Os materiais nós saímos pedindo. Olha, saímos pedindo para essas olarias de Batovi, essas aí da redondeza. Aqui nós pedimos em todas, e tivemos sorte, ganhamos bastante tijolo (...) Nós tínhamos uma diretoria

dinâmica, viu?! (...) De 58 à 66, cada ano nós fazíamos um baile de aniversário e sem interrupção, todo ano nós fazíamos um baile. Quando foi em 66 nós fizemos um baile onde está construído o José do Patrocínio, nós construímos o José do Patrocínio. Gente pedindo, ... pedia tudo, pedia tijolo para tudo quanto era gente. E eu não sei porque nós tínhamos sorte e ganhava tijolo, quando não tinha condição o prefeito Schmidt Filho [ajudava] né (...) Era fim de semana, todos punham a mão na massa (...) Precisava de parafuso ... saía procurar, precisava de uma chapa pra emendar vigota, saía para procurar e trazia, chegava lá (...) Alguns estava vendo o que estava acontecendo depois disso de inaugurar em 66. Aí o pessoal juntou, aí nós fazíamos festa das crianças, festa junina, aí começou a rainha das flores, rainha dos veteranos, ... debutantes (...) Então o que o branco fazia nós fazíamos também, não copiando (...) Tinha a nossa sociedade. Então o que eu ia fazer lá [na sociedade dos brancos]? Nós fazíamos coisas boas, não porcaria (...) Então vou dizer pra você que não percebi o racismo, porque não ia lá (...) Nosso objetivo era educar os nossos patrícios para que crescessem gente, e não porcaria... (Entrevista com Oswaldo Araujo).

De acordo o entrevistado Benedito Araujo, também da “Velha Guarda” do Patrô, a construção da sede do Patrocínio foi iniciada à 20 de outubro de 1965. O respondente relatou:

Depois do lançamento da Pedra Fundamental, começamos a trabalhar, angariar tijolos, pedir para o comércio, foi bem aceito, colaboraram bem (...) Trabalhamos para construir, e construímos graças a Deus, e foi com um sistema de mutirão (...) [Antes da construção da sede do Patrô] os diretores [do Ginástico Velho] cederam o espaço para a gente fazer baile, colaboraram muito com a José do Patrocínio (...) E além deles deixar fazer o baile ali, quando derrubaram o antigo prédio, eles deram todas as mesas e cadeiras para o Patrô. Agora eu não lembro se doaram ou foi vendido por um preço razoável para nós (...) Baldeamos tudo para a sede e foi passado para nós (...) O trabalho da José do Patrocínio era organizar a sociedade negra, colocar aonde merecia (Entrevista conjunta com Benedito Araujo e Maria Alice Araujo).

Ao retratar o caso do “Clube 13 de Maio” de Itapetininga, contruído em 1911, Oracy Nogueira parece estar se referindo ao caso dos clubes negros de Rio Claro, erigidos apenas na segunda metade da década de 1960 (o que aponta para a existência de um fenômeno interiorano digno de estudos comparativos):

Houve quem se incumbisse de preparar o terreno, de cortar a madeira, de levantar as paredes, de fabricar as esquadrias, de pregar isso ou aquilo, de rebocar, de colocar telhas, de emboçar os telhados, de assentar os assoalhos, de ajustar as tábuas de forro, de raspar, aplainar,

lixar; enfim, para cada operação, uma ou mais pessoas se apresentavam, capazes e dispostas a realizá-la (...)

A disposição com que se empenharam os elementos de cor na iniciativa de criar o “seu clube” mostra o poder da motivação que neles atuava no sentido de adotar as formas de divertimento de salão que por tanto tempo lhes permaneceram inacessíveis, como atividades privativas da classe dominante (Nogueira, 1998, p.217).

Os dois últimos entrevistados nos disseram que a Sociedade Tamoio construiu sua sede simultaneamente à construção do Patrô, através do mesmo sistema de doações e mutirão. Importa chamar a atenção para o fato de que, tendo em vista o jornal analisado neste trabalho, se o número de notícias jornalísticas sobre a Sociedade José do Patrocínio já é pequeno, as que dizem respeito à Sociedade Tamoio são raridade. Entre os entrevistados como um todo, corre a idéia de que o Clube Tamoio, menos seletivo, congregava uma parcela mais “popular” dos negros da época, enquanto o Patrô era constituído por uma espécie de “elite negra” local.

Talvez seja único no interior paulista o fato de um mesmo município possuir, simultaneamente, dois salões de negros. Dando continuidade à pesquisa, num momento posterior, um de nossos objetivos será compreender esse processo que, como frisamos há pouco, aponta para uma relação intra-grupal de *estabelecidos* e *outsiders*, segundo nossos entrevistados. Mas qualquer que seja o grau de “veracidade” dessa observação coletiva, o que pudemos perceber é que todos os candidatos negros a vereador até aqui elencados, sem exceção, estavam ligados à Sociedade José do Patrocínio.

De todo modo, a afirmação de Pereira cabe para analisarmos tanto a Sociedade Tamoio, quanto a Sociedade José do Patrocínio:

Contidos pelo preconceito e pela discriminação, os negros “fabricaram” como que um mundo institucional paralelo ao dos brancos, onde puderam, como negros e como pobres, encontrar em contextos urbanos as condições mínimas para desenvolver sua sociabilidade e, livremente, exercitar suas práticas e cultivar os seus valores culturais. Esse conjunto de instituições espalhadas por diferentes pontos das grandes cidades

brasileiras, pode ser visto como espécie de territorialidade, ao mesmo tempo, física, social e cultural dos negros (Pereira, 1983, p.97).

É de fundamental valor ressaltar que essas instituições têm lugar não apenas nas grandes cidades, como também nas cidades de pequeno e médio porte do país. As entrevistas realizadas para o presente trabalho apontaram para uma série de associações negras do interior de São Paulo, as quais ainda não se constituíram em objeto de estudo sistemático daqueles que se ocupam do tema das relações raciais. Mais ainda: um estudo do intercâmbio entre as mesmas ainda é possível, desde que uma habilidosa “corrida contra o tempo” seja iniciada, na busca por relatos orais e documentos pessoais.

Foto 6 – SOCIEDADE JOSÉ DO PATROCÍNIO



Fonte: acervo pessoal de Oswaldo Araujo – anos 1970.

De acordo com um de nossos entrevistados, que participava das duas associações dos negros rioclarenses, Rio Claro

era uma cidade que tinha posição pioneira em termos de representatividade social, porque era a única cidade que tinha dois clubes negros no interior, o Tamoio e o Patrocínio, onde realmente festas memoráveis aconteciam, como a escolha da chamada “Jóia Negra” do Estado de São Paulo, os bailes de “Aniversário do José do Patrocínio”, os bailes de “Aniversário do Tamoio”... Foi um período muito efervescente para a população negra de Rio Claro, recebendo inclusive caravanas de outras cidades para prestigiar os eventos desenvolvidos pelos negros de Rio Claro... (Entrevista com José Carlos Silva).

Na realidade, esse “período efervescente” nos ajuda a compreender aspectos importantes das relações raciais em Rio Claro. Sobretudo após construídas as sedes sociais do Tamoio e do Patrô, verifica-se um trânsito entre seus associados, isso ocorrendo de forma mais visível nos períodos carnavalescos, principalmente através das chamadas “visitas”. Mas, de um modo geral, as “visitas” envolviam todos os foliões da cidade, fossem esses negros, brancos ou amarelos.

Nos dias de carnaval, os clubes rioclarenses visitavam uns aos outros, por meio de seus associados. Os clubes do grupo branco costumavam se visitar entre si, e fazer visitas aos clubes da “gente de cor”. Os últimos, por sua vez, recebiam em suas sedes os carros alegóricos, as rainhas e princesas dos primeiros, sem no entanto poderem retribuir-lhes “em pé de igualdade” a visita, por falta de condições materiais. As visitas dos clubes da “gente de cor” e do grupo nipônico ficavam praticamente restritas entre si, isto pela proximidade física, mas também pela questão da marca racial, à qual se refere Oracy Nogueira (Nogueira, 1998).

Mais especificamente nos anos 1970, a cultura “black power” é absorvida também pelos negros rioclarenses, sobretudo pelos filhos da chamada “gente de cor”. Este período é na realidade um divisor de águas. Pré-1970, as orquestras animavam a

maioria dos bailes do grupo negro em Rio Claro, sendo aí o traje o social-chique obrigatório, na grande maioria das vezes. Pós-1970, inicia-se um processo de afirmação das diferenças, identificado mais visivelmente através da indumentária, do cabelo “black power” e da musicalidade dos negros.

Essa musicalidade compunha-se por músicas nacionais (de intérpretes tais como Jorge Bem, Tim Maia, Toni Tornado, Paulo Diniz, Carlos Dafé, entre inúmeros outros) e internacionais (de cantores como James Brown, Jackson Five, Stevie Wonder, Marvin Gaye, Roberta Flack, etc...), que eram tocadas através das chamadas “bolachas” ou discos de vinil. As orquestras animavam os chamados bailes de gala, dos quais os jovens negros participavam ativamente, desde que se apresentassem “a caráter” diante dos mais antigos.

É preciso atentar para o fato de que, se analisarmos esse processo apenas enquanto uma mera consequência da expansão global da cultura de massa, perde-se-á de vista a influência do mesmo na re-construção de uma identidade cultural negra que, mais adiante, culminaria numa identidade política negra. É dessa juventude negra – por hora preocupada em manter o “visual black”, aprender o “samba-rock” e curtir o seu novo “pedaço” – que sairia a maioria dos candidatos negros rioclarenses pós-1970.

Como ressalta Hanchard, na década de 1970 despontam no Brasil movimentos como o *Black Soul*, que de uma forma ou de outra acabou por ampliar o processo de identidade negra no contexto brasileiro. Neste período, ativistas e negros em geral estiveram sob a vigilância cuidadosa do Estado autoritário, pois temia-se que o Brasil deixasse de “crescer plena e fraternalmente moreno”, como salientou Gilberto Freyre na segunda metade da década de 1970 (Hanchard, 2001).

Se, pois, compararmos os meios pelos quais foram construídos os salões do grupo negro local – através de doações e mutirão – , por um lado, e a forma pela qual foi construída a nova sede da Sociedade Italiana – via abertura de licitação pública pela prefeitura – , por outro, fica patente menos uma diferença de status econômico entre negros e italianos/descendentes, e mais uma relação clientelística de caráter hierárquico-racial. Em outras palavras, faz sentido dizer que o caráter das trocas políticas seria determinado, primeiramente, pelo status racial ocupado – ainda que ambos os grupos continuem exaltando em uníssono a atuação singular de Schmidt, isso até os dias atuais.

Como o aponta Martin Marger, em todas as sociedades multi-étnicas, membros de diferentes grupos são tratados diferentemente e recebem uma quantidade desigual de recursos, tais como riqueza, prestígio e poder. Além disso, esta desigualdade é perpetuada por muitas gerações e é mantida pelos grupos raciais dominantes. Esses últimos são automaticamente favorecidos pelas instituições sociais, particularmente pelo Estado e pela economia . O mesmo autor ressalta, ainda, que o que faz uma sociedade multi-racial não é a diferença física dos grupos, mas a atribuição de significado que essa diversidade recebe. Será preciso então atentar: (a) para o significado social que as diferenças físicas recebem e (b) para as crenças sociais que são construídas a partir dessa atribuição (Marger, 1994, p.10-11; p.25).

Ao que parece, as associações étnico-raciais de Rio Claro não desafiavam diretamente o sistema ditatorial, iniciado em 1964. Ao contrário, na nossa perspectiva, consentiam diante do clientelismo político, ao mesmo tempo que funcionavam como centros de preservação e de difusão de cultura étnico-racial. Talvez a prova mais

emblemática dessa afirmação seja a presença de autoridades políticas situacionistas, nos eventos desses grupos como um todo. Mas nem tudo era harmonia.

A vitória do movimento político-militar de 1964 aponta para uma fase crítica da história republicana do país. Após a derrubada de João Goulart, os militares vitoriosos formaram o Supremo Comando da Revolução, sendo a primeira providência do órgão, o Ato Institucional número um (AI-1). Datado de 09 de Abril de 1964, e redigido pelo velho líder Francisco Campos (autor da Constituição ditatorial de 1937), o AI-1 conferia ao Executivo poderes extremos para cassar mandatos parlamentares, suspender direitos políticos e, entre outros, decretar estado de sítio, sem autorização do Congresso Nacional. Tinha início uma onda de “expurgos” contra o chamado “castro-comunismo”, que alcançava tanto as assembleias quanto as Câmaras Municipais, em todo território nacional.

No período, a situação e as alas conservadoras do país apresentavam grande relutância com relação ao voto do analfabeto. Sobre o assunto, o jornal local publicava:

Manifestam-se deputados, senadores, várias organizações e entidades, entre elas o “MAF” – Movimento de arregimentação feminina, contra o voto do analfabeto.

A mensagem do “MAF”, publicada em “O Estado de São Paulo”, de 27 de junho ao Ministro Milton Campos, é uma brilhante defesa, dos princípios de elevação cultural do país.

Já está provado que a votação em massa, de alfabetizados tem guindado aos postos chaves, homens indignos de assumir responsabilidades. O que aconteceria então com votos de analfabetos?

Será difícil alfabetizar os que se acham nos caos da ignorância? Não. Uma pessoa normal pode ser alfabetizada no espaço de três meses. Se for de menos compreensão, pode ser alfabetizada em 1 ano.

Ao invés de se dar direito de voto ao analfabeto, porque não promover a elevação intelectual de todos os homens, alfabetizando-os? Não seria um movimento de elevação da própria pátria?

Diz a mensagem da “MAF”:

“Vamos e, para isso, conclamamos o Sr. Ministro da Educação e todos os educadores do Brasil – desencadear seria campanha de Educação de Adultos. Com democracia, sem mercenarismo, sem

demagogia, para se completar a integração de todos os brasileiros na vida cívica do Brasil”...

Uma campanha bem feita, contando com a colaboração de ginásianos, normalistas, professores e universitários, em que cada qual tomasse a si a incumbência de descobrir um analfabeto e alfabetizá-lo, redundaria em verdadeiro combate à ignorância.

Que se movimentem todos em nova revolução, a revolução alfabetizadora, mas que não se dê direito de voto ao analfabeto. Por que incentivarmos o aumento da ignorância no Brasil?

SYLVIO DE ARAÚJO

Insp. Escolar.

(Jornal Diário do Rio Claro, de 02/07/1964).

Esse tipo de lógica expressa um modelo conservador estratégico, preocupado em conter os limites da “perigosa votação em massa”. A proibição do sufrágio dos analfabetos, instaurada na República, vetou o exercício da cidadania à boa parte dos adultos negros e brancos do país. Após o estabelecimento do regime militar, os analfabetos levariam ainda mais vinte anos para exercer o direito de voto e, ainda assim, em caráter facultativo (Berquó e Alencastro, 1992, p.77).

Os reflexos da ditadura militar logo se fizeram sentir em Rio Claro. Em sessão extraordinária, realizada a 11 de abril de 1964, a Câmara de Rio Claro aprovou um projeto sobre cassação de mandatos de vereadores e extinção de suplências. A justificativa para o feito foi dada com base no argumento de que “a militância política de vereadores comunistas ou que defendam princípios que não coadunam com o movimento de redemocratização em curso no país” (Jornal Diário do Rio Claro, 12/04/1964).

Através desse projeto foram cassados na cidade os mandatos de Irineu de Oliveira Prado e Annibal Fusetti, ambos do PTB. No total, foram declaradas extintas as suplências de três representantes do PTB, de um do PR, e de treze do PSB. Entre os últimos estava Waldomiro Araujo, o candidato negro que havia concorrido ao cargo de

vereador em 1963 pelo PSB, outrora citado. Sobre os reflexos da violência do período militar em Rio Claro, um de nossos entrevistados deu o seguinte relato:

A faculdade de Filosofia de Rio Claro tinha um aluno de ciências sociais, chamado Abílio. Esse rapaz desapareceu na Semana Santa, quando foi ... fazer um passeio em Santos na praia (...) O Abílio ... nunca mais apareceu. Ele era negro, de esquerda, aluno de ciências sociais e ... trabalhava como repórter do jornal "Diário do Rio Claro", fazendo reportagem sobre a sessão da Câmara Municipal [de Rio Claro]. Esse caso [foi] notório, nunca mais se ouviu falar no Abílio... (Entrevista com José Carlos Silva).

Na ditadura militar a situação investiu na desorganização dos grupos políticos marxistas e nacionalistas de oposição. Foram exilados líderes e intelectuais tais como Abdias do Nascimento, Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes, entre outros. Paralelamente a esses acontecimentos, o movimento negro nacional fortalecia-se continuamente, alimentado também por influências internacionais (Guimarães, 2000, p.98).

Em outubro de 1965 foi implementado o AI-2. Esse Ato Institucional extinguiu os partidos políticos e estabelecia eleições indiretas para o cargo de presidente da República, dando ao último poderes absolutos para suspender direitos políticos e cassar mandatos; em fevereiro e em dezembro de 1966 são implementados, respectivamente: o AI-3, estabelecendo eleições indiretas para o cargo de governador, visando evitar a derrota eleitoral da ARENA nos Estados do país, e o AI-4, que determinava as regras para a aprovação da nova Constituição ditatorial, aprovada em janeiro de 1967.

O mais duro de todos os atos foi o AI-5, decretado em dezembro de 1968. Esse conferia ao presidente poderes sem limite para: fechar, por tempo indeterminado, o Congresso Nacional, as Assembléias Estaduais e Câmaras Municipais; para suspender direitos políticos por dez anos; para cassar mandatos eletivos federais, estaduais e

municipais, etc. Através do AI-5, ficaram suspensos tanto o direito de *habeas corpus*, quanto o direito de se recorrer à justiça em caso de condenação pelo referido Ato.

Desde a instauração da ditadura militar até a volta do pluripartidarismo em 1979, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA – partido da direita) permaneceu ininterruptamente como partido da situação em Rio Claro. No período, a participação de imigrantes/descendentes na política local foi realmente intensa, tanto na direita, quanto na esquerda. Isso reforça a nossa assertiva inicial de que, independentemente de posição político-ideológica, se o período compreendido entre fins da década de 1940 e década de 1950 marca a inserção em larga escala de descendentes de imigrantes na política rioclareense, o espaço de tempo verificado entre as décadas de 1960 e 1970 marca a continuidade do exercício político coletivo desse mesmo grupo em Rio Claro.

Nesse sentido optamos, aqui, por apresentar alguns dados eleitorais de 1972, uma vez que as eleições municipais desse ano servem para mostrar, simultaneamente, : (a) a continuidade do grupo de imigrantes/descendentes na política local de Rio Claro e (b) a ascensão do primeiro político da comunidade negra rioclareense a assumir, ainda que em caráter excepcional, o cargo de vereador.

Tabela 21: Origem do Sobrenome dos Candidatos a Vereador em Rio Claro Eleições Municipais de 1972

Partido ou Coligação	Total de Candidatos pelo Partido	% Com Sobrenome Italiano	% Com Sobrenome Alemão	% Com Sobrenome Sírio-Libanês	% Com Outros Sobrenomes*	% Com Sobrenomes Mistos
ARENA	27	51.85	03.70	03.70	40.75	_____
MDB	16	37.50	06.25	_____	56.25	_____

* Foi aí incluído José Carlos Silva, candidato negro pelo MDB.

Tabela 22: Origem do Sobrenome dos Vereadores Eleitos em Rio Claro Eleições Municipais de 1972

Total de Vereadores Eleitos	% Com Sobrenome Italiano	% Com Sobrenome Alemão	% Com Sobrenome Sírio-Libanês	% Com Outros Sobrenomes	% Com Sobrenomes Mistos
15	60.00	06.66	06.66	26.68	—

Na realidade, as eleições municipais de 1972 acabam por sintomatizar a forte presença do grupo imigrantes/descendente, em todas as eleições municipais dos anos 1960 e 1970. Ressalte-se, ainda, que em 1972: Oreste Armando Giovanni (descendente de italianos e membro da Sociedade Italiana de Rio Claro) foi eleito prefeito, Antonio Maria Marrote (português, como outrora informado) foi eleito vice e Waldemar Karam (integrante do já referido Centro Árabe-Brasileiro de Rio Claro) foi o único representante do grupo sírio-libanês eleito como vereador, no entanto como o mais votado de todos os edis.

De acordo com as informações obtidas na pesquisa, José Carlos Silva foi o primeiro negro a ocupar, ainda que como suplente e que por alguns dias apenas, uma cadeira no legislativo de Rio Claro. Em 1972, com aproximadamente 500 votos, conseguiu se tornar suplente do MDB.

Todavia, antes de apresentarmos o relato de Silva, faz-se necessária uma pequena observação. Segundo Ruy Fina, o político Manoel Augusto, vereador “de 1948 a 1951; suplente, na 4^a Legislatura, em 1961 e depois novamente vereador titular nas 5^a e 6^a Legislaturas, até 1970”, era negro (Fina, 2003, p.58). Em comunicação pessoal, o autor nos disse saber sobre Manoel apenas pelas informações de Antonio Almeida Rosa, vereador “titular, de 1948 a 1951 e suplente, de 1961 a 63, na 4^a Legislatura” (Fina, 2003, p. vi).

Fina relatou que tanto Antonio quanto Manoel eram comunistas reconhecidos, e que o primeiro classificava o segundo como “pardavasco”, ou seja, como um mestiço de negro e branco. Apesar disso, nas entrevistas realizadas para o presente trabalho, essa questão não fora levantada nem por informantes negros, nem por informantes brancos. De todo modo, a nossa hipótese é a de que, se levarmos em conta a classificação de Almeida Rosa para Manoel Augusto, esse último possivelmente “destoava”, de alguma forma, dos demais políticos. Do contrário, a observação de Rosa certamente não existiria.

Interessa lembrar que, numa sociedade onde pode haver algum espaço para a opção racial de mestiços, é possível optar ou para o “mundo dos brancos”, ou para o “mundo dos negros”. Deste modo, se o mestiço for orientado pela lógica “o que não chega a negro, é ou pode ser branco”, isto sinaliza uma opção pelo mundo dos brancos. Por outro lado, se for guiado pela lógica “o que passa de branco, é negro”, é sinal de que optou pelo mundo dos negros (Pereira, 1983, p.103).

O fato é que, se o mestiço escolher o tão “promissor” mundo dos brancos, possivelmente será estigmatizado tanto pelos brancos, quanto pelos negros. Enquanto os primeiros poderão lhe considerar como “aquele que está fora de seu lugar racial, social e simbólico”, ou como um “negro de alma branca”, os últimos certamente o considerarão como um “negro jabuticaba”, que assim como a fruta é preto por fora e branco por dentro. Isso corresponde a dizer que, se a opção pela negritude está associada a um status disprivilegiado na hierarquia racial, trilhar os caminhos do branqueamento pode levar à uma “indigestão” ou não-aceitação do mestiço, tanto no espaço dos brancos, quanto no espaço dos negros.

Voltando à questão do candidato negro de 1972, acompanhemos o relato de José

Carlos Silva:

(...) Em 1942 meu pai, então contratado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, veio morar em Rio Claro... Eu vim para Rio Claro praticamente com um ano de idade e vivi toda a minha vida na cidade de Rio Claro. Aqui eu cursei o Grupo Escolar Marcelo Schmidt na década de 1950, a cidade naquela época tinha três grupos escolares. Era o Grupo Escolar Coronel Joaquim Salles, chamado Grupo Velho, o Grupo Escolar Marcelo Schmidt... e o Grupo Escolar Irineu Penteado... Cursei o Grupo Escolar Marcelo Schmidt [durante] 4 anos e posteriormente existia na cidade o Instituto de Educação Ribeiro... Para se ingressar no Instituto de Educação Joaquim Ribeiro havia a necessidade de se fazer uma prova, era como se fosse um vestibular. Eu me submeti ... e para esse ingresso fazíamos cursinhos. Então tinha o cursinho Líder, na avenida treze ruas seis e sete, e eu fiz um outro cursinho, mais pobre, que era mais barato, funcionava na avenida sete entre as ruas cinco e seis. [Reprovado], aí meu destino foi a Escola Industrial Professor Aprígio Gonzaga, hoje Colégio Industrial Professor Armando Bayeux da Silva, e a Escola Industrial era uma escola em que tinha um grande contingente de estudantes negros, porque era a escola que preparava mão-de-obra para o trabalho operário. Então era ali que se formavam mecânicos, serralheiros, marceneiros, entalhadores, fundidores, pintores... a Escola Industrial foi [de] 1955 à 1962... Então o grande contingente de negros estudava na Escola Industrial, tanto rapazes como moças, era uma escola tipicamente negra, tanto é que a fanfara da Escola Industrial, pejorativamente era chamada de "Escola de Samba", por causa do grande contingente de negros que tinha. Ela tinha até uma batida diferente mesmo... era uma batida mais ou menos voltada para o samba, era uma batida diferente. Quando eu estudei tinha mais ou menos uma média de uns 250 ou 300 alunos, possivelmente nos três períodos... Ao mesmo tempo eu fiz o curso de contabilidade na Escola de Comércio Professor Arthur Bilac no período noturno. Eu estudava de manhã e a tarde na Escola Industrial, e a noite eu estudava no Bilac, fazendo o curso de contabilidade, o curso básico (Entrevista com José Carlos Silva).

Sobre sua inserção na política, relatou o entrevistado:

Eu me lembro que uma determinada manhã, um final de semana chegou em minha casa o Mário Caritá que foi para me procurar, porque eu havia sido indicado como candidato para vereador pelo MDB, que a indicação tinha partido da Diretoria da Sociedade José do Patrocínio... Conversamos e tal, ele falou que havia estado no José do Patrocínio e que os diretores indicaram para que eu fosse candidato. Então, naquela oportunidade, depois de nós termos conversado e trocado idéias sobre o assunto, eu preenchi uma ficha (...) [Mais adiante, membros da referida Diretoria acharam que essa candidatura] poderia criar uma situação de antagonismo com o poder constituído do município, que eram os políticos da situação (...) O Mário Caritá havia desaparecido, nunca mais me

procurou (...) Então resolvi procurar o Armando Luís [incentivado e acompanhado pelo irmão] (...) Ele concordou em me dar apoio (...), e ele disse que estava tudo bem, que ele me daria o apoio, mas só que “você tem que assumir um compromisso comigo, você vai falar no meu comício”, e se tinha uma coisa que eu não queria antes, era falar em comício (...) [No primeiro comício], eu subi no caminhão e deparei com aquele público na minha frente e daí eu pensei: “o que vou falar?”. Aí aconteceu um fato muito interessante. Logo ali, na primeira fila na frente do caminhão tinha três senhores brancos, e um olhou para o outro e disseram: “Esse crioulo vai falar um monte de besteira”, e isso ali na minha frente (...) Nessa época, 1972, eu já tinha... quase trinta anos..., porque antes de ingressar na faculdade, eu trabalhei como torneiro mecânico, como serralheiro, fui mecânico, desenhista mecânico na Companhia Paulista durante cinco anos, e posteriormente eu ingressei no ensino superior. Eu já tinha quase trinta anos quando eu fui para a universidade (...) Eu tive uma votação expressiva na época, se eu não me engano foram 442 votos, a minha votação foi conquistada principalmente pelos comícios (...), onde causei uma impressão positiva no eleitorado. Inclusive o comentário na época é que tinha “um negro que falava bonito”. Eu me lembro que num dos comícios em que me apresentei todo o pessoal do partido da situação, do partido contrário ..., eles pararam os carros todos ao lado, aonde hoje é a Ápia, com a luz apagada, e lá eles ficaram ouvindo, porque o boato que corria é que tinha “um preto que falava bonito”, e isso realmente causou impressão... (Entrevista com José Carlos Silva).

José Carlos Silva informou que, durante sua campanha, sempre se apresentou como um representante da Sociedade José do Patrocínio. Sobre a origem de seus votos:

Em relação aos votos dos associados do José do Patrocínio, esse trabalho eu fiz individualmente, e mais uma outra pessoa que era simpática à candidatura também trabalhou os votos (...) Digamos que eu tenha tido 45% de votos negros e 55% de votos [de] brancos (...) Tive votos de associados do Tamoio, embora fosse vice-presidente do Conselho do José do Patrocínio eu freqüentava o Tamoio também, tinha contato com os diretores do Tamoio, tinha uma relação social com o pessoal ..., era normal, não havia antagonismo. Inclusive a residência de meu pai era muito mais próxima do Tamoio do que o José do Patrocínio (Entrevista com José Carlos Silva).

Acerca das discriminações e impedimentos sofridos na disputa eleitoral:

O mais interessante foi após a eleição. A apuração estava ocorrendo no prédio da Sociedade Italiana, na rua 4 entre avenidas 6 e 4. Eu estava no centro da cidade, estava tratando de algum documento da faculdade (...) com uma camiseta, calça jeans e sandália dessas de couro, e uma pessoa me perguntou: “Você não vai ver a apuração, está acontecendo na Sociedade Italiana”, eu disse “Eu vou”. Eu estava no Jardim Público, mas eu disse que iria mas eu não estava interessado. Depois de um

determinado tempo eu pensei: “deixa eu dar uma passada lá”, e eu fui à Sociedade Italiana, e era completamente separado, o público ficava do lado de fora, e tinha como se fosse um cercado. Lá dentro as mesas com juiz eleitoral e vários descortinadores. Aí quando eu cheguei, eu me lembro que o Ruy Fina veio me cumprimentar porque eu estava sendo muito bem votado. Aí eu falei: “vou entrar, e ver de perto”. Quando fui entrar disseram que eu não poderia entrar. Aí eu disse: “sou candidato, meu nome é José Carlos Silva e meu número é 2.442”, se não me engano era esse meu número, aí as pessoas procuraram, viram, e me deram um papel para assinar e me ingressei, circulei entre as mesas dos descortinadores, recebi cumprimentos de uma série de pessoas. Depois fui chamado quando eu saí, e duas pessoas tentaram me pressionar [dizendo] que eu não podia ser vereador com aquele número de votos, [e que] se hipoteticamente eu me elegeisse eu deveria ser o primeiro suplente do MDB..., porque aquela vaga era do senhor Zumpano. Então eles tentaram me pressionar, ... me intimidar, e eu falei... que o que ia determinar o que eu seria ou não ... era o meu número de votos, e quem iria determinar era o juiz eleitoral, e que não adiantava nada eles virem me intimidar porque aquilo não iria funcionar. Se quisessem realmente mudar o resultado das eleições eles tinham que pressionar o juiz eleitoral, e ali mostrei o juiz eleitoral (...) Saí e fui embora, nem tomei conhecimento deles (...) Se eu não me engano, eu estava fazendo o mestrado, eu fui convocado para assumir a Câmara ... no ano de 1975, e eu estava fazendo mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais... na área de microbiologia, e aí viajava periodicamente de Belo Horizonte a Rio Claro, e participava das sessões da Câmara (...) Foi um curto período, 45 dias apenas..., que o titular se afastou. Eu não lembro quem era [o titular], mas não era ele [o Zumpano], porque ele ficou abaixo de mim... (Entrevista com José Carlos Silva).

Mas é preciso lembrar que, quando o primeiro negro assumiu temporariamente a vereança em Rio Claro, já havia em São Paulo políticos profissionais negros atuando no legislativo, nas instâncias municipal, estadual e federal, também pelo MDB. Em 1966, quando foi instaurado o bipartidarismo, Adalberto Camargo, negro, foi eleito deputado federal com 17.500 votos, pelo MDB. Nos anos de 1970, 1974 e 1978 Adalberto Camargo foi reeleito para o mesmo cargo, sempre com votação ascendente, exceto em 1978. De acordo com Camargo, sua campanha eleitoral foi realizada apenas no meio negro (Valente, 1986, p.31).

Em 1968, Theodosina Rosário Ribeiro, negra, foi eleita a segunda vereadora mais votada de São Paulo. Em 1970 chegou à Assembléia Legislativa, sendo reeleita em

1974 e em 1978 deputada estadual, pelo MDB. Também Paulo Rui de Oliveira, negro, foi eleito suplente de vereador, assumindo seu mandato em 1975. Em 1979 foi líder do MDB na Câmara Municipal de São Paulo e em 1981, já no pluripartidarismo, torna-se o primeiro negro a assumir o cargo de presidente da Câmara Paulista. Tanto Theodosina quanto Paulo eram ligados a Adalberto Camargo. Para esse último, o conjunto destas eleições se configurou no

fenômeno histórico da maior importância neste Estado [de São Paulo]: o negro nas três casas de representação popular, na representação de todos os níveis (Valente, 1986, p.31).

Em 1976, Mário Américo, também negro e do MDB, é eleito vereador em São Paulo. De acordo com Valente, a vitória de Américo (ex-massagista da seleção brasileira de futebol) está ligada à sua popularidade entre a massa futebolística (Valente, 1986, p.31). A autora chama a atenção para o fato de que, com exceção de Mário Américo, todos os políticos profissionais negros da época tinham suas bases eleitorais na comunidade negra, e eram comprometidos com a questão racial (Valente, 1986, p.33).

Vale ressaltar que, embora a luta contra a discriminação racial tenha sido ininterrupta por todo o século XX, é na década de 1970 que ela será reavivada, simultaneamente à emergência de outros movimentos sociais encampados pelo MDB, pela igreja, pelo grupo estudantil, entre outros. Em geral, esses setores sociais reivindicavam liberdade de organização e de expressão, buscando derrubar as bases do sistema ditatorial. A nova feição do movimento negro deve-se a fatores internos e externos. A luta negra norte-americana contra o racismo e os movimentos de libertação da África influenciaram significativamente a luta racial que se processava no Brasil, suscitando o fortalecimento de uma identidade negra simultaneamente nacional e trans-nacional.

Sobretudo nos dois últimos pleitos do bipartidarismo, que ocorreram respectivamente nos anos de 1974 e 1978, o MDB havia se firmado enquanto partido de oposição. Após ter assumido esta postura mais definida e concreta, o desempenho político eleitoral do partido melhorou significativamente. Todavia, em 1979, a reforma partidária extinguiu tanto o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), quanto a ARENA (Aliança Nacional Libertadora), o que conferiu mais força ao debate acerca da criação de novas agremiações partidárias (Valente, 1986, p.48).

A possibilidade de um sistema partidário mais representativo era um importante item desse debate. Por outro lado, deve-se considerar que a reforma partidária foi realizada em meio a um regime ditatorial desgastado, e que o surgimento de novos partidos resultou no fracionamento do partido de oposição. Os vários partidos, cientes de que as eleições seriam decididas por uma pequena margem de votos, procuraram atrair os movimentos sociais existentes, estabelecendo com esses, muitas vezes, compromissos programáticos (Valente, 1986, p.48).

É de suma importância considerar o ano de 1982, no qual ocorreriam as primeiras eleições após o retorno do pluripartidarismo, para os cargos de governador, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito (menos nas capitais, estâncias hidrominerais e municípios considerados área de segurança nacional, onde o governadores escolheriam os prefeitos) e vereador.

Todos os candidatos escolhidos pelo eleitor deveriam ser de um mesmo partido, obedecendo-se o critério do voto vinculado. O então presidente da República, João Figueiredo, frente ao clima de desconfiança que pairava sobre a nação, anunciava incansavelmente que os candidatos eleitos realmente tomariam posse. Pela lei, as

eleições só poderiam ser anuladas se mais de cinquenta por cento (50%) dos votos fossem anulados.

É justamente nesse período – ainda marcado pela forte presença do grupo de imigrantes/descendentes na política local rioclarense – que se pode observar, mais visivelmente, a luta do grupo negro por uma inserção propriamente política. Essa luta, que na realidade tinha abrangência nacional, possibilitou mudanças de impacto na tradição política de Rio Claro, como veremos adiante.

Ana Lúcia Valente salienta que, no momento político eleitoral de 1982, os negros despontam como parceiros políticos importantes. No período todos os partidos políticos procuraram atrair essa parcela, ora estabelecendo um compromisso programático com a questão racial, ora eximindo-se dele. De qualquer forma, tal emergência demonstra tanto uma estratégia dos próprios partidos, que tinham interesse estratégico pelo eleitorado negro, quanto o avanço da luta dos próprios militantes do movimento negro. No geral, apesar da desconfiança e da resistência de parte dos militantes, um clima de expectativa e euforia envolvia ambas as partes (Valente, 1986).

Nessa época, ainda caracterizada pelo domínio político da direita na cidade, os grupos étnico-raciais de Rio Claro se aglutinavam através de formas associativas aparentemente mais “universais”, ou seja, aparentemente “livres de conotação étnico-racial”. Tal “aparência” está profundamente relacionada à transformação dos símbolos particulares em símbolos nacionais – como veremos, no caso de Rio Claro, através do carnaval.

Em outras palavras, as diferentes identidades étnico-raciais do grupo branco local passaram a se expressar, agora mais visivelmente do que antes, através da *whiteness*, entendida aqui como um fenômeno racial contrastivo que envolve, mais do que uma

identidade branca, um sistema de manutenção de privilégios (Tischleder, 2002). Isso faz sentido, sobretudo se levarmos em conta que, para além das semelhanças fenotípicas, subsistia no interior desse grupo local uma similaridade de status sócio-político, ou seja, a identidade dos que ascenderam.

De acordo com o jornal local analisado, em 1982 Rio Claro teria

o Carnaval Político, e, com isto, o povo poderá ganhar. Por certo, maior ajuda será dada às escolas de samba e grupos que irão animar nossas ruas. Um candidato a vereador (pediram para não citar seu nome) vai descolar uma grana violenta para certa escola de samba. Certo ele, já que cavalo não sobe escada. Né??? (Jornal Diário do Rio Claro, 08/01/1982).

Nessa época, as Escolas de Samba “Tamoio” e “GRASIFS – A Voz do Morro” (a última, antiga “José do Patrocínio”), teriam que concorrer com a “CASAMBA” e com a “SAMUCA”, agremiações carnavalescas mais recentes, formadas entre fins da década de 1970 e início dos anos 1980, e que eram apoiadas de modo diferenciado pela situação. O curioso é que, numa época em que “o povo brasileiro ... [ia] ganhando a característica amorenada, [e] onde diversas raças e grupos étnicos ... [formariam] uma única” (Jornal Diário do Rio Claro, 03/01/1982), subsistia, contraditoriamente, uma linha de demarcação racial nítida entre os grupos carnavalescos rioclarenses.

Para a população local, a “Tamoio” e a “Voz do Morro” eram sem sombra de dúvida as Escolas de Samba da raça negra, enquanto a “CASAMBA” e a “SAMUCA” eram essencialmente dos brancos. Essa percepção tinha bases reais, assim como também a de que as primeiras se destacavam pela originalidade e simplicidade material, enquanto as últimas, pela falta de “samba no pé” e pela luxuosidade. Como o ressalta Stuart Hall, a cultura popular tem sido historicamente transformada em cultura global, e assim

adentrado diretamente nos circuitos da tecnologia dominante, do poder e do capital (Tischleder, 2002).

De acordo com um de nossos entrevistados, no final da década de 1970,

o carnaval de Rio Claro começou a tomar um outro rumo, na verdade começou a entrar a modernização do carnaval e houve a ascensão do carnaval mesmo (...) Começaram sair umas Escolas de Samba aqui com um pessoal que era da nata. Antes começou com a SAMUCA, que não era aquele pessoal tão rico, mas já era um pessoal de classe média alta para Rio Claro. Foi quando os outros entraram nos desfiles das Escolas de Samba (...) Com a ascensão das Escolas do Rio, a Globo ajudando muito, divulgando muito, as Escolas de Samba estouraram e os brancos entraram no meio... Antes o Durval Augusto e o pessoal que começou com a Escola de Samba [Voz do Morro], os fundadores da José do Patrocínio..., eram escurraçados de onde eles estavam fazendo [o carnaval], porque ... era “coisa de maloqueiros”. Mas depois a coisa foi “ficando bonita”, e a GRASIFS começou a perder campo. Isso no final de 70 começo de 80. Foi quando nós se reunimos (...) Quando os brancos entraram as Escolas ficaram um luxo. Como concorrer com eles? Aí fomos obrigados a se reunir para fazer um trabalho diferente, para mostrar quem é que manda em matéria de carnaval, e começamos fazer um trabalho de aperfeiçoamento e um trabalho político também, porque quando a coisa toma um ritmo vira política, a política encosta, foi daí que veio a ascensão nossa (Entrevista com Ademir Aparecido de Souza).

Um dos fatores que marcava a diferença étnico-racial das Escolas de Samba de Rio Claro, era a escolha dos temas a serem desenvolvidos pelas agremiações do grupo negro. Enquanto a “Tamoio” geralmente versava sobre índios e negros de maneira genérica, a “Voz do Morro” em geral lidava com o resgate da africanidade. Trechos do Samba Enredo dessa última, para o “carnaval político” de 1982, apontam nitidamente para essa questão:

Boa noite gente
Nesta festa magistral, genial
A Grasifs vem mostrar, vem mostrar
A origem do meu povo neste carnaval

A e e, e e a
A origem do meu povo a Grasifs vai mostrar
Bis

Quando os navios negreiros
Cruzavam o alto mar

Eram os negros africanos que vinham para cultivar
O café, o cacau e o algodão
A cana de açúcar
Oh! Que valiosa plantação
Bis

Vindo de Luanda, do Congo e da Costa Guiné
Do mercado de escravo na Ilha de São Tomé ...

(Jornal Diário do Rio Claro, de 30/01/1982).

Ressalte-se ainda que, nesse mesmo ano, a famosa Clementina de Jesus – consagrada cantora afro-brasileira, descendente direta de africanos – se tornou madrinha da “Voz do Morro”, em cerimônia realizada no Cine Tabajara de Rio Claro. Alguns anos mais tarde, Clementina chegou até a desfilhar pela afilhada GRASIFS, sob um carro alegórico especificamente confeccionado para ela. Nesta ocasião, o tema abordado pela GRASIFS propunha uma viagem pela cultura negra, denominada de “A Outra Face”.

A busca pela africanidade se desenvolveu tanto no meio acadêmico, quanto no meio artístico e, nos anos 1980, quando convergem a africanidade e a política de esquerda, a “Mãe-Preta” e o 13 de Maio – outrora símbolos da respeitabilidade da mulher e da família negras – cedem lugar ao herói Zumbi dos Palmares e ao 20 de Novembro – símbolos da luta, da consciência e da resistência negras (Guimarães, 2000, p.99). Essa “troca” de símbolos teve reflexos visíveis em Rio Claro. Ainda na primeira metade dos anos 1980, o quadro da “Mãe-Preta” foi retirado da sede do “Patrô”, as comemorações do 13 de Maio deixaram de lado a princesa e a benevolência brancas, e Zumbi se tornou a mais poderosa referência da luta negra.

Nessa época, a antiga “nossa gente de cor” havia se transformado em “representantes da raça negra rioclareense”. A indefinição do primeiro modo de se referir

aos negros – que leva ao questionamento “gente de que cor?” – assumiu contornos mais definidos que, longe de representarem “pureza biológica”, apontavam para uma reivindicação negra. Guimarães observa:

apenas a partir de 1978, surgirá um ator político, o Movimento Negro Unificado, a golpear esse discurso nacional [segundo o qual “raças não existem e a cor é um acidente”]. Ainda que a crítica da “democracia racial”, o denunciá-la como mito, date de 1964, a repressão política impediu qualquer reação organizada.

Por que o MNU irá golpear de forma tão contundente a “democracia racial”? Porque ele vai reintroduzir a idéia de raça, vai reivindicar a origem africana para identificar os negros. Começa-se a falar de antepassados, de ancestrais, e os negros que não cultivam essa origem africana seriam alienados, pessoas que desconheciam suas origens, que não saberiam seu valor, que viveriam o mito da democracia racial (...) A idéia de raça passa a ser parte integrante do discurso corrente, aceito e absorvido de certo modo pela sociedade brasileira, o que não se explica senão pelas mudanças que ocorreram também na cena internacional, que tornaram esse discurso bastante poderoso internamente. Mas o fato é que se introduz de novo a idéia de raça no discurso sobre a nacionalidade brasileira (Guimarães, 2003, p.103).

Em Rio Claro, a frase corrente na época – que em geral saía da boca dos que se identificavam como negros, sobretudo quando os “de fora” os classificavam ou como pretos, ou como de cor, ou ainda como morenos – é a seguinte: *preto é cor, negro é raça!* Acompanhemos trechos de uma matéria de setembro de 1982, que deixa entrever a mudança à qual nos referimos:

A rio-clarense Sandre Maria da Silva foi classificada em 3º lugar no concurso “Pérola Negra”, realizado e organizado no Grêmio Mogimianiano (de Mogi Mirim), reunindo representantes da raça negra de toda a região (...) O concurso ... reuniu 15 concorrentes, e a **representante da nossa cidade** causou excelente impressão. É objetivo do concurso “Pérola Negra” estreitar os laços entre as cidades da nossa região e valorizar a participação da **raça negra** em nossas comunidades [grifo meu] (Jornal Diário do Rio Claro, de 01/09/1982).

A visita de seis diplomatas africanos à Rio Claro, realizada em setembro de 1982, está profundamente relacionada às transformações acima mencionadas. A “Festa das Nações” da cidade – que surgiu na década de 1960 sem a participação da então “gente

de cor” –, em 1982, além de contar com uma barraca afro-brasileira, foi inaugurada oficialmente por chefes das embaixadas do Zaire, Gabão, Senegal, Costa do Marfim, Togo e Nigéria. Todavia, o que para muitos certamente soou como o “ápice da democracia racial no contexto local”, era na verdade uma articulação do Presidente da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, deputado Adalberto Camargo, que esteve em Rio Claro juntamente com as autoridades africanas.

Ademais, a participação dos negros rioclarenses nessa festa local liga-se à luta por espaço simbólico, físico e político, à qual nos referimos ao longo deste trabalho. Um dos jornais da cidade noticiava que,

Das dez “Festas das Nações” realizadas em Rio Claro, a comunidade negra participou de apenas duas – as últimas [realizadas em 1982 e 1983].

Daí a conclusão de líderes que, o negro não é visto como imigrante como o japonês, italiano, sírio, português, alemão e etc.

— Somos vistos como escravos que foram libertados. Quando os brancos ou detentores do poder, atendem nossas reivindicações, fazem com cara de quem está fazendo um grande favor e nunca percebem, que na verdade, estamos buscando o que é nosso direito.

Explicam que participaram das duas últimas “Festas das Nações”, porque foram **exigir o seu espaço...** [grifo meu] (Jornal de Rio Claro, de 22/10/1983).

É de fundamental valor salientar que a luta política negra paulistana de 1982 (vide Valente, 1986) teve reflexos importantes não só na história política de Rio Claro, como em todo interior paulista. Pudemos reconstruir aspectos desse fenômeno sobretudo por meio de entrevistas, e de documentos pessoais dos próprios entrevistados. Acompanhemos o relato de José Carlos Silva, o suplente negro de 1972, que se candidatou ao cargo novamente em 1982, pelo PMDB:

Em 1982 ... nós estabelecemos um trabalho no Estado de São Paulo, um trabalho em conjunto, com candidatos a deputado federal, [que] no caso era Hélio Santos, [e] deputado estadual, que era o Esmeraldo Tarquínio, ex-prefeito de Santos, e que anteriormente já tinha sido deputado estadual... Lamentavelmente o Esmeraldo Tarquínio teve um aneurisma

cerebral e veio a falecer durante a campanha. E nesse trabalho ... de vários candidatos a vereador nos vários municípios do Estado de São Paulo, criou-se a Frente Negra de Ação Política da Oposição, cuja sigla era FRENAP, em que nós trabalhávamos com esses dois candidatos a deputado, e os vários candidatos a vereador. Desses se destacavam o João Bosco que era do PCdoB de São José dos Campos, já vereador em São José dos Campos, hoje deputado estadual pelo PCdoB (...) Não logrei êxito nessa segunda campanha, mas foi importante, porque essa Frente Negra de Ação Política da Oposição ... estabeleceu praticamente uma diferença de conduta das sociedades nos municípios, pelo menos em termos de Rio Claro isso aconteceu. Isso porque, quando nós trabalhávamos a campanha através desse trabalho da FRENAP em Rio Claro, a gente defendia a proposta de que o voto negro tinha que ser negro. Isso fez com que os próprios colegas do PMDB, candidatos a vereança, candidatos brancos dizendo que nós não poderíamos fazer isso porque isso caracterizava o racismo, o racismo da parte dos negros, impedindo que o candidato branco solicitasse o voto negro! Ao contrário, ele poderia solicitar, o eleitor é livre. Só que nós defendíamos que negro tem que votar em negro, voto negro tem que ser negro (Entrevista com José Carlos Silva).

De acordo com o mesmo entrevistado, a candidata a vereadora pelo PMDB, Ivani Bianchini Hoefling (na época mestre em sociologia e professora universitária chefe de departamento) era uma das que questionava este movimento político negro de 1982:

A Ivani Bianchini, ela era ... do PMDB. Aliás ela foi eleita, foi muito bem votada... Embora fosse uma colega de partido, [e] estivesse trabalhando junto, ela era contra a política que nós trabalhávamos, que o voto negro teria que ser negro. Ela achava, do ponto de vista dela, que aquilo era uma conduta racista da nossa parte (Entrevista com José Carlos Silva).

Continuando, Silva ressalta:

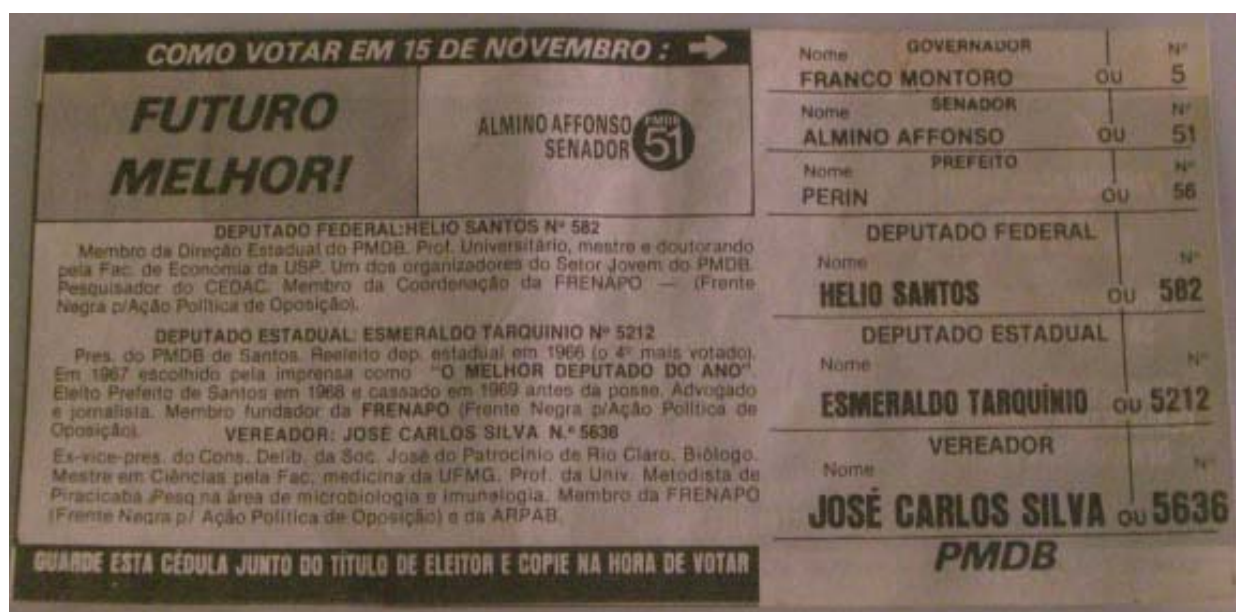
Acho que vários pensavam da mesma forma, mas nunca se manifestaram a respeito. Ela, como tinha liberdade comigo, como nós conversávamos, ela colocou esse ponto de vista, que ela achava que isso seria uma conduta racista da nossa parte, mas somente isso, não mais. Não teve nenhum outro tipo de afirmativa (Entrevista com José Carlos Silva).

Mas a candidata da qual fala José Carlos Silva, que entendia o trabalho político negro de 1982 enquanto uma forma de racismo, poderia ser acusada de sexismo. Dentre as propostas eleitorais trabalhadas por Ivani em 1982, havia uma que contemplava explicitamente a questão de gênero:

Propostas: defesa do trabalhador e das classes médias; assistência alimentar às crianças e aos jovens; saúde e educação gratuitas como um direito de todos; habitação ao alcance do povo: **a luta pela mulher**, pelos jovens e idosos; combate à corrupção e ao oportunismo; mais segurança para a comunidade [grifo meu] (Jornal Diário do Rio Claro, de 22/10/1982).

De qualquer forma, o fato é que a questão do voto negro foi trabalhada de modo explícito em 1982, como se pode observar através do material eleitoral abaixo:

Documento VI: **Eleições em 1982**



Fonte: acervo pessoal de José Carlos Silva.

De acordo com o entrevistado José Carlos Silva, em Rio Claro, todos os negros que se candidataram a vereador pelo PMDB, no ano de 1982, trabalharam com esse mesmo modelo de material eleitoral. Sublinha Valente:

a mobilização do Movimento Negro durante a campanha eleitoral de 1982 deu-se em torno da perspectiva de uma representação política negra ser alcançada a partir do voto étnico, ou seja, negro votando em negro (Valente, 1986, p.21).

Um de nossos entrevistados, ao recordar a campanha dos candidatos negros rioclarenses de 1982, relatou o que segue:

Nós rodamos Rio Claro inteiro, batemos em casa de todos os negros dizendo para votarem em negros (...) Nesta época em Rio Claro, quem ganhava a eleição era o centro da cidade. O que o pessoal do centro da cidade gritava a periferia engolia. Acho que até nesse sentido o nosso trabalho foi importante, porque nós saímos para a periferia gritando... Eles não acreditavam que alguns negros chegassem nem a suplente, e nós conseguimos (Entrevista com Ademir Aparecido de Souza).

Faz sentido interpretarmos tal fenômeno de acordo com a análise de Marger. O autor chama a atenção para o fato de que os grupos raciais dominantes mantêm, numa sociedade multi-étnica, o seu lugar no topo da hierarquia, cabendo aos grupos subordinados empregar tentativas de reverter sua posição desprivilegiada (Marger, 1994, p.11). Nesse sentido, o movimento político negro de 1982 é aqui entendido enquanto uma luta organizada e coesa, para que a hierarquia racial vigente fosse modificada.

Simultaneamente a esse processo, o economista Benedito Pio da Silva, que era integrante do Grupo de Assessoria e Participação do Banespa, propunha o controle de natalidade da população negra e parda que, se continuasse a crescer, poderia vir a “mandar na política brasileira e dominar todos os pontos-chave”. Isso foi considerado pelo político negro Paulo Ruy como “uma forma incontestada de racismo puro e sofisticado” (Folha de São Paulo, de 11/08/82; apud Valente, 1986, p.56).

Entre todos os exemplares do “Diário” de 1982, apenas um trazia matéria sobre o apelo racial dos candidatos negros rioclarenses. O jornal noticiava a presença, em sua redação, do

prof. Sebastião Ambrósio, srs. Joel Conceição [ambos candidatos pelo PMDB] e Amaro Cardoso, representantes da comunidade negra de nossa cidade. O objetivo da visita foi informar que toda a comunidade negra de nossa cidade pretende obter seu representante nos meios políticos.

Há muitos meses a questão foi fechada em torno de dois candidatos: Esmeraldo Tarquinio e José Marcos Pires de Oliveira e todos os trabalhos vinham sendo realizados nestes candidatos a deputado estadual.

Porém, lamentavelmente, Esmeraldo Tarquinio veio a falecer e os representantes da comunidade negra enfatizaram que todo o apoio, a partir de agora, será baseado no candidato a deputado estadual, pelo PMDB, José Marcos PIRES de Oliveira. Enfatizaram a necessidade dos eleitores desta comunidade que estavam apoiando Tarquinio que passem agora, a concentrar seus esforços em Pires, que, segundo eles, há muito vem trabalhando em pról da comunidade negra, antes mesmo de ter se pronunciado como candidato (Jornal Diário do Rio Claro, de 11/11/1982).

No total, identificamos cinco candidatos negros a vereador em Rio Claro, no ano de 1982. Pelo PMDB disputaram Sebastião Ambrósio, Antonio Joel Conceição e José Carlos Silva e, pelo PDS, Jovair Augusto e Maria do Carmo de Souza Ramos. Como o nome dessa última candidata não consta na contagem final dos votos, consideramos que o único candidato negro do PDS foi Jovair. Todos estes se auto-identificavam e eram identificados como membros da comunidade negra rioclarenses, e estavam ligados tanto à Sociedade José do Patrocínio, quanto à Escola de Samba “GRASIFS – Voz do Morro”. Um de nossos entrevistados informou o que segue:

Na década de 80, existiu uma ascensão pelo menos em número de candidatos [negros]. Foi quando começamos a discutir mais sobre política, isso porque na década de 80 nós estávamos trabalhando com a “GRASIFS – A Voz do Morro”, que é a mesma “Voz do Morro” antiga, do José do Patrocínio (Entrevista com Ademir Aparecido de Souza).

Portanto, se enganam aqueles que vêem no carnaval só fantasia. Constatamos que o aglutinação dos foliões, por ocasião das atividades carnavalescas, suscitou um ambiente

de discussões políticas, o que era mais visível no caso da “GRASIFS – Voz do Morro”. Portanto, a visão segundo a qual “os negros de Rio Claro só querem saber de folia e batucada”, tão corrente no imaginário branco local, necessitaria levar em conta as dimensões cultural, simbólica e política que permeiam as manifestações carnavalescas.

Por decisão do Tribunal Regional Eleitoral, publicada no Diário Oficial de 25 de março de 1982, o número de vereadores de Rio Claro aumentaria de 15 para 17, isso já a partir do pleito de 1982. A decisão superior estava relacionada ao fato de Rio Claro apresentar, na época em questão, uma população de mais de cem mil habitantes, e um colégio eleitoral de mais de 57 mil eleitores.

Ao término das eleições, a esquerda venceu em Rio Claro. Para prefeito foi eleito o engenheiro Lincoln Magalhães, e para vice Karl Machado, pelo PMDB. Do total de dezessete vereadores eleitos, dez eram do PMDB, e sete eram do PDS. Os demais partidos – PDT, PT, PTB – não conseguiram atingir o coeficiente eleitoral. Abaixo, acompanhemos a origem do sobrenome dos vereadores eleitos:

Tabela 23: Origem do Sobrenome dos Vereadores Eleitos em Rio Claro Eleições Municipais de 1982

Total de Vereadores Eleitos	% Com Sobrenome Italiano	% Com Sobrenome Alemão	% Com Sobrenome Sírio-Libanês	% Com Outros Sobrenomes	% Com Sobrenomes Mistos
17	58.82	17.65	—	17.65	05.88

De acordo com a tabela é possível perceber que, mais uma vez, os dados obtidos apontam para a forte presença de descendentes de imigrante na política local rioclarenses. Contudo, o diferencial do pleito de 1982 é que Joel Conceição, candidato negro pelo PMDB e membro da FRENAPÓ, ficou como primeiro suplente de vereador,

com 722 votos. O fato, pioneiro na cidade, é na realidade uma consequência do trabalho político da coletividade negra que, como vimos, esbarrava a todo momento na acusação de “racismo às avessas”. É correto dizer que essa acusação se configurava numa assertiva não só dos desavisados, como também dos que sentiam seu próprio *status* ou lugar político ameaçado.

Destaque-se, apenas 26 votos separaram Marchiori (vereador eleito pelo PMDB) de Conceição, no pleito municipal de 1982. Acompanhemos, abaixo, o relato de Joel Conceição:

Os meus bisavós eram escravos (...) Minha avó era uma pessoa analfabeta e as atividades dela sempre foram lavadeira e empregada doméstica. Meus avôs por exemplo, eles trabalhavam na agricultura com roça, meu avô pai da minha mãe era machadista, cortava lenha, enfim, fazia qualquer tipo de atividade agrícola. O meu outro avô era carroceiro, mexia com cavalos, enfim, transportes de mercadorias. E as minhas avós, as duas foram lavadeiras, tanto a avó materna como paterna. Os meus pais trabalhavam, ele na agricultura e ela com serviços domésticos. A minha mãe é tecelã, ela trabalhou 30 anos no Saad em tecelagem, depois quando ela estava próximo a aposentadoria ela foi trabalhar no Matarazzo. O meu pai trabalhou na FEPASA 14 ou 15 anos e depois foi trabalhar na praça como pedreiro. [Na FEPASA,] trabalhava na implantação de linha (...) Eu começo minha vida aos 8, 9 anos de idade. O primeiro trabalho exercido por mim foi de engraxate. Depois, através de uma obra de assistência do município de Rio Claro, foi criada a Guarda Mirim de Rio Claro e eu fui prá lá e fiquei até 1964. Daí fui para uma escola fazer o 1º grau que compreendia da 1º a 4º série de grupo. Depois, do 1º ginásial até o 4º ginásial, fui aluno do Serviço de Ensino Vocacional, antigo Ginásio Vocacional que era praticamente semi-interno. Nós ficávamos das sete da manhã até às cinco da tarde. Depois fui trabalhar como guarda de banco por 4 anos, na Estrela Azul Vigilância e Segurança. Trabalhei uma temporada como vendedor, trabalhando com mercado de capitais, fundos de investimento e depois fui para a Caixa Econômica onde fiquei por 19 anos. Eu, desde o início da política em 1976 venho participando praticamente ativamente de movimentos populares, inclusive orientado pela própria escola. Nessa época eu estava no Ginásio Vocacional e era praticamente uma formação de liderança e essa formação fazia com que a gente participasse do Grêmio Estudantil, que funcionava como um órgão político dentro da escola e era onde eles incentivavam que se militasse diante de eventos político-sociais. Se bem que, em plena ditadura militar, eu sou fruto daqueles que passaram pela repressão militar, envolvido com movimentos estudantis em São Paulo, várias vezes correndo do aparato policial, apanhando da

polícia nos grandes eventos próximos à Faculdade São Francisco, hoje é a Praça da República. Existia o edifício Mendes Caldeira onde havia um grupo da Universidade São Francisco que se reunia ali naquele local, na Praça da Sé. A gente já tinha mais ou menos noção da realidade política que estávamos vivendo, então sempre procurávamos estar junto do pessoal que protestava por alguma coisa. Apesar de não ter uma formação em termos de conhecimento à respeito do momento político em que estávamos vivendo, estávamos sempre procurando estar junto daquelas pessoas que tinha maior informação e tentando protestar de alguma forma contra a repressão do governo militar. Bem, depois disso eu estive muito próximo trabalhando com o pessoal do MR-8. Tomei conhecimento de algumas coisas daqui por várias pessoas do antigo “partidão”, do PCB (...) Nós tínhamos, naquela época, Arena e MDB. O pessoal do MDB me convidou para participar da política local e logo em seguida me filiei ao PMDB. Tirei o meu título de eleitor, comecei a militar dentro do PMDB, antigo MBD, e com essa militância a gente passou por todas aquelas fazes da repressão, a abertura política, até que em 1980, já quando começa a abertura política, eu fui convidado pelo presidente do MDB local (...) Em 1981 ele me convidou para que eu militasse mais dentro do partido e participasse mais de movimentos populares. Como já tinha vindo para o Cervezão [bairro periférico da cidade], aqui tinha muitos problemas de água, luz, esgoto, asfalto e a gente foi se envolvendo dentro daquilo ali até que culminou com a minha candidatura ao cargo de vereador em 1982 (...) Em Rio Claro até 1980 não havia possibilidade, de forma alguma, da participação efetiva do negro dentro da política, porque os partidos políticos eram estruturados de uma certa forma onde eles sempre procuravam ter elementos da comunidade negra dentro do partido mas eles não estavam preocupados para que eles se elessem. Eles estavam preocupados em dizer que eles tinham elementos da comunidade negra dentro do quadro partidário e que na realidade a comunidade negra deveria “apoiar” o candidato negro, porque a partir daí os votos da comunidade negra iriam para o partido, mas não que eles estivessem preocupados que o negro se elesse (...) O processo político partidário é um processo muito ingrato (...) Na realidade [o partido político] não está preocupado de forma alguma de que o negro seja eleito. Está preocupado em “ocupar” o voto da comunidade. Por isso é que existe uma pulverização dos negros em todos os partidos políticos, onde a realidade é uma só (...) O partido que faz, por exemplo, o prefeito, naturalmente ele deve fazer um número maior de vereadores. Então, [sobretudo] os partidos pequenos têm o problema de procurar ver quem é que puxa a legenda com uma quantidade grande de votos, para fazer o coeficiente eleitoral (...) Eu não via até aí nenhum partido político que desse condições de sustentação ou financeira para que qualquer um dos candidatos negros que participavam do processo político tivessem condições de chegar a ocupar um cargo político. Inclusive eu tenho um exemplo, uma das pessoas que várias vezes reclamou desse tipo de situação para mim, foi o falecido senhor Wandico Norberto. Ele foi uma das pessoas que saiu candidato, se eu não me engano, por duas vezes em Rio Claro (Entrevista com Antônio Joel Conceição).

Com relação aos votos recebidos:

Fui uma pessoa que tive uma amizade assim, um amplo relacionamento dentro da cidade em função da comunicação, enfim, isso me ajudou muito também na minha votação (...) Como negro fui um dos candidatos que mais votos teve... Pelo fato de eu estar ligado à Escola de Samba e movimentos sociais da comunidade, tive um apoio muito grande (...) [Estava] engajado no movimento cultural e social da comunidade negra (...) Da comunidade [negra] eu calculo mais ou menos uns 45%. Eu tive 722 votos, eu calculo uns 350/400 votos mais ou menos (Entrevista com Antônio Joel Conceição).

Os demais membros da comunidade negra rioclarense que se candidataram a vereador obtiveram a seguinte votação, em ordem crescente: Jovair Augusto, PDS - 240 votos; José Carlos Silva PMDB - 248 votos; Sebastião Ambrósio, PMDB - 664 votos. Como se nota, no pleito municipal de 1982, todos os candidatos negros do PMDB obtiveram mais votos que o candidato negro do PDS. Isso reforça a afirmativa segundo a qual os negros, mais que os brancos, optam tendencialmente pelos partidos de esquerda no Brasil. Vale lembrar que, em entrevista para um dos jornais da cidade, Jovair justificou o motivo de sua escolha partidária no pleito municipal de 1982 da seguinte forma:

Eu saí como candidato pelo PDS, porque chegou-se a conclusão de que em nossa cidade havia uma parcela da população negra que votaria no partido da situação. Como o voto era vinculado, não era uma boa política para a comunidade negra possibilitar votos nulos (Jornal de Rio Claro, de 23/10/1983).

A candidatura de Jovair Augusto pelo PDS tem um paralelo importante, uma vez que os políticos profissionais negros de São Paulo, que haviam migrado do MDB para o PDS, também não obtiveram êxito no pleito de 1982. O fato é que, depois de um processo de sucessivas vitórias políticas iniciado com a eleição de Adalberto Camargo para deputado federal em 1966, pelo MDB, nas eleições de 1982 tais políticos, sob a sigla PDS, não foram reeleitos (Valente, 1986, p.49).

Em São Paulo, dos 54 candidatos negros lançados em 1982 pelo PDS, PTB, PDT, PMDB e PT, apenas dois foram eleitos. Benedito Cintra foi eleito deputado estadual e José Maria Rodrigues Alves, vereador, ambos pelo PMDB. Para Valente, apesar de Cintra estar ligado à FRENAPPO, “seu trabalho era eminentemente de classe”. Já com relação a Rodrigues Alves, conhecido como “Zé Maria do Corinthians”, a autora ressalta que seu “trunfo eleitoral” deveu-se à popularidade que o ex-jogador conquistou através do esporte (Valente, 1986, p.77). A partir desse quadro, Valente concluiu o seguinte:

pode-se chegar à conclusão geral de que o negro em São Paulo, se o compararmos às últimas eleições, no ano eleitoral de 1982 regrediu politicamente, perdeu os espaços conquistados, pois, mesmo os dois negros eleitos não são comprometidos explicitamente com a problemática racial (Valente, 1986, p.78).

Se pois, como mostra Valente, as eleições de 1982 representaram um regresso político para os negros de São Paulo, o mesmo não é válido para o município de Rio Claro. Ao contrário do governador eleito Franco Montoro, que em sua campanha havia prometido incluir negros nos principais escalões do governo, e não o realizou, em Rio Claro, o prefeito eleito Lincoln Magalhães nomeou um negro para uma importante Secretaria. Sob o título “Ambrózio, o primeiro em Rio Claro”, foi publicada em jornal a seguinte matéria:

O Professor Sebastião Ambrózio continua recebendo positivas manifestações de vários grupos da comunidade pelas suas atividades como Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, contando também com total apoio do Prefeito Municipal (...)

Assim o Professor Ambrózio mostra o seu ponto de vista quanto ocupar importante função político-cultural na vida da cidade. Diz ainda que “tenho consciência de minha dignidade e estou dando tudo de mim para a Administração e vejo com o trabalho, a solução para todos os problemas. O Professor Ambrózio é o 1º negro a ocupar importante cargo na administração pública, em Rio Claro.

Comentando o fato de ser um negro chefiando uma Secretaria de porte, como a sua, declarou que quando indicado para um cargo público, de tal importância, gerou expectativas internas e externas (em relação à Prefeitura), porém sua auto-confiança era patente, já que ele assumia o

cargo com uma boa folha de serviços prestados à educação, de forma que as expectativas administrativas não o “arranharam em nada” (Jornal de Rio Claro, de 22/10/1983).

Pressionado por determinados setores da comunidade negra de São Paulo, em maio de 1984 Montoro assinou um decreto que criava o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, sem no entanto cumprir o compromisso outrora citado. De qualquer forma, criava-se um instrumento legal e pioneiro contra a discriminação e a exclusão sofridas pela população negra, por meio do Estado. O interessante é que Antonio Joel Conceição – que, em Rio Claro, havia ficado como primeiro suplente de vereador pelo PMDB nas eleições de 1982 – foi nomeado por Franco Montoro como conselheiro regional do Conselho Estadual, sendo o único do interior paulista. Por meio da administração local, que depois do pleito de 1982 passou a ser do PMDB, Rio Claro foi o primeiro braço do Conselho no interior paulista, com sede local. Um dos jornais da cidade noticiava que Rio Claro

foi à posse [do Conselho Estadual, ocorrida no Palácio dos Bandeirantes] com a caravana mais numerosa do interior. Estiveram prestigiando a solenidade, entre outros, o prefeito Lincoln Magalhães, e o Secretário Sebastião Ambrózio, de Educação, Cultura, Esportes e Turismo (...) A caravana de Rio Claro, formada por três ônibus, teve apoio da Prefeitura Municipal, através da Secretaria da Educação, Cultura, Esportes e Turismo (Suplemento do Jornal Cidade de Rio Claro, de setembro de 1984).

Sobre a questão, Joel Conceição relatou o que segue:

Fui nomeado pelo Montoro como conselheiro do Estado e eu acho que teria mais chance de desenvolver um trabalho melhor para a comunidade, porque sempre o meu trabalho foi direcionado à população negra. As questões municipais eram importantes, mas as questões da minha comunidade eu nunca abri mão disso daí (...) Minha preocupação foi trazer o Conselho para Rio Claro, porque aquele era um dos únicos instrumentos que nós tínhamos de questionamento, de discussão, que é um Conselho de Participação e Desenvolvimento, e a finalidade dele era fazer política para a comunidade negra (Entrevista com Antonio Joel Conceição).

Principalmente depois da ascensão de Sebastião Ambrósio e de Joel Conceição, uma série de eventos racistas tiveram lugar em Rio Claro. Todos os entrevistados do grupo negro se lembraram de que, na época em que Ambrósio foi nomeado pelo prefeito Lincoln, o então secretário foi recebido em sua sala com um “presente” anônimo: um cacho de bananas. No ano de 1983 um folheto racista – que teria como autores os jornalistas João Martins Filho e Afonso Celso Bovo, além de Lourival, todos funcionários da Assessoria de Imprensa do prefeito – foi espalhado por toda a cidade, o que ocasionou uma forte mobilização da comunidade negra local, com respaldo do chefe do executivo local (Jornal de Rio Claro, de 12/11/1983). Em 1984, um dos jornais da cidade noticiava que, quando membros da comunidade negra local solicitaram do secretário Ambrósio uma sala para reuniões no Centro Cultural,

Ambrósio deu um cartão autorizando e, quando eles chegaram, falaram com o diretor do CC [Centro Cultural], Alceu Marozzi Righetto, que respondeu que não tinha sala nenhuma. Eles retrucaram sobre quem mandava mais, Ambrósio ou ele, e daí houve um recuo e o diretor ficou de providenciar uma acomodação. Olha aí, Secretário, estão querendo passar por cima de suas ordens e com seus irmãos de cor... (Jornal de Rio Claro, de 19/08/1984).

É preciso salientar que, numa cidade interiorana, onde: (a) a permeabilidade do sistema favoreceu a inserção em larga escala de descendentes de imigrante, tanto nas redes sociais de prestígio, quanto na política local; (b) mais de 85% da população se classificou como branca no censo de 1980 e menos de 6% como preta; (c) o racismo se intensificava a medida que os negros passavam a se constituir numa ameaça aos “estabelecidos”, a ascensão de figuras como Ambrósio e Conceição sintomatiza a intensidade da mobilização organizada dos negros rioclarenses.

De acordo com José Carlos Silva, que atualmente reside em Piracicaba (onde atua como professor universitário na área de microbiologia, há mais de vinte anos), o trabalho político encampado pelos negros em 1982 logrou êxito também nessa cidade:

[Em] 1982, aqui em Piracicaba o candidato [negro a vereador] foi João Manuel dos Santos....., que nessa eleição não foi eleito ainda. Se não me engano,... posteriormente ele conseguiu ser suplente, posteriormente foi eleito e hoje o João Manuel é o presidente da Câmara Municipal de Piracicaba. Piracicaba teve o privilégio de durante uma legislação ter dois vereadores negros, um era José Maria Teixeira e outro João Manuel dos Santos, isso de 1986 à 1990. Hoje José Maria Teixeira é Secretário Municipal, Secretário de Habitação (...), e o outro, João Manuel dos Santos, é o atual Presidente da Câmara Municipal de Piracicaba. Ambos negros, ambos envolvidos com a comunidade negra (Entrevista com José Carlos Silva).

Com relação à Rio Claro, disse o mesmo entrevistado:

Após essa eleição [de 1982] houve uma mudança na sociedade municipal, houve uma suposta “abertura” da sociedade. O que caracteriza as cidades do interior de São Paulo são justamente os clubes da população negra, como Rio Claro, que tem o José do Patrocínio e o Tamoio; Piracicaba, que tem o Treze de Maio; Jundiaí, que tem o Vinte Oito de Setembro, que são os clubes da população negra... Até então o negro ... não tinha acesso nos clubes de Rio Claro, como o Grupo Ginástico rioclarense, o Grêmio Recreativo dos Empregados da Companhia Paulista, e várias outras sociedades. A partir de então o que estes clubes fizeram? Eles passaram a fazer as suas chamadas “brincadeiras dançantes” cobrando na porta (...) O jovem negro desavisado, menos preparado, se achava mais importante indo na brincadeira do Ginástico, da Filarmônica, do que pagar a mensalidade da José do Patrocínio, que no cômputo geral no final do mês saía mais caro (...) Com isso foi caindo a frequência do José do Patrocínio, foi caindo a frequência do Tamoio, automaticamente hoje essas duas sociedades sofrem ... em decorrência dessa conduta tomada lá atrás. Eu não sei se isso foi estrategicamente consciente ou não, eu não sei afirmar. Mas aconteceu (Entrevista com José Carlos Silva).

A nossa hipótese é a de que essa ocorrência tem mais a ver com uma estratégia econômica dos clubes do grupo branco, do que com a abertura do sistema, ocorrida nos anos 1980. Na realidade, essa abertura aos não sócios era uma válvula de escape, à qual se lançava mão quando faltava dinheiro para reforma, ampliação do prédio, entre outros do tipo. Tão logo fosse regularizada a situação financeira desses clubes,

cessariam as brincadeiras populares. Isso corresponde a dizer que os bailes dos “de dentro” continuaram a sê-lo, e os dos “de fora” eram realizados de acordo com a vulnerabilidade financeira dos clubes em questão.

Por outro lado, tal “abertura” se configuraria também numa estratégia para desarticular politicamente a comunidade negra? Não se pode afirma-lo com certeza, mas os fatos nos dizem que é melhor não duvidar. De todo modo, cabe aqui a afirmação de Stuart Hall, segundo o qual há sempre um preço a ser pago pela inserção da diferença, que em geral é assimilada através de um cálculo econômico cuidadosamente elaborado (Tischleder, 2002).

Nos anos 1990, Rio Claro não contava mais com a Delegacia Regional do Conselho Estadual, o que ocorreu a medida que novas administrações foram se instaurando. Entre os filhos da antiga “gente de cor”, é corrente a idéia de que a administração Lincoln foi a que mais favoreceu a participação social e política dos negros rioclarenses. A afirmação é verídica até mesmo para Jovair Augusto, que em 1982 era candidato a vereador pelo PDS:

Foi a época que a comunidade negra teve a maior oportunidade de caminhar (...) Foi ele quem deu a maior oportunidade do negro caminhar, foi o engenheiro Lincoln Magalhães (Entrevista com Jovair Augusto).

Para Rui Barbosa de Paula Lopes, candidato negro que seria eleito vereador no pleito municipal de 2000:

O prefeito Lincoln Magalhães foi o prefeito que realmente abriu as portas para os negros de Rio Claro. Existe dois períodos para o negro em Rio Claro: antes e depois do Lincoln (Entrevista com Rui Barbosa de Paula Lopes).

Como ressalta Hanchard, deve-se atentar para a natureza passageira das conquistas obtidas através de administrações políticas específicas. Os ganhos políticos obtidos

numa gestão administrativa podem se perder na seguinte. Um dos muitos exemplos desta instabilidade ocorreu em 1989, quando Erundina, então prefeita de São Paulo, dissolveu o Conselho Municipal da Comunidade Negra. Na época, a prefeita alegou que seriam criados conselhos populares pelos vários setores da comunidade, e não pelo governo (Hanchard, 2001, p.158).

De qualquer forma, a luta negra por inserção política continuava no meio negro. Entre as primeiras eleições municipais dos anos 1980 e as últimas dos anos 1990, havia aumentado o número de negros que se candidatavam a vereador em Rio Claro. Com auxílio de nossos entrevistados, identificamos os candidatos Antônio Carlos Carolino, Édison Luiz de Souza, Francisco Carlos Quintino, Luiz Carlos Conceição, Maria Célia Viana, Sérgio Moracir Calixto – além de Jovair Augusto e Joel Conceição (o último, fundador e presidente do PPS em Rio Claro, no início dos anos 1990), que continuaram a se candidatar após 1982.

Nos anos 1990, como mostra Valter Silvério,

resultado de uma árdua luta pelos movimentos negros nas duas décadas anteriores, nos anos 90 do século XX presenciamos uma mudança de postura significativa, em todos os segmentos da sociedade brasileira, em relação ao tratamento das questões da população negra no país. Dentre os fatores que mais contribuíram para a maior visibilidade das desigualdades sociais entre negros e brancos podem-se destacar o aumento e a divulgação de pesquisas empíricas; o surgimento de vários conselhos de desenvolvimento e participação da comunidade negra, no plano estadual e municipal; e o reconhecimento oficial, em 20/11/1995, no plano federal, da existência da discriminação racial e do racismo, com a implantação por meio de decreto do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI – , com a função de estimular e formular políticas de valorização da população negra (Silvério, 2002, p.227).

As manifestações culturais e políticas dos negros rioclarenses continuaram a existir nos anos 1990, sendo agora a cultura Hip Hop um importante instrumento de manutenção e transmissão da identidade negra, sobretudo entre os mais jovens. É

nessa época que Rio Claro assistiu à ascensão política de candidatos a vereador não-brancos (sem passar pela suplência), pela primeira vez na história municipal.

No ano de 1992, foi eleita vereadora uma sansei em Rio Claro. Acompanhemos o relato de Patrícia Sassaki:

Meus avós vieram do Japão (...) Vieram novos, chegaram no interior de São Paulo ..., do lado de Marília, Barretos, daqueles lados ... Eles vieram para a lavoura. Meus avós moravam em Barretos, meu pai e os irmãos dele eram mecânicos lá... Aí deu uma oportunidade de eles conhecerem uma empresa de ônibus aqui em Rio Claro, acho que não era uma empresa, acho que era uns 3 ônibus... Um dirigia a empresa, outro cuidava da mecânica, aquela coisa familiar, e foi aí que implantamos [a empresa de transporte Cidade Azul] em Rio Claro, fazem 40 e poucos anos... Nós estamos na terceira geração. A primeira do meu avô, a segunda geração do meu pai e a terceira geração somos nós que assumimos (...) Os nossos pais investiram para que cada um se formasse naquilo que tivesse sonho. Nós temos hoje médica, dentista, advogada, administradora de empresa, engenheiro, então é a terceira geração que está assumindo o comando da empresa do grupo Cidade Azul (Entrevista com Patrícia Jam Sassaki).

Sobre identidade e discriminação, falou a entrevistada:

O japonês é uma coisa engraçada. Se eu estou no Brasil, isso na geração do meu pai e não na nossa, porque a nossa é bem mais abraçadeira, mas a geração do meu pai, se chegar uma família japonesa, independentemente de conhecer ou não, ele vai subsidiar essa família, ele vai ajudar essa família, ou seja, sendo fiador, ou sendo avalista de aluguel, de indicar para trabalhar em algum lugar (...) para que essa família possa criar os filhos e possivelmente criar a condição de ter alguma coisa (...) Como [Rio Claro] tem razões históricas mais fortes de italianos e alemães, eu acredito que a comunidade japonesa era vista com um pouco de indignação, com um pouco de restrição, um pouco até discriminação, dessas famílias tradicionais. Hoje não existe, hoje está tudo igual ...mas antigamente eu acho que existia diferenciação, como tinha muita diferenciação ... de uma origem européia com uma origem africana. Hoje não tem muito, mas existe o preconceito ainda (Entrevista com Patrícia Jam Sassaki).

Sobre sua formação profissional, vida política e origem dos votos recebidos:

Eu sou formada em direito, não advogo por estar gerenciando a empresa da família (...) Eu fui candidata a vereadora pela primeira vez, com o idealismo de estar participando por ser mulher. Olhando o histórico de Rio Claro, havia tido só uma mulher [na política local], a Ivani Bianchini (...) Aí fui para a campanha política, disposta a ter a representatividade da mulher. Até não pensei na origem de ser descendente de oriental, mas

sim pelo objetivo de ter a mulher no poder legislativo. Me elegi vereadora na primeira que eu disputei [em 1992], fui a mais votada de Rio Claro (...) Disputei a presidência da Câmara, porque era um cargo que também não era exercido por mulher, com 150 anos de Câmara municipal, agora com 160 e poucos anos, e não tinha uma mulher (...) Ganhei essa eleição, fiquei como presidente da Câmara [por] dois anos (...) Depois terminei meu mandato normal como vereadora... Disputei como deputada estadual pelo PRP e fui a primeira aqui, tive uma votação muito boa e fiquei como a primeira suplente do partido, do partido nós elegemos 6. Então um dos 6 que saísse (...) eu poderia assumir esse lugar na legislativa, que eu acredito que na época, quando eu era vereadora, não tinha nenhuma mulher oriental exercendo cargo político, eu acho que ainda hoje não tem (...) Eu acho que até hoje eu devo ter sido a única eleita da raça oriental, mulher, a persistir em um cargo público eletivo como presidente da Câmara e também como suplente de deputado. Aí saí na eleição [seguinte], porque a eleição são de 2 em 2 anos, deputado estadual e federal e presidente da República, depois prefeito e vereador ... Eu disputei como candidata a prefeita, abriu dois anos e não disputei de novo para deputada, aí eu vim dois anos depois [deste último pleito] como candidata para vice-prefeita (...) As famílias participantes da Nipo [de Rio Claro] são muito poucas, não daria para eleger um vereador (...) Lógico que eu fui na minha comunidade pedir o voto, mas eu não fui com o comprometimento de fazer algum trabalho para a minha origem, pela raça oriental, eu não fui com essa proposta. Tive acesso para pedir votos, mas não falei em compromisso maior, não falei que estaria na política pela raça oriental. Ainda freqüento alguma coisa que eles [da Nipo da cidade] estão promovendo, algum evento beneficente, eu tento participar de alguma forma (...), [mas] não foi a comunidade que me indicou... Saí de um grupo familiar, de uma empresa como candidata. Aí eleita, logicamente estava representando a origem japonesa, mas não pela proposta. Da minha comunidade eu não acredito de [ter tido] 100 por cento [dos votos], eu acredito que tenha tido 30 por cento (Entrevista com Patrícia Jam Sasaki).

De acordo com a entrevistada, sua ascensão política está relacionada ao êxito da empresa familiar, e à sua identidade “brasileira”. De fato, o percentual de descendentes de japonês em Rio Claro é relacionalmente pequeno, diferentemente do ocorrido em municípios como Araraquara, a título de exemplo (vide Pereira, 2000). De qualquer forma, a ascensão de Sasaki no início dos anos 1990, marca o início de um período em que a o legislativo municipal começava a perder sua “mono-tonia”.

Ressalte-se que, em São Paulo, no ano de 1990, foi realizada uma pesquisa através da qual buscava-se identificar a composição do corpo eleitoral da cidade segundo a cor.

Do total da amostra (2.998), 54,7% se classificaram como brancos; 9,1% como negros; 12,7% como mulatos; 12,7% como morenos; 3,5% como amarelos; 5% como “a cor não é importante”; 2,5% como “não sabe a cor” e 0,8% deram outras respostas. A pesquisa mostra também que o maior índice dos que não freqüentaram escola está no grupo que não soube em qual cor se classificar. Outro dado importante é que negros e mulatos analfabetos apresentaram um percentual mais elevado de eleitores, se comparados aos brancos e morenos igualmente iletrados (Berquó e Alencastro, 1992, p.80-81).

Com relação ao chamado voto étnico, 9,5% do total da amostra se mostrou favorável e 85,3% contra. Não opinaram sobre a questão 5,2% dos entrevistados. Chama atenção o fato de que, entre os que são favoráveis ao sufrágio étnico, negros e mulatos são maioria. Por outro lado, brancos, morenos e “não é importante” totalizam um grupo que apresenta o maior índice de rejeição ao voto étnico (Berquó e Alencastro, 1992, p.82).

De acordo com Berquó e Alencastro,

a primeira vista, os dados disponíveis sugerem que essa possibilidade [do voto étnico afro-brasileiro] é apenas uma miragem na cabeça de militantes negros e de conservadores brancos, uns entusiasmados, os outros assustados, com o “mau exemplo” dado por Malcon X e Jesse Jackson.

Mas não é bem assim. Há movimentos consistentes no eleitorado negro que acabarão por influenciar o conjunto do eleitorado nacional (...) [Existe] um largo segmento do eleitorado afrobrasileiro se movimentando em direção ao exercício do voto étnico (Berquó e Alencastro, 1992, pp.86-87).

Para Berquó e Alencastro, a consolidação desse tipo de comportamento eleitoral pode ser retardada ou acelerada, dependendo das mudanças político-eleitorais que forem realizadas no país. A exemplo, o impacto do voto étnico provavelmente seria mais significativo se o voto distrital – que em países como a Nova Zelândia e os EUA tem assegurado representação política às chamadas “minorias” – fosse implementado no Brasil (Berquó e Alencastro, 1992, p. 87).

É preciso considerar que determinadas regiões brasileiras concentram um número muito elevado de negros e não-brancos (como é o caso do bairro paulistano Brasilândia, que tem 49% de negros e mulatos e que é conhecido como “África paulistana”), e que a implementação de um distrito eleitoral, baseada em limites sociais e geográficos, poderia resultar num modelo mais equilibrado de representação política (Berquó e Alencastro, 1992, p. 87).

Ao estudar a eleição presidencial de 1989, Mônica Machado de Castro constatou que, apesar de boa parte da população negra ainda permanecer distante da política, o eleitorado negro de fato votava mais à esquerda que os brancos (Castro, Mônica Machado de, “Raça e Comportamento político”, Dados, Rio de Janeiro, 36 (3), 1993, apud Prandi, 1996, p.65) Da mesma forma, Prandi constatou que o eleitorado negro em geral votou preferencialmente em Luís Inácio Lula da Silva na eleição presidencial de 1994. Nessa ocasião, os brancos em geral votaram de modo mais expressivo em Fernando Henrique Cardoso (Prandi, 1996).

De acordo com Guimarães, vem de Gilberto Freyre a primeira tentativa de explicar o comportamento político diferenciado dos negros brasileiros. Para Freyre, a assistência social patriarcal – característica não só do imperador ou do senhor de escravos, mas também de Getúlio Vargas – é que estaria definindo o comportamento político do grupo negro, no chamado Brasil moderno (Guimarães, 2002, p.81)

Bolívar Lamounier compartilha com Freyre a idéia de que os negros, mais que os brancos, apóiam trabalhistas e populistas. Ao associar raça e política no Brasil, Lamounier ressalta o papel do Estado brasileiro, que tem se antecipado ou abortado no nascedouro possíveis tensões raciais, não obstante o preconceito e a discriminação vigentes (Guimarães, 2002, p.82).

Mas a impressão, segundo a qual os negros votam tendencialmente em partidos de esquerda, só foi contundentemente confirmada por Amaury de Souza. Foi Souza que, pela primeira vez, demonstrou quantitativamente a singularidade eleitoral do negro brasileiro (Guimarães, 2002, p.82).

Todavia, Guimarães chama a atenção para o fato de que as interpretações de autores como Souza, Berquó e Alencastro, entre outros, diferem substancialmente da de Prandi. Enquanto os primeiros consideram o voto negro como resultado de uma consciência ideológica ou étnica, o último o considera como fruto do desamparo e da impotência política que atinge a população negra como um todo. Para Prandi, o homem do povo, ainda que se auto-classifique como não-branco, estaria pautado no mito da democracia racial (Guimarães, 2002, p.85).

Interessa ressaltar que, em 1996, foram eleitos dois vereadores negros, pela primeira vez na história de Rio Claro. No mesmo ano venceram para prefeito e vice, respectivamente, Cláudio de Mauro (PV) – com sobrenome oriundo dos “mouros”, segundo ele próprio – e Cláudio Zerbo (PMDB) – de sobrenome italiano. Abaixo, segue tabela indicadora da origem da edilidade eleita:

Tabela 23: Origem do Sobrenome dos Vereadores Eleitos em Rio Claro Eleições Municipais de 1996

Total de Vereadores Eleitos	% Com Sobrenome Italiano	% Com Sobrenome Alemão	% Com Sobrenome Sírio-Libanês	% Com Outros Sobrenomes	% Com Outros Sobrenomes, Origem Afro-Brasileira	% Com Sobrenomes Mistos
19	42.10	05.26	—	42.10	10.54	—

Apesar de o número de descendentes de imigrantes ainda ser majoritário, verifica-se uma mudança histórica na composição racial da Câmara rioclarense. Além disso,

constata-se uma renovação de mais de 50% no legislativo municipal, e uma votação surpreendente alcançada pelo PDT, PRP e PTB, que elegeram 7 vereadores. Entre os últimos encontram-se Sérgio Aparecido Matheus (coligação PTN/PMN/PRP) e José Pereira dos Santos (coligação PTB/PL), ambos afro-brasileiros. Acompanhemos, respectivamente, os relatos de Pereira e Matheus:

Minha avó sempre disse que a bisavó dela era escrava, mas ela não tinha conhecimento do que era [ser] escravo, o que não era, porque vivia numa pobreza (...) [A avó materna falava] do sofrimento, daquela região de Minas Gerais. Ela era mineira, a mãe da minha mãe. Sofrimento, [era] tratada muito mal, naquele tempo o trabalho era muitas horas por dia. Agora minha vó por parte de pai, essa também contava histórias. Era baiana, naqueles tempo lá na Bahia, [ela falava] sobre cangaceiro..., mas eu era muito jovem. Talvez no mundo de hoje me interessaria aquela história, mas naquele tempo eu pensava em outras coisas, eu não dava valor para aquelas histórias de grande valor, tão importantes, eu vejo assim. Eu nasci no interior, no sítio, no interior de São Paulo em uma cidade chamada de Presidente Venceslau. Eu fui criado em uma cidade chamada Paulicéia, na divisa do Mato Grosso, e ali fiz, naquele tempo o primário, secundário, hoje mudou tudo, né?!; que eu estou até desinformado. Fiz o grupo colegial daquele tempo, e lá trabalhava na roça, na produção, no algodão, amendoim, retiro de leite (...) Terminei o colegial naquela cidade [de nome] Paulicéia, e vim para Rio Claro. Só não tinha parente aqui, não tinha nada. [Depois,] tive a felicidade de ir para São Carlos.. Era uma cidade que dominava a vaga do SENAC, e os alunos faziam testes no SENAC em São Carlos, para ir para o SENAC de Águas de São Pedro, para prestar o curso de garçom. Mas naquela época era muito difícil negro entrar no ramo de técnico de servir, eles não queriam deixar eu entrar como garçom. Só tinha uma vaga e eu tinha passado, e eles disseram “Não Pereira, entra para cozinheiro”. Eu falei “Não, eu não quero ser cozinheiro, eu quero ser garçom”, e eles não tiveram jeito de me excluir. Então me mandaram para Águas de São Pedro, aonde eu fiz o curso de garçom em 1980. Fiquei lá por uns nove meses fazendo curso (...) Chegando lá tinha um pouco de dificuldade no começo de entrosamento, porque era negro, [lá tinha] só bacana, e era um hotel quatro estrelas, e tive um pouco de dificuldade, mas fui feliz porque houve uma eleição para ver quem seria o representante dos alunos e eu fui eleito. Tinha uma média de duzentos alunos, e eu tive uns cento e cinquenta votos dos alunos, não tive dificuldade para ser o representante. Saí dali fui trabalhar em vários restaurantes, só casas boas. Tive a felicidade de trabalhar em vários restaurantes, vários hotéis, no restaurante ... “Meu Irmão” e outras casas aqui em Rio Claro, aonde fui também instrutor do SENAC, fui dar aula de técnica de servir para o SENAC na região, para Piracicaba, Limeira, São Carlos, Araraquara, Rio Claro, Aguaí, Casa Branca e diversas regiões. Eu fiquei dando esses cursos durante uns oito anos, e fui feliz como garçom, tive a felicidade de

fazer esse trabalho como garçom. Depois de garçom eu fui trabalhar na área da saúde, funcionário público. Mas aqui em Rio Claro, mas mesmo trabalhando como funcionário público, eu trabalhava de garçom a noite e durante o dia trabalhava no Centro de Saúde da [Avenida] Vinte Nove (...) Mas antes de ser garçom eu trabalhei dois anos de guarda bancário, por volta de 1977 e 78, inclusive na Prefeitura Municipal de Rio Claro, no Banespa, em uma empresa que chamava Estrela Azul ... [Foram] essas minhas profissões: primeiro rural, produtor rural, depois vigilante, garçom, instrutor de técnica em servir, e funcionário público (Entrevista com José Pereira dos Santos).

Sobre sua trajetória política:

Eu trabalhava em um restaurante, e iam sempre os vereadores lá, comer, fazer reuniões, e um dia um vereador disse que eu seria presidente lá do meu bairro, para trabalhar na minha comunidade. [Foi] o vereador Sérgio Guilherme (...) Fui presidente da Associação do Bairro Jardim das Paineiras e Jardim Panorama, lá no bairro eu tenho uma votação tremenda, a minha votação [lá] é maior do que do prefeito que abrir uma urna no bairro, ... ali no Panorama, Paineiras, Recanto do Paraíso, Paulista II, aquela região ali. Na minha primeira eleição eu não tive voto nenhum na cidade todinha. Aí diziam que eu não tinha voto e que o outro candidato entraria. Mas faltavam oito urnas, e nas oito urnas eu fiz 800 votos, é uma barbaridade! É claro que hoje diminuiu a minha votação lá, porque tem outros concorrentes, mas o índice [ainda] é alto (...) O Sérgio Guilherme, na verdade me convidou [para concorrer a vereador] porque [ele] era candidato a prefeito, isso em 1986. Quando foi em 1992 (...), ele falou que eu iria ajudar ele. Eu falei “não, agora eu vou”, e ele perguntou se eu teria dinheiro, eu falei não. Eu simplesmente falei que na outra eleição que ele me convidou eu também não tinha dinheiro, “você falou que eu só ganhava na simpatia e no carisma”, aí fomos. Ele se elegeu e eu não, aí depois na seqüência eu me elegi e ele também, depois eu me reelegi e ele também. Em 1986 eu fui [pela] primeira vez candidato de vereador na cidade de Rio Claro, não fui eleito, naquela época tive 249 votos pelo PMDB. [Em] 1992 eu retornei a ser candidato de vereador, naquela época pelo PTB, eu tive 539 votos [e] eu não fui eleito, porque aquela época o partido não alcançou o coeficiente. Eu fui o mais votado do partido ... [Em] 1996 eu retornei, e retornei com 1.058 votos, aí eu fui eleito pelo PTB. Em 2000 eu fui candidato a vereador pelo PTB, e fui reeleito com 1.033 votos ... Nessa gestão, tive a felicidade de sentar na mesa, fui 1º Secretário da Câmara Municipal de Rio Claro (...) Em 2000, fui o primeiro negro a ser reeleito, e fui o primeiro negro também a ter a oportunidade de sentar na mesa diretora da Câmara Municipal de Rio Claro (Entrevista com José Pereira dos Santos).

Com referência à origem dos votos obtidos:

(...) minha votação foi em diversos setores, não é só da comunidade negra. Hoje tenho uma votação muito grande da periferia, do centro, dos evangélicos, enfim. Então minha votação é de todos os setores da

comunidade (...) Sim, existe bastante negro [nos meios evangélicos e na periferia], mas quando se fala em 1.058 votos, colocando uma porcentagem aí, é mínima a de negros que votaram em mim. Eu posso até dizer ... [que] se chegou a 5% foi muito (...) Qualquer candidato negro que saia aqui em Rio Claro, eu falo daqui, pois não sei das outras cidades..., todos eles apelam e pedem [apoio] para a comunidade negra. Tem muitos negros conscientes aqui em Rio Claro, pessoas que realmente acham que tem que sair o negro, votar no negro, não votar por ele, mas votar no negro que ele ache que tem competência, que está apto a exercer o cargo. Muitos negros aqui têm consciência, mas isso aí é minoria (...) Aí o outro se vende por um saco de cimento, porque o outro fala bonito, porque o outro tem olhos azuis, e assim sucessivamente. Eu sei de mulheres que não iam votar em mim porque acham eu feio, “você é feio, não vou votar em você” (...) Tem pessoas que votam porque o outro é bonito, porque o outro é alto, sensual e assim por diante. Tem muito dessas coisas, tanto que você vê: quantas secretárias negras existem? É [uma quantidade] mínima. Quando se fala em boa aparência, em pessoas para trabalhar, já vem loiras de olhos azuis, sapato alto e tudo (...) A mãe da minha filha é negra, e muito bonita... (Entrevista com José Pereira dos Santos).

Especificamente sobre o apoio dos evangélicos:

(...) O político tem que ficar renovando os eleitores, e eu tive a felicidade de renovar meus eleitores (...) Na verdade eu não sou evangélico, eu dou assistência, dou apoio à uma igreja evangélica, aonde eu sou muito bem recebido. É a igreja Assembléia de Deus, Ministério do Belém. [O apoio dos evangélicos veio] agora, na quarta eleição, foi em 2000. [Quando] trocou o pastor presidente dessa igreja e veio outro pastor presidente de Marília, chegando em Rio Claro... ele me procurou, e eu também o procurei. Houve um encontro e eu passei a dar assistência à igreja, a ir nos cultos, e comecei a participar com este povo e tive retorno, em 2000 na minha reeleição eles me ajudaram. Eu estava há um ano e pouco atendendo, indo em cultos, conversando com eles, eles me ajudaram... (Entrevista com José Pereira dos Santos).

Após ser indagado sobre o percentual de negros da igreja referenciada, o entrevistado respondeu:

Eu não sei o índice que tem. Eu acho que [tem] uns 20% dentro da comunidade evangélica (Entrevista com José Pereira dos Santos).

Passemos, agora, ao relato de Sérgio Aparecido Matheus:

Eu sempre vim da lavoura, meus pais sempre foram empreiteiros, trabalhavam com gado, peão, essas coisas, tudo aqui em Rio Claro. Então sempre foi essas coisas, corte de cana, colheita de algodão, sempre como turneiro. Eu era empregado mas sempre do meu pai, porque ele era empreiteiro... Toda vida sempre lutou de sol a sol e nunca

adquiriram nada. O que meu pai me deixou foi o orgulho de pessoa, do nome dele, e o que eles fizeram por nós. Mas sempre lutou na vida e não adquiriu nada. Parece que desde que nasceu, faleceu e praticamente não adquiriu nada (...) Só tive até o 4º ano [de estudo], e tudo aqui em Rio Claro (Entrevista com Sérgio Aparecido Matheus).

Sobre sua trajetória política, Sérgio Matheus informou:

Na verdade eu estou na política não sei porque. Mas aí você pergunta: “Mas por que está lá então?” Porque sempre me convidaram, não sou um representante da classe média, sempre fui uma pessoa carente (...) Eu sempre trabalhei como turneiro, como eu já disse, sempre trabalhei com gente na parte de cana, colheita de algodão, folha de café e sempre tive contato com a população. Então quando falecia uma pessoa perguntavam se dava para eu puxar o enterro. Falecia outro, eu ia. Fazer mudança, perguntavam quanto era e eu nunca cobrei. Então têm confiança na gente, e convidou para [eu] sair [como candidato] que estavam comigo, e eu saí candidato a vereador [pela primeira vez] há 16 anos atrás. [No total foram] três vezes. A primeira vez foi pelo PFL com o Carnevalle, fiz 224 votos. Na segunda vez eu saí pelo PMDB, com o Lincoln, tive 587 votos. Aí percebi que o pessoal estava comigo, porque se eu fiz 224 votos e agora 587, passou de 100%, sinal que o povo estava com nós. Aí tentei novamente e fiz 1.177 votos, aí eu fui eleito [pelo PRP]. [No início, um amigo de nome] Sebastião de Ramos ... me falou: “Sai de candidato, todo mundo gosta de você, o povo do [bairro] Cervezão gosta de você, você é um cara bom, e sempre ajuda a população (...) Sai Sérgio, a família nossa é grande, nós estamos com você, o povo do Cervezão também”. Ele é negro. Então eu acreditei na pessoa dele, e comecei dali para frente sair... Eu não gosto da política, mas aceito a política para poder defender o povo de Rio Claro, a pessoa carente (...) [Atualmente] eu sou primeiro suplente [pelo PSDB], e agora eu desliguei deles, não estou mais lá..., mas a suplência do vereador não é do partido, então é minha (Entrevista com Sérgio Aparecido Matheus).

Sobre o percentual de eleitores negros que teve:

Eu devo ter pego pelo menos uns 5% [de votos] da comunidade negra (Entrevista com Sérgio Aparecido Matheus).

Acerca do apoio recebido dentro da igreja, nos disse Matheus:

A primeira vez que eu saí candidato e tive 224 votos eu era católico. Na Segunda vez eu saí e era católico e multipliquei de 224 votos para 587. Então, acho que não importa isso, porque eu ia em bar, batia papo, jogava snuck, conversava com todo mundo, não era freqüentador de jogo mas me divertia com os amigos naquele momento (...) Na terceira vez eu me liguei à Assembléia, até me batizei, lá havia de 20 à 30% de fiéis negros. Primeiro fui pedir o apoio [e] eles me aceitaram, analisaram meu quadro, acharam que eu era uma pessoa séria e disseram que tudo bem, que a porta estava aberta, ... e fui eleito naquele momento na

Assembléia. Mas eu não levo por esse lado, que fui eleito porque eu estava na Assembléia, porque quando eu entrei na Assembléia eu parei com aqueles costumes que eu tinha de freqüentar aqueles lugares que eu freqüentava, por respeito, porque estava na igreja. Então quer dizer que eu perdi aqueles votos também e ganhei de outro lado. Se eu não tivesse lá eu ganharia do mesmo jeito que eu estava [ganhando] antes, multiplicando 100% a mais (Entrevista com Sérgio Aparecido Matheus).

Nota-se que tanto Pereira, quanto Matheus, saíram das classes mais populares e foram eleitos por ela em Rio Claro. Seus votos estiveram concentrados na periferia da cidade, e os dois são identificados como os vereadores “dos evangélicos”. Isso indica ser possível alcançar êxito eleitoral também por meio de teias e redes populares de ascensão. Na perspectiva desses dois políticos, a votação recebida está ligada à questões de classe, e não propriamente de raça. Não obstante os dois disseram em entrevista que, quando solicitados por determinados setores da comunidade negra, procuraram de algum modo atendê-los.

O pleito de 1996 serviu como período limite de nosso corte cronológico, por ocorrer justamente aí a ascensão política profissional de dois candidatos negros (sem passar pela suplência), isso pela primeira vez na história de Rio Claro. Mas a Câmara local parece estar perdendo cada vez mais a sua tradicional “homogeneidade de tom”, em termos étnico-raciais. Nas eleições municipais de 2000, um candidato negro conseguiu se reeleger, dois foram eleitos e um atingiu a primeira suplência. José Pereira da Silva foi reeleito, Rui Barbosa de Paula Lopes e Izael Batista de Souza foram eleitos, e Jovair Augusto ficou como primeiro suplente – com uma quantidade de votos que chegou a superar a obtida por alguns vereadores eleitos. Abaixo, seguem os relatos de Izael Batista de Souza, Rui Barbosa e Jovair Augusto, respectivamente:

Eu cheguei em Rio Claro vinte e dois anos atrás, trabalhei na empresa de correios e telégrafos de Rio Claro. Em seguida trabalhei como propagandista e vendedor de produtos farmacêuticos, depois eu montei um comércio de bicicletas, ... hoje estou há dezoito anos no comércio (...)

A maior parte da minha vida foi no comércio, dezoito anos. Adquiri muitos amigos, fregueses, foi por aí que consegui minha primeira legislatura (...) Meu pai era de Mato Verde, Minas Gerais, e ele chegou aqui na região de Pacaembu, Estado de São Paulo, trabalhando por dia, diarista como se fala. Foi trabalhando, aí conseguiu casa, chácara e esse caminhão que ele sempre trabalhou (...) Minha mãe sempre trabalhou com ele, na roça. Hoje só trabalha no lar, em casa (...) Eles fizeram o possível e o impossível para que eu tivesse um estudo (...) Eu nasci na cidade de Pacaembu, vizinha do Estado de Mato Grosso, cursei o ensino fundamental, o primeiro e o segundo grau completo. Tive até oportunidade, mas pela dificuldade da época dos meus pais, começaram pagar um curso de contabilidade que eu fiz, só que depois abandonei por mim, e não pelos meus pais... (Entrevista com Izael Batista de Souza).

Com relação à votação recebida e ao ingresso na política, respectivamente:

Com certeza [a votação recebida] foi mista. A gente tem um comércio como eu disse ..., ali tem italiano, japonês, tem a raça negra, mas com certeza foi um pessoal misto... [O apelo foi] só de conversa com todas as raças, seja católicos, crentes, apostólicos, foi a sociedade religiosa e civil (...) Acredito que 40% dos meus votos [vieram de negros]... Eu acredito, não posso fazer essa precisão (...) Eu me filiei no PDT, a convite do presidente da época, senhor Mario Zaia, que hoje é do PSB daqui na cidade de Rio Claro. Me filiei no ano de 1998, no ano de 99 já comecei a trabalhar e em 2000 fui eleito (Entrevista com Izael Batista de Souza).

Passemos, agora, ao relato de Rui Barbosa:

A minha bisavó era escrava, a mãe da minha avó materna. Eu sei que ela foi criada com italianos ..., ela se chamava Maria Igídia... Como eu fui criado pelos meus avós, a minha avó me contava muito sobre isso, que a mãe dela morava em uma fazenda e que a família toda, não só ela como todos os irmãos eram escravos (...) Quando eu percebi que eu estava envolvido com uma família, que não era meus pais e que eu olhava para o lado e via meu avô que era servente de pedreiro, olhava para outro e via minha avó empregada doméstica, então eu achava que tinha que ter um espaço na sociedade, uma fatia desse bolo, que era minha (...) Eu olhava e vivia esse sofrimento dos meus avós, e eu achava que eles sofriam muito. Dessa forma eu não queria ter esse mesmo futuro para os meus filhos, para os meus netos, e foi isso aí que me estimulou muito forte, tentando buscar essa fatia (...) A partir do momento que você vai buscar sua fatia, aí tem o problema do racismo. Porque enquanto meus avós estavam no sítio, plantando, comendo, eles não tinham interferência na sociedade urbana (...) Se você quiser buscar o seu espaço na sociedade, aí é que você tem o grande problema do preconceito racial. É a arma que é usada, é a primeira que é usada (...) Eu sou nascido no Bairro do Estádio, no tempo do “Buraco Quente”, Tamoio e Patrocínio. Eu vivia no meio disso desde menino..., freqüentava aquele “triângulo negro”, era o “Buraco Quente”, Tamoio e Patrocínio. Então desde menino eu rodo esse universo, porque ali, a zona sul de Rio Claro, foi demarcada em

função de ter o número maior de negros. O Jardim Bandeirantes, Cervezão, estes outros bairros... também têm uma incidência muito grande de negros, mas veio muito depois. Então eu vivia nesse meio, nessa coisa de negro, então vim trazendo isso com muita naturalidade (...), eu não me separei, eu continuo tendo meu relacionamento, minha vivência. Então na campanha eu não tive dificuldade, o meu staff de campanha foi de 80% de negros (...) Meus vínculos com os meus continua muito forte, muito grande, eu não tenho como desvincular (Entrevista com Rui Barbosa de Paula Lopes).

Referenciando as profissões exercidas, trajetória política e votos:

Eu comecei [a trabalhar] em um escritório de contabilidade, desde menino. Naquele tempo existia o contínuo, contínuo era aquele que saía de bicicleta nas ruas, fazendo cobranças, levando as notas fiscais e comecei naquela época, no escritório Scarpa na época. Depois fui trabalhar no Partezani, também na área administrativa (...) Depois disso do Partezani, fui para o banco Nacional (...) e depois dessa época do banco Nacional, em 1976 eu entrei para o jornal "Cidade". Acabei me engajando na vida política, no partido político, e daí pra frente minha vida foi envolvimento político com prefeitura (...) Eu sou um dos fundadores do MDB de Rio Claro (...) [Mas após mudar de partido] acabei saindo pelo PDT (...) Eu fui eleito por aqueles que vem convivendo comigo, com o decorrer dos anos. Claro que dentro destes votos ... muitos votos são de negros (...) Eu tenho uma parcela muito grande, eu não sei exatamente qual o percentual disso, porque na política você perde um pouco o controle de quem votou em você, então eu não tenho como precisar. Eu acho que o problema hoje não se limita só ao negro, ele é social. Então ele sendo social eu tenho um relacionamento com essa classe social problemática (...) Eu tenho uma relação muito forte com essa classe social menos favorecida, que corresponde ao negro e branco... (Entrevista com Rui Barbosa de Paula Lopes).

Sobre sua escolaridade, nos disse o mesmo entrevistado:

Eu não tenho muita escolaridade. Na verdade a minha escolaridade é pouca, eu não terminei o segundo grau (Entrevista com Rui Barbosa de Paula Lopes).

Por último, o relato de Jovair Augusto:

Meus avós foram escravos, minha avó foi escrava mesmo, era escrava de senzala. Eles comentavam muito, eu conhecia minha tia, a tia Marcíria, que na época da escravidão, ainda moça, por causa de cozinhar no fogão de lenha, lavar roupa e outras coisas, ela ficou cega, acabou ficando cega. Eu conheci bem isso, porque eu convivi com ela por um certo tempo. Ela viveu aproximadamente 117 anos (...) Minha mãe sempre foi do lar, eu sou o décimo filho, somos em onze ... Meu pai era maquinista na FEPASA, aquela época o pessoal da comunidade negra ascendeu tudo na antiga ferrovia, que aliás o pessoal não diz muito, mas

a ascensão do negro foi tudo dentro da ferrovia. Daí pra cá foi surgindo outras, ramificando, mas para estudar, para se qualificar, pode ter certeza que os pais na maioria era da ferrovia. Aí meu pai passou a ser maquinista por um tempo, e teve um caso que ele contava e que foi triste. Quando veio a primeira máquina elétrica para cá, e foi uma festa porque a máquina estava aqui, e [haveria uma] festa em Jundiá. Então meu pai levou essa máquina até faltar 500 metros da onde estava os engenheiros para fazer a festa, e ele passou o lugar para o ajudante dele que era branco, porque ele não poderia chegar dirigindo a máquina porque era negro. Esse fato aconteceu com a gente. Minhas irmãs foram do lar, embora todas se formassem na Escola Industrial na época. Meu irmão mais velho se aposentou como guarda-trem na ferrovia (...) Eu nasci em São Carlos, na época meu pai era maquinista, então tinha época de [estada em] São Carlos, Campinas, Rio Claro, naquele tempo maquinista e guarda-trem mudavam muito (...) Eu vim para Rio Claro com três anos, aí meu pai comprou uma casa em Americanópolis [uma vila de Rio Claro], ali no “Barro Preto”. Tenho muito orgulho de ser criado naquele bairro (...) Meu pai comprou uma casa ali, mas ele morreu em 1961, eu tinha quinze anos (...) Eu perdi minha mãe ... em 1971. Então convivi muito pouco, principalmente com meu pai, não teve tempo de me ver crescer (...) Naquela época eu tinha feito um teste para entrar na escola Getúlio Vargas, eu não pude ir porque não tinha como me manter... Então foi uma luta terrível, com 16 anos eu era arrimo de família (...) Eu fiz um exame para entrar na escola do SENAI naquela época e lá tinha o Rodolfo Calegares, e naquela época eu já gostava de mexer com parte elétrica, eu queria ser eletricitista e ele falava que isso não era coisa para negro, que negro tinha que trabalhar como marceneiro, na forja (...), porque quando você tenta ocupar espaço, você incomoda alguém, aí que você sofre. Enquanto você não incomoda, é o “negrinho bonzinho”, todos passam a mão na sua cabeça, dizem que você é “negrinho de alma branca”, até a nossa alma eles pintam! (Entrevista com Jovair Augusto).

Com relação à sua trajetória escolar, Jovair relatou o que segue:

Fiz o grupo no Irineu Penteado (...), depois o Bayeux (antiga Escola Industrial), fiz mecânica geral, depois eu fiz alguns cursos no SENAI, depois na CESP fiz elétrica (Entrevista com Jovair Augusto).

Sobre as profissões até aqui exercidas:

Primeiro fui engraxate, aí fui trabalhar quando eu tinha meus doze anos em um senhor que tinha uma sapataria perto da minha casa, eu ajudava consertar calçados (...), vendia chinelos na rua (...) Depois fui ser jogador de futebol profissional da época. Aí perdi meu pai com quinze anos, aí minha mãe estava com uma idade avançada e precisava da gente um pouco mais perto (...) Aí larguei de jogar futebol e entrei na CESP em 1967..., aonde fiz uma carreira bem, até bem rápida. Entrei lá como eletricitista, depois de um ano trabalhei como inspetor de medição, 1973 passei a encarregado e aposentei como encarregado de inspeção e ligação de indústria [em 1995] (...) Hoje sou diretor de desenvolvimento econômico [municipal], eu trabalho com todo processo de iluminação

pública de rede na cidade, e trabalho com as indústrias ... [através do] PRODERC, que é o Programa de Desenvolvimento de Rio Claro ..., [que lida com] firmas que estão aumentando, firmas que estão querendo se estabelecer (Entrevista com Jovair Augusto).

Acerca da vida política:

Em 1982 eu morava em Limeira, foi quando eu coloquei pela primeira vez meu nome a disposição, sendo candidato [a vereador] (...) Naquela época era voto vinculado. Quem me convidou na época foi até o pessoal da CESP, e quem mais encabeçou isso foi o Paulo Ozório..., foi ele que veio com isso que achava que deveria ter pessoas da comunidade negra para participar (...) Então nós saímos na época para fazer um teste com o nosso nome. Foi bom, muito bom, porque acabamos lançando o nome (Entrevista com Jovair Augusto).

E continua:

A primeira vez fui candidato pelo PDS, depois pelo PFL, depois pelo PMDB, [depois pelo] PDT, e agora [a filiação é no] PT (...) [Atualmente] Tem cinco vereadores na nossa Câmara com menos votos que eu... Se eu tivesse mais 27 votos a gente estava eleito (...) Nós tivemos nessa última eleição 757 votos. (...) Nós tivemos muito voto, muita família de negro que vieram com nós..., eu acho que 80% de famílias de negros, eu fico feliz por isso (...) Se Deus me desse mais três oportunidades de vida, as três eu queria ser negro, porque negro é desafio, é luta, tem que matar um leão por dia, é brigar muito pra se manter (...) Todo dia estão pedindo a cabeça da gente aqui, porque eles acham que a gente é obrigado a servi-los, simplesmente porque somos negro (Entrevista com Jovair Augusto).

Interessa notar que os dois candidatos negros que ascenderam ao cargo de vereador em 2000, pertenciam ambos ao PDT. Todavia, enquanto o primeiro é identificado como um representante “dos evangélicos” (assim como Pereira e Matheus, eleitos em 1996), o segundo tem sua trajetória marcada tanto pela participação nas atividades do meio negro local, quanto pela ligação com o que ele identifica como “classe social menos favorecida”. Ressalte-se que – diferentemente do ocorrido com os vereadores negros eleitos em 1996 – os edis eleitos em 2000, mais o suplente, declararam ter recebido uma parcela significativa de votos de eleitores negros.

É um equívoco, ainda presente, pensar que todos os negros, por serem negros, devem apresentar o mesmo posicionamento com relação à questão racial, embora esse tipo de raciocínio seja ainda um estigma bastante presente. Na realidade, os representantes políticos negros têm soluções e concepções políticas distintas sobre a questão racial, sendo correto dizer que todos os grupos étnico-raciais contam tanto com representantes simbólicos (que “simbolizam” seu grupo étnico-racial, sem no entanto estabelecer compromisso político com ele), quanto com representantes ideológicos (aqueles conscientes de seu pertencimento étnico-racial e que inserem, na sua agenda política, questões ligadas ao grupo étnico-racial de origem).

Em síntese, nesse trabalho, procuramos reunir informações que nos possibilitassem entender, comparativamente, porque afro-descendentes, de um lado, e imigrantes/descendentes, de outro, tiveram acesso diferenciado aos cargos políticos eletivos municipais. A seguir, condensaremos nossas conclusões acerca dessa desigualdade no campo da política local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dessa pesquisa objetivou-se mostrar, comparativamente, as diferenças no grau de participação política de negros e de imigrantes/descendentes em Rio Claro-SP, no período compreendido entre as primeiras eleições municipais ocorridas após o fim do estado, e as últimas eleições municipais dos anos 1990 (1947-1996). Enquanto o grupo de imigrantes/descendentes ascendeu esmagadoramente na política rioclarenses sobretudo a partir de 1947, o grupo negro desponta na política local apenas meio século mais tarde, em 1996, ainda assim de forma quantitativamente muito marginal. No decorrer da pesquisa, foi preciso que considerássemos outros momentos eleitorais (além de 1947 e 1996), sem o que seria praticamente inviável a comparação proposta.

A categoria genérica grupo imigrantes/descendentes, aqui utilizada, diz respeito ao grupo racial branco. Notou-se que esse grupo, na política local, “desdobra-se” basicamente em três etnias: brancos de origem italiana, brancos de origem alemã e brancos de origem sírio-libanesa. Todavia, essa divisão aponta menos para uma “pureza racial biológica”, e mais para uma classificação étnico-racial sociológica. Dito de outra maneira, o que marca um grupo étnico-racial tem mais a ver com questões de identidade, pertencimento e significado social, do que com “homogeneidade biológica”.

Ao contrário do ocorrido com os imigrantes/descendentes, os afro-brasileiros não podem identificar a sua origem, o que tem explicação no sistema escravista, ou, mais propriamente, na expatriação involuntária sofrida pelos africanos, na vinda para o Brasil. Portanto, quando nos referimos aos negros, fazemos alusão ao grupo racial negro, que marca sua identidade pela contrastividade com o grupo racial branco, e vice-verso.

No caso da política local em Rio Claro, nota-se que os grupos étnico-raciais se aglutinam, como se constituíssem apenas um, por partilharem de um mesmo sistema de privilégios. Por outro lado, esses mesmos grupos deixam entrever seu pertencimento

racial específico, sobretudo por meio das associações raciais específicas, sem que isso implique na perda de privilégios. Em outras palavras, há um grupo branco genérico que comanda a política local, grupo este tido como “universal”, “normal” e “não-particular”, mas que, por outro lado, evoca e deixa entrever particularidades étnico-raciais. Tal “mimetismo” ou “plasticidade” se definirá, dependendo da circunstância ou situação apresentada.

Como o aponta Bärbel Tischleder, deve-se estudar *the whiteness* não meramente para definir a cultura branca, ou a auto-afirmação da identidade branca. Indo além, vale a pena compreendê-la para que se possa identificar a forte persistência dos privilégios e das vantagens históricas dos quais goza o grupo branco, em termos econômico, político e cultural. Nesse sentido, o maior privilégio da branquitude é ser considerada como uma categoria neutra, universal, genérica, normal e não-particular, enquanto *the blackness* pertence ao campo do particular, do anormal, etc. (Tischleder, 2002).

Até o presente momento, apenas quatro negros conseguiram ascender politicamente em Rio Claro, sem passar pela suplência. Dos quatro políticos profissionais que se classificam como negros, dois apresentam traços negróides acentuados, inclusive na cor de pele, e dois até poderiam optar pela “morenidade”. Não obstante, todos relataram ter enfrentado situações de racismo, da mesma forma que também o fizeram os suplentes negros entrevistados – os últimos, todos de traços reconhecidamente negróides.

Do grupo dos políticos profissionais negros, apenas um participava efetivamente das atividades do meio negro, sobretudo na década de 1980, através do Clube Patrô e do Conselho Regional instalado em Rio Claro. Esse político é um dos que, no caso brasileiro, poderia se classificar com “moreno”. Os demais não apresentam uma trajetória de trabalhos na comunidade negra local, a maneira do que ocorre com o

primeiro. No entanto, declararam que, quando requisitados pela comunidade negra, procuram de alguma forma atendê-la, mas sem comprometimento político obrigatório.

Um fato que merece destaque é que, dentre esses quatro políticos, três declararam possuir algum vínculo com evangélicos. Tal ocorrência tem um paralelo importante no Rio de Janeiro, com a política profissional negra e evangélica Benedita da Silva. Na tentativa de explicar esse fenômeno, faz sentido dizer que a estrutura hierárquica evangélica se mostra muito mais permeável aos fiéis evangélicos, do que a estrutura hierárquica católica aos leigos. A rápida absorção e ascensão de populares é de fato muito mais freqüente nos meios evangélicos, do que nos circuitos católicos.

Duas hipóteses importantes podem ainda ser apresentadas, sobre a mesma questão: (a) haveria menos espaço para o racismo num universo religioso evangélico – onde a tônica é a irmandade incondicional em Cristo, para o qual não há “nem gregos, nem judeus...” –, do que na sociedade civil?; (b) nesse ambiente, os dons ou carismas estariam, de alguma forma, minimizando as barreiras raciais? Essas questões merecem uma análise aprofundada, uma vez que os setores evangélicos podem estar se constituindo, em âmbito nacional, num dos canais que favorecem a ascensão política de candidatos negros.

Mas é de fundamental valor ressaltar que, seja por meio do apoio dos evangélicos, seja por meio do discurso racial (que em geral apresenta-se acoplado às demais questões sociais), estamos presenciando um fenômeno inédito em Rio Claro: a ascensão de políticos profissionais negros. Ao que parece, esse êxito político tem ligação com a campanha dos candidatos negros de 1982. Esse trabalho inaugurou todo um processo de mudança de mentalidade na cidade, sobretudo ao associar positivamente a imagem do negro a política. De acordo com as entrevistas concedidas

pelos políticos, e também pelos suplentes, existe na cidade um percentual de negros que vota em negros, e isso, como vimos, varia muito de um entrevistado para outro.

Para Borges Pereira, o tipo de relação entre eleitorado negro e político negro ainda é uma incógnita, tanto para os últimos, quanto para analistas do processo político-eleitoral. De acordo com o autor é válido dizer que, pelo menos no início dos anos 1960 “negro não votava em negro” [o que acreditamos não ser totalmente válido para Rio Claro]. Todavia, principalmente após a instituição do pluripartidarismo, essa assertiva se viu muito abalada. Se outrora “cautelosa e estrategicamente [os candidatos negros] evitavam incorporar em suas plataformas eleitorais quaisquer menções à questão negra”, atualmente é possível ser tanto um representante da “raça”, quanto um representante de categorias sociais diversas. Isso demonstra a possibilidade de se jogar com essas “duas fontes de recrutamento de eleitores”, e lograr êxito na política (Pereira, 1982, p.1289).

É preciso considerar que, não só o número de políticos profissionais negros vem aumentando em Rio Claro, como também o número de pessoas que se classificam como pretas. No ano de 1990, de um total populacional de 138.243 habitantes, 4.624 (3.34% do total) se classificaram como pretos em Rio Claro. Em 2000 esse número passou para 7.315 (4.34% do total), sendo o total populacional de 168.218 habitantes. É interessante que esse incremento local de 1% reflete quase que exatamente o ocorrido em âmbito nacional, no período em questão: a porcentagem de brasileiros que se classificaram como pretos subiu de 5,0% em 1991 para 6,2% em 2000. Ressalte-se que só este incremento de 1,2%, envolve mais de dois milhões de brasileiros (Censos de 1991 e 2000, IBGE).

Essa ocorrência relaciona-se intimamente com a expansão da identidade e da auto-estima negras, que extrapolam o âmbito local, mas que têm reflexos diretos nele. Talvez o exemplo mais sintomático desse processo possa ser visto através das gerações mais jovens. Influenciados pela cultura Hip Hop, não são poucos os que desfilam pela cidade com vestimentas de dizeres do tipo “Sou Negrão”, “Preto tipo A”, “4P” (Poder Para o Povo Preto), “100% Negro”, etc. Hoje presenciamos, na tradicional Rio Claro, o reflexo de um processo mais amplo de “etnização” das mercadorias – que contempla consumidores negros, mas que certamente incomoda os mais conservadores. Não obstante a racionalidade econômica que existe por trás de tudo isso, não se pode perder de vista os efeitos da luta negra pelo direito à diferença, também nesse processo.

Todavia, apesar do fortalecimento constante dessa luta negra, permanece no imaginário coletivo do grupo branco rioclarenses “o estigma da desunião”, com relação aos negros da cidade. Uma amostra emblemática e sintomática dessa “psique coletiva”, que acompanha toda a história local, pode ser ilustrada mediante o trecho que segue:

Atualmente, os segmentos negros e mulatos de Rio Claro esforçam-se por se chamar de “comunidade negra”. A pretensão à unidade não se justifica plenamente, haja vista a fragmentação de lideranças e grupos. O longo período de domínio faz prevalecer seus efeitos, impedindo que muitos desses segmentos articulem-se em torno de objetivos comuns.

A falta de conhecimento mais aprofundado da história induz para que parcelas significativas das jovens gerações percam de vista o sofrimento e a luta de seus antepassados. Mas há sinais de resistência por parte dos que se empenham para evitar que isto aconteça. Eles são os que manifestam a consciência de que a luta não terminou e de que nada foi conseguido gratuitamente. Sabem também que ressentimentos não movem moinhos. Uma nova geração em Rio Claro desperta para a necessidade de superar o **espírito de gueto** [grifo meu] e evitar que interesses pessoais ou grupais prevaleçam sobre a idéia de comunidade (Sant’Ana, 2002, p.56).

É correto dizer que Sant’Ana apenas reproduz uma ideologia branca, que há muito tem lugar em Rio Claro. Na realidade, a negritude deturpada não só faz parte da psique

coletiva do grupo branco, como também tem importante papel na construção e na autoafirmação do próprio grupo branco (Tischleder, 2002).

Ao se referir aos efeitos do “longo período de domínio”, Sant’Ana traz à tona a questão dos resquícios da escravidão, que ainda estariam impedindo os negros rioclarenses de se articularem “em torno de objetivos comuns”. Mas é lamentável que, justamente o “resquício” conhecido por “Chácara dos Pretos”, não tenha surtido “efeito” para seus reais proprietários, como o apontamos no presente trabalho.

Vale lembrar que a visão estigmatizante acerca dos negros de Rio Claro pode apontar: ou para a falta de conhecimento mais aprofundado da história, ou para o conhecimento minucioso dela. De qualquer forma, seja por desconhecimento dos fatos históricos, seja por uma atitude estratégica, pouca ou nenhuma atenção foi dada àqueles que são sujeitos de sua própria história, e que constituem uma comunidade não pela ausência de conflitos internos, mas pelo enfrentamento coletivo de problemas comuns.

Como procurou-se mostrar ao longo desse trabalho, a luta negra por espaço simbólico e político acompanha desde a antiga “gente de cor” até os atuais afrodescendentes, cabendo à “nova geração” dar continuidade ao que há muito foi iniciado pela velha guarda negra de Rio Claro. O protesto negro local sempre confrontou com um sistema de privilégios, e não com um suposto “espírito de gueto”. Ademais, é preciso atentar para o significado que a expressão gueto assume no meio negro – no qual tem sido corrente a referência positiva aos “manos do gueto”.

Além dos quatro políticos profissionais não-brancos, uma mulher de origem japonesa ascendeu na política rioclarense, isso também na década de 1990. Essa política profissional encara a discriminação sofrida por seu grupo como parte de um passado

distante, que não atinge a atual geração mais “abrasileirada” dos descendentes nipônicos no Brasil. Em termos quantitativo e comparativo, o grupo japonês em Rio Claro é pequeno, como já havia informado a entrevistada do grupo. Em 1991, 511 pessoas se classificaram como amarelas, o que correspondia à 0,37% do total populacional. No ano de 2000 este número caiu para 440, passando a representar 0,26% do total de habitantes.

Em Rio Claro, a Associação Nipo-Brasileira congrega famílias de origem japonesa até os dias atuais. Na sede da associação nipo ainda são realizadas atividades que marcam a especificidade cultural do grupo, buscando-se promover a integração entre isseis, nisseis e sanseis. Infelizmente, não conseguimos nenhum material fotográfico que retratasse a presença japonesa em Rio Claro – o mesmo acontecendo no caso do grupo sírio-libanês. De todo modo, uma comparação entre esses grupos é possível.

No início, enquanto os sírio-libaneses exerceram quase que exclusivamente profissões comerciais, quer no meio rural, quer no meio urbano, os japoneses dedicaram-se à profissões agrícolas na zona rural. Com o passar dos anos, ambos vão conseguindo superar os estigmas depreciativos que lhes foram atribuídos pela “cultura ocidental”, e se estabelecer economicamente. Tudo isso facilitou, às gerações posteriores, o acesso às profissões liberais tão almejadas (ver Sakurai, 1993; Truzzi, 1991 e Pereira, 2000).

No caso de Rio Claro observamos que, apesar de os dois grupos serem considerados “orientais”, enquanto os sírio-libaneses pertencem ao grupo branco local – não havendo, na maioria das vezes, uma “marca racial” que os diferencie totalmente – , o grupo nipônico mantém “características raciais” que o distingue dos demais. Por outro lado, o que os assemelha é o status de *established* que assumiram na cidade.

Alguns de nossos entrevistados ressaltaram a significativa participação de sírio-libaneses na maçonaria de Rio Claro. Por parte de membros do próprio grupo sírio-libanês, soubemos que o antigo prédio do Centro Árabe-Brasileiro funciona, atualmente, como uma das lojas maçônicas da cidade (na avenida 1, rua 8). A sede desse centro – que atuou mais ou menos até início da década de 1980 – hoje está sob os cuidados da maçonaria, que se responsabiliza pela conservação e pela manutenção do patrimônio. Essa negociação foi realizada através daqueles que integravam, simultaneamente, as duas instituições.

Interessa destacar que Saburo Akamine, japonês de Okinawa radicado em Rio Claro, e Sebastião Ambrózio, afro-descendente da cidade (Secretário do governo municipal em 1982), também fizeram parte da maçonaria em Rio Claro. Ambos já são falecidos e, pelas informações até aqui obtidas, Akamine (comerciante bem sucedido na cidade) e Ambrózio (de origem muito humilde, que ascendeu, após estudo, ao cargo de diretor escolar) foram os únicos representantes dos grupos nipônico e negro a participar da maçonaria em Rio Claro. Destaque-se que inclusão semelhante nunca mais se repetiu na história local e, como salienta Oracy Nogueira,

os casos excepcionais de indivíduos de cor admitidos aos quadros sociais de associações das classes alta e média indicam que sua admissibilidade está condicionada a uma superioridade intelectual, ocupacional, de fortuna ou de qualquer outra natureza em relação à maior parte dos consórcios brancos (Nogueira, 1998, p.181).

Um integrante de uma das lojas maçônicas da cidade nos confirmou que a maioria dos maçônicos, até os dias atuais, descende de italianos, sírio-libaneses e alemães – ou seja, do grupo racial branco ao qual já nos referimos. Essa informação corrobora a observação de Bilac, segundo a qual

saltou aos olhos a participação do **imigrante** [grifo meu] nos quadros políticos no decorrer de toda a história de Rio Claro, situação que nos parece, a partir dos estudos realizados sobre outras cidades, não ser comum na história política brasileira (Bilac, 2001, pg.152).

O número de descendentes de imigrantes é tão grande em Rio Claro que Bilac, não fugindo à regra, acaba por chamá-los de “imigrantes”. Mas isto é menos um equívoco desavisado, e mais uma construção social, que deixa entrever o modo pelo qual a imagem da cidade é construída.

Observamos que o tipo de inserção bem sucedida dos “imigrantes” liga-se à uma série de teias e redes sociais de prestígio e poder, formadas para conceder vantagens e protecionismo aos que delas fazem parte. Constituindo essas teias e redes, existem aqueles que podem indicar para..., alertar sobre..., empregar a..., convidar para..., financiar a..., e assim por diante. Como procuramos mostrar no decorrer do trabalho, essas tramitações se processam nos clubes sociais e nos demais circuitos de poder da elite local, sendo correto dizer que um dos fortes motivos que explica a baixa inserção política de negros em Rio Claro, relaciona-se diretamente à ausência dessas teias e redes sociais de poder e prestígio no meio negro.

Destaque-se que a comparação, mais do que a consideração isolada dos fatos, revela desigualdades raciais. Por meio da comparação se compreende que a estrutura de oportunidades de qualquer sociedade é essencialmente desigual, e que os diferentes grupos raciais começam a buscar o êxito social de diferentes pontos de partida, sem compartilhar das mesmas vantagens. Assim, se os “concorrentes” iniciam a “corrida” em pontos de partida distintos, ser “vencedor” não é sinônimo de ser “o mais veloz” (Marger, 1994, p.22).

Não se pode deixar de considerar o papel do racismo nessa “corrida” desigual. Ainda de acordo com Marger, esse sistema de crenças (que é estruturado nas seguintes idéias: (1) os seres humanos estão naturalmente divididos em tipos físicos diferentes; (2) os traços físicos estão intrinsecamente relacionados com a cultura, com a personalidade e com a inteligência; (3) alguns grupos são naturalmente superiores a outros, com base na herança genética) está para legitimar a distribuição desigual de recursos de riqueza, prestígio e poder (Marger, 1994).

Reid Andrews mostra com propriedade que o mercado de trabalho de São Paulo, tendo em vista os anos imediatamente posteriores à abolição, foi modelado por um forte dirigismo e por uma intensa intervenção estatal. Tal posicionamento, aparentemente desprovido de conotação racial, deixou evidente a preferência que tanto os fazendeiros como o aparelho de Estado tinham com relação a imigrantes europeus. Nessa orientação, o diferencial “raça” estrategicamente estruturou as diferentes alternativas e possibilidades de vida de negros, de um lado, e de imigrantes, de outro, o que constitui uma realidade histórica incontestável (Andrews, 1988).

Ainda no século XIX, por meio de um conjunto de políticas racistas e calculistas (vide Azevedo, 1987), o Estado não só financiou a vinda dos imigrantes para o Brasil – com o lucro gerado pelo trabalho escravo – , como também acabou por favorecer a ascensão econômica e política dos mesmos. Como mostramos no primeiro capítulo, todo um sistema de incentivos promovido pelo Estado agraciou o grupo imigrante, sem que fossem implementadas políticas públicas para a população negra, tão monstruosamente vitimada pela escravidão. Além disso, na década de 1930, Vargas projetou uma elite alternativa em São Paulo – composta na sua maioria por descendentes de imigrante – visando derrubar a aristocracia agrária do Estado.

Como retrata Florestan Fernandes, o Estado de São Paulo passou a ser uma “terra de estrangeiros” no Brasil. Incentivado pela permeabilidade que o sistema os apresentava, o grupo de origem imigrante, bem mais que grupo negro, se beneficiou do fracionamento das grandes propriedades rurais e das facilidades que possibilitavam adquirir lotes urbanos; dos melhores serviços que o novo mercado oferecia; do sistema público e gratuito de ensino que o Estado mantinha, das funções públicas e cargos administrativos estatais, e assim por diante. Nesse contexto cresciam o preconceito e a discriminação contra o negro, especialmente em São Paulo (Fernandes, 1978).

É preciso atentar para o fato de que, se os homens definem uma dada situação como real, ela o é em sua consequência. Assim, se negros são considerados geneticamente menos inteligentes que brancos, certamente passarão a ser tratados como tal. Consequentemente, empregadores hesitarão em colocar negros em cargos de maior prestígio; diretores de escola desencorajarão negros, com relação aos cursos de dificuldade elevada; pais brancos hesitarão em mandar seus filhos para escolas que são freqüentadas por negros, num círculo vicioso sem fim. Uma falsa definição da situação produz um comportamento “bola de neve”, que torna real o que é falso (Marger, 1994, p.23).

Em Rio Claro, o grupo imigrantes/descendentes foi desde cedo “preparado” para adentrar na política. Ainda na Primeira República já havia imigrantes inseridos no poder local da cidade, lembrando que essa ascensão política pressupôs uma ascensão profissional-econômica. Em 1947, quando ocorrem as primeiras eleições municipais após o fim do Estado Novo, havia crescido demasiadamente o número de imigrantes/descendentes que tinha recebido a devida “preparação” e o incentivo para adentrar na vida política da cidade. Por outro lado, no mesmo período, identificamos apenas um candidato negro rioclareense. Além disso, um de nossos entrevistados se

recorda das queixas do candidato negro de 1947, que chamava a atenção para o baixo incentivo que os partidos destinavam aos candidatos negros como um todo.

Lembremo-nos que todos os candidatos negros, que se lançaram à corrida eleitoral entre 1947 e 1963, eram funcionários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro de Rio Claro. O fato nos permite concluir que, enquanto a ascensão do grupo imigrantes/descendentes se dava pela ferrovia, pelo o comércio, pelas profissões liberais, pelos cargos públicos, etc., a mobilidade dos negros passava obrigatoriamente pela ferrovia. Todas as entrevistas realizadas com os membros do grupo negro, sem exceção, apontam para essa questão. Tal panorama só seria alterado a partir da década de 1970, quando os filhos da “gente de cor” começavam a exercer profissões um pouco mais diversificadas.

A partir de então, o número de negros que se candidataram a cargos políticos eletivos aumentou, mas nem de longe superou a quantidade descendentes de imigrante que se candidatavam. Em meados da década de 1970, pela primeira vez na história local um negro assume como vereador, ainda que em caráter esporádico. Na década de 1980, dois candidatos negros, que tinham trabalhado a questão do voto étnico, conseguem atingir a suplência. Na época um deles assume uma importante Secretaria do município, e o outro dirige o Conselho Regional da Comunidade Negra, que era ligado ao Conselho Estadual. Só em 1996, e a partir de, alguns negros conseguiram se tornar políticos profissionais sem passar pela suplência.

Em síntese, constatamos que afro-descendentes, de um lado, e imigrantes/descendentes, de outro, acessam diferentemente os cargos políticos em Rio Claro, por várias razões. Entre elas destacam-se:

- o descaso do Estado para com os negros no pós-abolição, e os incentivos estatais oferecidos aos imigrantes/descendentes, em Rio Claro e em São Paulo como um todo;
- o racismo e o estigma da “desunião” acerca dos negros rioclarenses, que tem como contrapartida uma suposta “neutralidade” daqueles que compõem o grupo branco;
- a falta de assistência das teias e redes sociais de prestígio e poder da cidade, com relação aos negros, e o amparo das mesmas para com o grupo de imigrantes/descendentes;
- a construção tardia das sedes sociais do grupo negro local, e a instauração relacionalmente precoce dos espaços de sociabilidade do grupo branco;
- a falta de amparo jurídico que acomete o grupo negro, e a eficiência desse mesmo sistema para com os imigrantes/descendentes em geral – sendo o maior exemplo disso o caso da “Chácara dos Pretos”;
- a falta de apoio e financiamento que os candidatos negros encontram dentro dos partidos, e o apoio que em geral recebem os candidatos de origem imigrante;
- a baixa capacidade política de barganha apresentada pelos candidatos negros nas eleições, e o grande poder de barganha daqueles que conseguem êxito político, que em geral são de origem imigrante – num país em que as campanhas eleitorais são de fato muito caras.

Por isso é preciso tomar cuidado com a linha de raciocínio que vê, no passado escravocrata, a fonte inesgotável de todos os males que continua a assolar os afro-brasileiros. Apesar da magnitude deste sistema, que vigorou legalmente por mais de três séculos, não se pode perder de vista os processos políticos que alicerçam,

contemporaneamente, as desigualdades raciais. Afinal de contas, novas eleições municipais se aproximam.

Tudo voltará ao “normal”, ou uma nova “onda negra” se aproxima?

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Márcio Mucedula. As Organizações Negras em São Carlos: Política e Identidade Cultural. Dissertação, UFSCar, 1998.
- AISSAR, Aparecida da Glória. Um Estudo da Mortalidade e da Mobilidade Espacial: os Descendentes do Negro e do Branco-Estrangeiro no Município de Rio Claro (1875-1930). Dissertação de Mestrado, USP, 1976.
- Álbum de Rio Claro de 1922.
- Almanak de Rio Claro de 1906.
- ALVIM, Zuleika. Brava Gente: Os Italianos em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ANDREWS, George Reid. Negros e Brancos São Paulo (1888-1988). Bauru-SP: EDUSC, 1988.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Onda Negra, Medo Branco: o Negro no Imaginário das Elites - Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BASTOS, Élide Rugai. "A Questão Social e a Sociologia Paulista". São Paulo em Perspectiva, janeiro/março 1991.
- BERQUÓ, Elza e ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "A Emergência do Voto Negro". São Paulo, Novos Estudos CEBRAP, n ° 33, 1992.
- BILAC, Maria Beatriz Bianchini. As Elites Políticas de Rio Claro: Recrutamento e Trajetória. Piracicaba/Campinas: Editora UNIMEP/ Editora da UNICAMP, 2001.
- BRANDÃO, Ascânio. São Benedito: "O Santo Preto". Aparecida-SP: Editora Santuário, 1979.
- CAMARGO, José Francisco de. Crescimento da População do Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos. (3 vols.), São Paulo, 1952.
- COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- Crônica dos Prefeitos de Rio Claro: 1908-1983. Rio Claro, Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 1983.
- DAVIDS, Neusa Costa. Poder Local: Aparência e Realidade. Tese de doutorado, Universidade de Campinas, 1968.

- DEAN, Warren. Rio Claro: um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura (1820-1920). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Dicionário de Ciências Sociais – Fundação Getúlio Vargas.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L.. Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- Entrevista com Stuart Hall, realizada por Heloisa e Liv Sovik em 05/12/2003, <http://portalliteral.terra.com.br/Literal/calandra.nsf/0/247401E88046A1A203256DF30078A313?OpenDocument&pub=T&proj=Literal&sec=Dialogos> (acesso em 10/12/2003).
- FAUSTO, Boris. Historiografia da Imigração para São Paulo. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1991.
- FAUSTO, Boris, TRUZZI, Oswaldo, GRÜN, Roberto, SAKURAI, Célia. Imigração e Política. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995.
- FERNANDES, Florestan. A Interação do Negro na Sociedade de Classes. (vol. I e II), São Paulo: Ática, 1978.
- _____ “Imigração e Relações Raciais”. Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966.
- FINA, Ruy Pignataro. Das Sementes e Raízes aos Primeiros Verdes Frutos: As Esquerdas em Rio Claro. Piracicaba-SP: Gráfica Editora Degaspari, 2003.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Classes, Raças e Democracia. São Paulo, Editora 34, 2002.
- _____ “Como trabalhar com “Raça” em Sociologia”. Educação e Pesquisa, v.29 n.1, 2003.
- _____ “O Insulto Racial: As Ofensas Verbais Registradas em Queixas de Discriminação”. Revista Estudos Afro-Asiáticos nº. 38, 2000.
- _____ “Preconceito de Marca. As Relações Raciais em Itapetininga”. Rev. Brasileira de Ciências Sociais, vol.14, n ° 41, 1999.
- HAACH, Lúcia Tiemi Kobayaski. Com Deus Inicio meu Trabalho” (‘Mitt Gott fang ich die Arbeit an’): Imigrantes de Origem Cultural Germânica e Seus Descendentes – Rio Claro-SP. Dissertação de Mestrado, UNESP/CAr, 1998.

- HANCHARD, Michael George. Orfeu e o Poder: O Movimento Negro no Rio de Janeiro e em São Paulo (1945-1988). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- HASENBALG, C. A. e SILVA, N. V. . “Notas sobre desigualdade racial e política no Brasil”. In Estudos Afro-Asiáticos, n.25, dezembro de 1993.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- HOLLOWAY, Thomas. Imigrantes para o Café: Café e Sociedade em São Paulo (1886-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- JOHNSON, Ollie A. . “Representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99). In Estudos Afro-asiáticos, n. 38, dezembro de 2000.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli e TRUZZI, Oswaldo. “Mobilidade e política: considerações sobre a participação de imigrantes e seus descendentes em cidades médias do interior paulista”. Revista Teoria e Pesquisa n. 32-35, São Carlos, 2000.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.
- LEITE, Miriam Moreira. Retratos de Família. São Paulo: EDUSP, FAPESP, Texto & Arte, v.9, 1993.
- MAGNANI, José Guilherme. “Um Olhar Sobre a Cidade: A Trajetória de Uma Etnografia”. Palestra proferida no Departamento de Ciências Sociais da UFSCar , em 02/05/2001.
- MARGER, Martin. Race and Ethnic Relations: American and Global Perspectives. Belmont: Wadsworth, 1994.
- MONSMA, Karl Martin, FERREIRA, Lania Stefanoni, SILVA, Virgínia Ferreira da. “Conflito Cotidiano e Transformação das Identidades: Italianos e Negros no Oeste Paulista, 1888-1914”. Paper apresentado no Encontro Nacional da ANPUH em João Pessoa, 2003.
- MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- NICOLAU, Jairo Marconi. Multipartidarismo e Democracia: um Estudo sobre o Sistema Partidário Brasileiro (1985-1994). Rio de Janeiro: FGV Ed., 1996.

- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito de Marca: as Relações Raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1998.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1976
- PEREIRA, Flávia Alessandra de Souza. Imigração e Política em Araraquara. Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da UNESP-FCLAr, 2000.
- PEREIRA, João Baptista Borges. “Aspectos do comportamento político do negro em São Paulo”. São Paulo, Ciência e Cultura, vol. 34, n.º 10, 1982.
- _____ “Negro e Cultura Negra no Brasil Atual”. São Paulo, Revista de Antropologia FFLCH-USP, vol. 26, 1983.
- PIGNATARO, Licia Capri. Imigrantes Alemães em Rio Claro e Seus Descendentes. Arquivo Público e Histórico do Município, 1983.
- _____ Imigrantes Italianos em Rio Claro e Seus Descendentes. Arquivo Público e Histórico do Município, 1982.
- POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992.
- POUTIGNAT, Philippe. Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e Suas Fronteiras de Fredrik Barth / Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.
- PRANDI, Reginaldo. “Raça e Voto na Eleição Presidencial de 1994”. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n º 30, 1996.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Relatos Orais: do “Indizível” ao “Dizível” “. In: SIMSON, Olga de Moraes Von [org.]. Experimentos com histórias de vida. São Paulo: Editora Vértice, 1988.
- Rio Claro Sesquicentenária - 1978.
- SAKURAY, Célia. Romanceiro da Imigração Japonesa. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1993.
- SANT’ANA, José Roberto. Ocultos e Excluídos: Ensaio sobre a História de Rio Claro no Século XIX (exemplar não publicado do Arquivo Público Municipal), 2002.

- SANTOS, Fábio Alexandre dos. Rio Claro: Uma Cidade em Transformação (1850-1906). Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2000.
- SANTOS, Jocyléia Santana dos. “O Jornal: Fonte de Pesquisa Histórica”. Revista Fontes, v. 1, n.1, Palmas: Unitins, 2002.
- SARTORI, Giovanni. A Teoria da Representação no Estado Representativo Moderno. Minas Gerais: Edição da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1962.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. “Ação Afirmativa e o Combate ao Racismo Institucional no Brasil”. Cadernos de Pesquisa n.117, 2002.
- _____ Territórios Negros em Campinas: o Caso Vila Rica. Dissertação de Mestrado, UNESP-FCLAr, 1992.
- SKIDMORE, Thomas E.. Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964). São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SOUZA, Sílvio de. Saburo Akamine: um Okinawano em Rio Claro. São Paulo: Editora & Gráfica Raiz, 2001.
- STOLCKE, Verena. Cafeicultura, Homens, Mulheres e Capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.
- STRAUSS, Anselm L.. Espelhos e Máscaras: A Busca de Identidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- THOMPSON, Paul. A Voz do Passado: História Oral. Paz e Terra, 1992.
- TISCHLEDER, Bärbel. “Hollywood in Black and White”, http://violet.berkeley.edu/~africam/titanic_tischleder.html (acesso em 10/12/2002), 2002.
- TRUZZI, Oswaldo. De Mascates a Doutores: Sírios e Libaneses em São Paulo. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP; Brasília, DF: CNPq, 1991.
- VALENTE, Ana Lúcia E. F.. Política e Relações Raciais: os Negros e as Eleições Paulistas de 1982. São Paulo: Antropologia 10 - FFLCH/USP, 1986.